



**Organizadores**  
Debora Befi-Lopes  
Tais Ciboto  
Aparecido Soares

# FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL

---

Um guia para pais  
e professores

**Vol. 1**



## **Organizadores**

*Débora Maria Béfi-Lopes*

*Tais Ciboto*

*José Aparecido Couto Soares*

## **Colaboradores**

*Agnes Segura Santos*

*Camila P. Piemonte*

*Carolina Isaura do Nascimento*

*Carolina Mendes L. Cruz*

*Douglas Sugahara*

*Geraldo Mesquita de Godoy*

*Glauciene Amaral Martins*

*Isabelly Bueno Araujo*

*Júlia Calheiros Santos*

*Julia do Prado Amarilla Rojas*

*Juliana de Paula Gomes*

*Karen Fernandes da Silva*

*Larissa Miki Tamura*

*Luara Vitoria Durans dos Santos*

*Maria Eduarda Godinho Freire*

*Mariana Barboza Sena*

*Marina Trento Gomes*

*Mayra Alexandra Misugi*

*Priscila Rodrigues Merlin*

*Rafaella Radmylan Silva do Amaral*

*Raphaela da Cruz Alves*

*Rute Raabe Rocha dos Santos*

*Sofia Akemi Queiroz Sato*

*Vitória Freitas Silva*

*Vitória Sterzza Dias*

## **Revisão e edição**

*Natalia Clemente*

*Raphaela da Cruz Alves*

Ilustração: [Permadi](#) - disponível no Canva como material de acesso.



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Fonoaudiologia educacional [livro eletrônico] :  
um guia para pais e professores : vol. 1 /  
organizadores Debora Befi-Lopes, Taís  
Ciboto, Aparecido Soares. -- Osasco, SP :  
Ed. dos Autores, 2023.  
PDF

Vários autores.  
Vários colaboradores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-00-83532-8

1. Educação 2. Alfabetização 3. Educação  
inclusiva 4. Fonoaudiologia 5. Leitura 6. Linguagem  
7. Psicopedagogia I. Befi-Lopes, Debora. II. Ciboto,  
Taís. III. Soares, Aparecido.

23-177052

CDD-371.9

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Educação : Linguagem : Aprendizagem : Educação  
inclusiva 371.9

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

# SUMÁRIO

## 1. Introdução

## 2. Histórico da Fonoaudiologia Educacional

Carolina Isaura do Nascimento, Maria Eduarda Godinho Freire, Mariana Barboza Sena, Mayra Alexandra Misugi, Rute Raabe Rocha dos Santos

## 3. Políticas públicas educacionais e legislações da Fonoaudiologia Educacional

Camila P. Piemonte, Carolina Mendes L. Cruz, Julia do Prado Amarilla Rojas, Rafaella Radmylan Silva do Amaral

## 4. Onde o Fonoaudiólogo Educacional atua e como é essa atuação?

Douglas Sugahara, Júlia Calheiros Santos, Raphaela da Cruz Alves, Vitória Sterzza Dias

## 5. Como o Fonoaudiólogo pode atuar na Educação infantil e no Ensino Fundamental?

Agnes Segura Santos, Geraldo Mesquita de Godoy, Luara Vitoria Durans dos Santos, Sofia Akemi Queiroz Sato

## 6. Como o Fonoaudiólogo pode atuar no Ensino Médio, no Ensino Superior e na Educação de Jovens Adultos?

Douglas Sugahara, Júlia Calheiros Santos, Raphaela da Cruz Alves, Vitória Sterzza Dias

## 7. Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral: orientações para pais e professores

Carolina Isaura do Nascimento, Maria Eduarda Godinho Freire, Mariana Barboza Sena, Mayra Alexandra Misugi, Rute Raabe Rocha dos Santos

## 8. Aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita: orientações para pais e professores

Isabelly Bueno Araujo, Larissa Miki Tamura, Marina Trento Gomes, Vitória Freitas Silva

## 9. Dificuldades e transtornos de aprendizagem: orientações para pais e professores

Camila P. Piemonte, Carolina Mendes L. Cruz, Julia do Prado Amarilla Rojas, Rafaella Radmylan Silva do Amaral

## **10. Atuação do Fonoaudiólogo Educacional na Educação Inclusiva**

Isabelly Bueno Araujo, Larissa Miki Tamura, Marina Trento Gomes, Vitória Freitas Silva

## **11. Voz do professor: orientações gerais**

Glauciene Amaral Martins, Juliana de Paula Gomes, Karen Fernandes da Silva, Priscila Rodrigues Merlin

## **12. Audição e aprendizagem: orientações para pais e professores**

Agnes Segura Santos, Geraldo Mesquita de Godoy, Luara Vitoria Durans dos Santos, Sofia Akemi Queiroz Sato

## **13. Sugestões de jogos e atividades para estimulação de habilidades cognitivo-linguísticas nos diferentes níveis de ensino**

Glauciene Amaral Martins, Juliana de Paula Gomes, Karen Fernandes da Silva, Priscila Rodrigues Merlin

## **14. Considerações finais**

# INTRODUÇÃO

Com o objetivo de reunir informações úteis sobre o processo de ensino, aprendizagem e o papel do Fonoaudiólogo Educacional nos diferentes níveis de ensino, este manual foi criado, visando compartilhar conhecimentos com pais, professores e todos os interessados nas áreas de Educação e Saúde.

A Fonoaudiologia Educacional é uma das especialidades da Fonoaudiologia e está voltada, predominantemente, ao ambiente acadêmico, com atuação junto aos estudantes, pais, professores e toda a comunidade escolar. Como o sucesso dos alunos depende da aliança entre todos que participam do dia-a-dia na escola, este manual pode contribuir para maior aproximação do conhecimento fonoaudiológico à prática pedagógica, por meio da colaboração em atividades favoráveis à promoção da aprendizagem nas áreas da Linguagem, Audição, Voz e Motricidade Orofacial.

Sabe-se que, para que o desenvolvimento infantil e o desempenho acadêmico aconteçam de forma plena e bem-sucedida, é importante ter conhecimento acerca de tais processos e estar atento a eles. Além disso, torna-se necessário construir relações e ambientes saudáveis, com os estímulos adequados aos indivíduos. Cabe ressaltar, ainda, que é fundamental considerar a individualidade de cada sujeito e garantir os seus direitos.

Pensando nisso e objetivando orientar pais, professores demais interessados na área, assim como fornecer conhecimento acerca da Fonoaudiologia Educacional, a primeira versão deste Manual foi elaborada por estudantes do 5º período do Curso de Graduação em Fonoaudiologia do ano

de 2021, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), sob orientação das organizadoras - a Fonoaudióloga Mestre Taís Ciboto e a Fonoaudióloga Doutora Débora Béfi-Lopes - a partir da disciplina “Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Educacional: Programa Escola”.

Em sua versão final, o trabalho foi concluído em parceria com o professor José Aparecido Couto Soares, na forma de um projeto de Cultura e Extensão. inserido no Programa Unificado de Bolsas (PUB-USP 2022-2023). Tal iniciativa foi denominada "Fonoaudiologia Educacional: divulgação de ações possíveis", tornando possível a edição do material produzido para divulgação.

O presente eBook aborda tópicos como: a história da Fonoaudiologia Educacional; as políticas públicas e as legislações relacionadas a ela; onde e como o Fonoaudiólogo Educacional atua, incluindo os diversos níveis e modalidades de ensino; o desenvolvimento da linguagem infantil; as dificuldades e os transtornos de aprendizagem; a atuação do fonoaudiólogo educacional na educação inclusiva; orientações relacionadas à linguagem, voz, audição e aprendizagem e, por fim, sugere jogos e atividades para promover a estimulação de habilidades cognitivo-linguísticas.

Esperamos que o conteúdo desse manual seja de grande ajuda para toda a comunidade escolar. A atuação da Fonoaudiologia Educacional traz benefícios não só para os alunos, mas também para os professores e as famílias. Dessa forma, buscamos compartilhar esse conhecimento, visando a promoção da Educação e da Saúde no contexto educacional em todas as fases da escolarização.

# HISTÓRICO DA FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL

A Fonoaudiologia é uma profissão relativamente nova, tendo sido regulamentada no Brasil em dezembro de 1981. No entanto, historicamente, houve um longo percurso até a organização da Fonoaudiologia atual.

Atualmente, a Fonoaudiologia Educacional é uma das especialidades da profissão que desenvolve trabalho de promoção e prevenção de saúde nos diferentes espaços educacionais, trabalhando com áreas de competência fonoaudiológica que são: audição, linguagem, voz, fluência, articulação de fala, motricidade orofacial, cervical, deglutição e aprendizagem.

Sendo assim, este capítulo tem o objetivo de traçar um breve histórico sobre como a Fonoaudiologia se estabeleceu ao longo da história até o estabelecimento da Fonoaudiologia Educacional como especialidade em 2010.

## Grécia Antiga: o domínio da oratória

De acordo com Costa,<sup>1</sup> a oratória, arte de falar em público, foi uma manifestação presente na Grécia antiga em decorrência da organização democrática de algumas cidades e, por isso, se constituiu como uma prática muito comum e essencial para a política da

## Autores

Carolina Isaura  
do Nascimento

Maria Eduarda  
G. Freire

Mariana B.  
Sena

Mayra A.  
Misugi

Rute Raabe R.  
dos Santos

## Você sabia?

No Brasil, a Fonoaudiologia teve seu primeiro marco com a criação do Colégio Imperial, em 1854, destinado ao ensino de meninos cegos. Desde então, a profissão foi moldada próximo ao contexto educacional, tendo suas primeiras práticas no país nesse ambiente.

A oratória era considerada uma dádiva dos deuses para a humanidade

Enquanto a oratória destinava-se a aprimorar a fala propriamente dita, envolvendo o uso da voz, da expressão facial e dos gestos corporais, a retórica ocupava-se em ajudar o orador a organizar-se mental e racionalmente para falar bem em público. Dessa forma, chamaremos as práticas da oratória e da retórica de eloquência.

Para os cristãos, o dom da oratória era algo divino.

época.

A eloquência possibilitou aos gregos uma forma de influenciar e ganhar prestígio entre o povo, funcionando como uma ferramenta de controle social, cultivada por estudos, práticas de discurso e debate para exposição de ideias e ideologias. Entretanto, o uso da eloquência não se limitou aos gregos, mas continuou sendo uma ferramenta para as figuras de classe social mais importantes das próximas décadas: como padres, bispos e santos.<sup>1</sup>

## Linguagem: dom de Deus

O mesmo autor<sup>1</sup> acrescenta que, nos primeiros séculos da Idade Média, a doutrina cristã, valendo-se das mesmas ferramentas gregas para locução, apropriou-se da prática da oratória e da retórica para difundir a sua fé.

Assim, podemos considerar os clérigos como os primeiros profissionais da voz, pois treinavam com seus aprendizes o melhor meio de articular as palavras, memorizar os escritos bíblicos e de falar com entonação de voz e gestos corporais apropriados aos seus fins.

## Século XIX: Elocucionistas

No século XIX crescia a necessidade de um profissional dedicado às patologias da fala. Surgem, então, os Elocucionistas, profissionais que aplicavam práticas para ajudar a melhorar o padrão de fala de atores,

cantores, oradores, políticos e, ainda, davam aulas para pessoas com problemas de fala, linguagem e audição.

Nesse momento da história, diversos estudos da área da Fonética e das Ciências Biológicas buscavam compreender a linguagem e suas alterações. No ano de 1861, o cientista francês Paul Broca identificou a área cerebral da fala articulada, um dos grandes marcos do estudo neurobiológico da linguagem. Posteriormente, também identificaram a área de Wernicke, relacionada com a compreensão de linguagem. Tudo isso contribuiu para a identificação e entendimento de transtornos neurológicos com repercussão na linguagem, o que posteriormente seria área de estudo da Fonoaudiologia.

Ao final do século XIX, na Inglaterra, o fonético Henry Sweet buscou estudar a linguagem patológica pela Fonética, ciência que estuda e classifica os elementos mínimos da linguagem articulada.

A emigração da família Bell ao final do século XIX de Edimburgo para a América contribuiu para desenvolver os primórdios da Fonoaudiologia no país. Além disso, Alexander Graham Bell também dedicou-se ao trabalho com a comunicação, chegando a abrir uma escola em Boston na década de 1870 com objetivo de melhorar a fala de surdos, gogos e pessoas com problemas de fala.<sup>2</sup>

A eloquência também era aplicada em cerimônias e em treinos escolares, principalmente com fins de ensino de valores religiosos e morais.

Sweet foi o primeiro estudioso a ter a noção abstrata de fonema, e pode ser considerado um fonoaudiólogo pioneiro, pois conseguiu trazer a percepção da unidade de vários elementos descobertos cientificamente que ajudaram a explicar as patologias da linguagem.<sup>2</sup>

Charles Bell e Neville Bell eram ambos professores de Elocução e Fonética em Edimburgo e contribuíram para o estudo fonético-acústico.

Então, apesar do nome Bell ser lembrado principalmente pela criação do telefone, a família Bell, através de seus estudos e invenções, contribuiu com o que viria ser a Fonoaudiologia.<sup>2</sup>

Ambas as instituições visavam colocar em prática a lógica imperial de que a educação era fator determinante para o desenvolvimento social.

## **Marcos da História da Fonoaudiologia no Brasil**

No Brasil, temos como marco da história da Fonoaudiologia, a criação do Colégio Imperial - atualmente Instituto Benjamin Constant -, direcionado ao ensino de meninos cegos, em 1854. Além disso, em 1856 foi criado o Imperial Instituto Nacional de Surdos-Mudos - atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) -, destinado ao ensino de surdos.

Posteriormente, em 1912, o Dr. Augusto Linhares, que já se dedicava a estudos e pesquisas, começa a ministrar aulas na área de reabilitação de voz e da fala para professores, sendo considerado, então, um dos precursores da Fonoaudiologia no Brasil, dando início a sua estruturação como prática profissional.<sup>3</sup>

No final do século XIX, com os avanços nos processos de urbanização e industrialização no Brasil, observou-se um grande movimento migratório para a Região Sudeste (principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro). Entre os recém-chegados, havia pessoas de diferentes regiões do Brasil e também de outros países, como Japão e Itália. Em decorrência disso, houve uma vasta diversificação da cultura, com diferentes línguas e costumes sendo utilizados.

Nessa época, o governo brasileiro passava por um forte movimento nacionalista e os governantes acreditavam que a população

deveria ser constituída de pessoas sadias e cultas para a prosperidade do país. A língua era símbolo de identidade nacional e deveria ser unificada para que o país atingisse progresso, bem-estar populacional e modernização, com a construção de um “Estado Novo”. Dessa forma, o movimento migratório foi visto como uma ameaça ao governo e sua diversidade cultural foi considerada “patológica”, além de ser indicada como fator causador das dificuldades pelas quais a nação passava, como o analfabetismo.<sup>3,5</sup>

Diante disso, surgiu um “discurso higienizador”, que visava impor uma língua padrão à toda a população, eliminando tudo o que não fazia parte da norma e todos os “vícios desviantes” da Língua Nacional, como, por exemplo, os sotaques e dialetos regionais, o estrangeirismo e as “pronúncias incorretas” nas falas infantis.<sup>3,6</sup>

Nesse cenário, no início do século XX, por volta de 1930, a escola se torna um ambiente de padronização da língua e da cultura, com acesso gratuito e público, sendo um dever populacional frequentá-la. Para os políticos, esse seria o principal meio de absorção dos princípios impostos. Ocorre, então, a criação da “Escola Nova” e a proibição de escolas estrangeiras, com o objetivo de unificação da pátria. Além disso, esse processo de “higienização” diminuiria as taxas de analfabetismo, desnutrição e deficiências que, na perspectiva do governo, eram

Os imigrantes tinham certa autonomia, formavam agrupamentos e criavam escolas, utilizando como critérios suas identidades culturais, visando, assim, diminuir as dificuldades enfrentadas por eles nos locais restritos de infraestrutura onde viviam.<sup>1,4</sup>

Acreditava-se que, de certa forma, isso apagaria também o passado cultural dos migrantes e imigrantes, que sofriam discriminação e pertenciam às classes consideradas inferiores na sociedade.

consideradas consequências da heterogeneidade cultural. Assim, a educação seria um fator decisivo para modificar o cenário do país.<sup>3,5,6</sup>

Dessa forma, tem início um processo de “Medicalização da Pedagogia” descrito por Baptista,<sup>7</sup> em que os professores passaram a receber auxílio de médicos para que pudessem identificar os desvios linguísticos, quais eram as anormalidades e o que era normal, surgindo as classes especiais, que eram destinadas a quem não usasse corretamente a Língua Nacional.

Com o passar do tempo, alguns professores especializados ampliaram sua atuação, adotando uma perspectiva mais clínica e terapêutica, com formação mais específica. Surgiram, nesse momento, os logopedistas (educadores da palavra), ortofonistas (dedicados à exata produção do som) e audiologistas (atuantes na esfera da audição).<sup>8</sup>

No Brasil, a partir da década de 1930 até o final da década de 1960, diversas instituições de ensino possuíam serviços de reeducação de linguagem. Durante este período, era permitida a prática clínica e terapêutica dentro do ambiente escolar e o professor era o profissional responsável pelo tratamento dessas crianças em classes especiais, separadas dos alunos considerados típicos. Neste contexto, duas especializações se destacaram: Ortofonia e Audiologia.

Além do Brasil, isso acontecia

concomitantemente em outros países. Na Alemanha, por exemplo, todas as crianças gatas eram colocadas numa mesma sala, onde recebiam aulas e terapias. Já nos Estados Unidos, as escolas já começavam a oferecer os primeiros serviços relacionados a alterações na comunicação.<sup>2</sup>

Embora a onda de discursos nacionalistas tivesse sido forte, as preocupações com a linguagem, assim como as demais medidas educacionais e de saúde populacionais, foram deixadas de lado, levando à criação de iniciativas isoladas, como a busca pelo cumprimento do Código de Educação do Estado de São Paulo. Tal código tinha por objetivo propor a criação de classes especiais de Ortofonia e a formação de professores especializados na correção de vícios de linguagem.<sup>3</sup>

Nessa fase, descrita por alguns autores como a fase dos pioneiros, um dos marcos mais importantes das iniciativas concretas da atuação profissional nessa área foi a criação do Laboratório de Fonética e Acústica, vinculado à Secretaria de Educação de São Paulo, em 1947. Suas atividades iniciais estavam ligadas a medidas educativas (aperfeiçoamento da fala), estéticas (questões linguísticas) e técnicas (correção de aspectos físicos).

Contudo, essas atividades no Laboratório de Fonética e Acústica deixaram de ser apenas linguísticas, voltadas para o estudo da língua,

De acordo com Danuello,<sup>5</sup> alguns professores passaram a receber cursos durante o Magistério, e se tornaram especialistas, com o objetivo de eliminar as “patologias” de fala e linguagem, passando a ser chamados de “terapeutas da fala” ou “terapeutas da palavra”.

Esse processo também acontecia em outros países. Na Alemanha, por exemplo, todas as crianças gagas eram colocadas numa mesma sala, onde recebiam aulas e terapias. Já nos Estados Unidos, as escolas já começavam a oferecer os primeiros serviços relacionados a alterações na comunicação.

e passaram a ser focadas na doença e no atendimento individual de pacientes.<sup>6</sup>

Os primeiros profissionais a exercerem a Fonoaudiologia no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950 eram, justamente, os ortofonistas, profissionais com formação técnica que, gradualmente, deixavam de ter uma atuação exclusivamente educativa, assumindo cada vez mais um caráter terapêutico. O termo “Ortofonia” foi criado e introduzido na primeira publicação de Marc Colombat de L’Isère, médico francês especialista em distúrbios específicos da voz e da fala, ainda em 1880, a qual abordava temas como estudo da fonação, voz falada e cantada, gagueira e reeducação de surdos, em seu Tratado de Ortofonia.<sup>3</sup>

A formação específica desse profissional era baseada em literatura e materiais estrangeiros e sua atuação voltava-se apenas à produção correta e regular do som, diagnosticando e qualificando o tipo de patologia do aluno.<sup>7</sup>

Nesse sentido, pode-se dizer que a fonoaudiologia se organizou ao redor de atividade pedagógica do professor, mas o caráter de reabilitar exigiu maior aproximação da área médica.<sup>8</sup>

Nas décadas que se seguiram, a profissão de Ortofonista foi ganhando cada vez mais força, o que culminou na criação do primeiro curso universitário na área, na Universidade de São Paulo, em 1958, vinculado à Clínica de

Otorrinolaringologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, denominado Curso de Ortofonía. O curso surgiu, também, para suprir a necessidade de especialistas qualificados em Otologia e Laringologia.

Já no âmbito escolar e com um olhar mais voltado para as questões da aprendizagem, o segundo curso a surgir foi vinculado ao Instituto de Psicologia da PUC-SP. Este, por sua vez, atendia a uma necessidade clínica dos psicólogos, de reabilitar pessoas com dificuldades de aprendizagem.<sup>6</sup>

Tabela 2.1: O caminho da Fonoaudiologia no Brasil

| Ortofonistas                                                                                                                                     | Audiologistas                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Professores que se especializaram na reeducação da linguagem. Possuíam formação e prática ligadas ao Magistério com objetivo de corrigir a fala. | Profissionais técnicos especializados em perdas auditivas, possíveis patologias e integridade dos órgãos relacionados à audição. |
| Logo em seguida, houve a criação do curso técnico de Logopedia ou Terapia da Palavra, voltado para reabilitação.                                 |                                                                                                                                  |

Fonte: Aarão et al, 2011; Baptista, 2013; Brasil, 2019; Danuello, 2014.

Em 1971, o então Senador André Franco Montoro, em seu primeiro ano de mandato, propôs um Projeto de Lei que tinha por objetivo organizar e legalizar a profissão. Esse primeiro projeto foi devolvido aos que hoje chamamos de fonoaudiólogos, com o intuito de fazê-los decidir qual termo seria utilizado para nomear a profissão: Logopedia, Terapia da Palavra ou Fonoaudiologia. Em 1975, o projeto foi proposto mais uma vez, mas, de novo, não foi adiante. Em 1979, o projeto foi levado novamente para votação, sob

As atividades do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) iniciaram-se em 1983 e no ano de 1984, foi aprovado o primeiro Código de

Ética da

Fonoaudiologia, determinando os direitos, deveres e responsabilidades do fonoaudiólogo.

Desde então, as resoluções do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) são as ferramentas de regulamentação oficial da profissão<sup>9</sup>

responsabilidade de outro deputado, mas também não houve êxito. E, até 1981, ainda ocorreram diversos percalços e obstáculos para o reconhecimento da profissão, incluindo a maneira como esses profissionais deveriam atuar: sob supervisão médica ou não.<sup>3</sup>

## Perspectiva atual

Em 1978 foi organizado o primeiro Congresso de Fonoaudiologia, que teve grande importância como incentivo científico à profissão. E então, em 9 de dezembro de 1981, depois de inúmeras tentativas, finalmente ocorreu a regulamentação da profissão, por meio da Lei 6.965.<sup>3</sup>

O fonoaudiólogo é definido pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia como um profissional da área da saúde de atuação independente, responsável pela promoção da saúde, avaliação e diagnóstico, orientação, terapia e aperfeiçoamento dos aspectos fonoaudiológicos, como função auditiva e vestibular linguagem oral e escrita, voz, fluência, articulação da fala, sistema miofuncional orofacial, cervical e deglutição.

Segundo Oliveira,<sup>10</sup> na década de 1990, após a movimentação política e social de redemocratização, da Reforma Sanitária, da implantação da nova política de saúde e da criação do SUS – Sistema Único de Saúde, amplia-se o conceito de saúde.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde não é apenas a ausência de

doença, mas a situação de completo bem-estar físico, mental e social.

Como até então havia um certo desconhecimento sobre a atuação esperada e o movimento de construção da profissão ainda não havia se edificado, as produções científicas se voltaram à finalidade de situar o fonoaudiólogo no sistema de saúde, incluindo a perspectiva sobre o papel preventivo desse profissional no sistema educacional.

Começaram a surgir na mesma época pesquisas e literatura sobre a atuação fonoaudiológica na Educação, abordando ângulos de propostas de inserção nesse campo, o que contribuiu para a reflexão e construção de conhecimentos na área.<sup>7</sup>

O primeiro marco na construção das resoluções nessa área foi a resolução do CFFa em 1999, que se referia ao saber específico do fonoaudiólogo, não compartilhado com o professor, sem a noção de parceria.<sup>8</sup>

Essa resolução foi revogada e substituída pela resolução CFFa Nº 309, de 1 de abril de 2005, onde há a descrição dos diferentes níveis de ensino que o fonoaudiólogo pode atuar dentro de educação, sendo estes desde a creche até o ensino superior, em qualquer instituição de ensino, seja pública ou particular. Além disso, nela vemos, de modo inovador, a ideia de parceria, entre fonoaudiólogos educacionais e educadores, para o desenvolvimento de ações que

Desde então, o tema "prevenção" se transformou em uma das diretrizes para as ações do fonoaudiólogo. Diferente do que discutiremos ao longo deste capítulo.<sup>10</sup>

Diferente do que discutiremos ao longo deste capítulo.

Foi apenas em 2010  
que a Resolução  
CFFa Nº382 de 20  
de março de 2010  
reconheceu como  
uma das  
especialidades da  
área a  
Fonoaudiologia  
Educacional.<sup>13</sup>

contribuam na prevenção, promoção e aprimoramento das questões fonoaudiológicas, a fim de otimizar o processo de ensino-aprendizagem.<sup>12</sup>

Em 2021, foi publicado o documento mais recente dessa especialidade, a Resolução CFFa Nº 605,<sup>14</sup> que dispõe sobre a atuação do fonoaudiólogo no ambiente escolar:

Art. 1º Cabe ao fonoaudiólogo que atua na Educação desenvolver ações de promoção e prevenção nos diferentes espaços educacionais formais e não formais, favorecendo e oportunizando o processo de ensino-aprendizagem e das práticas pedagógicas, em parceria com todos os agentes envolvidos nesse processo

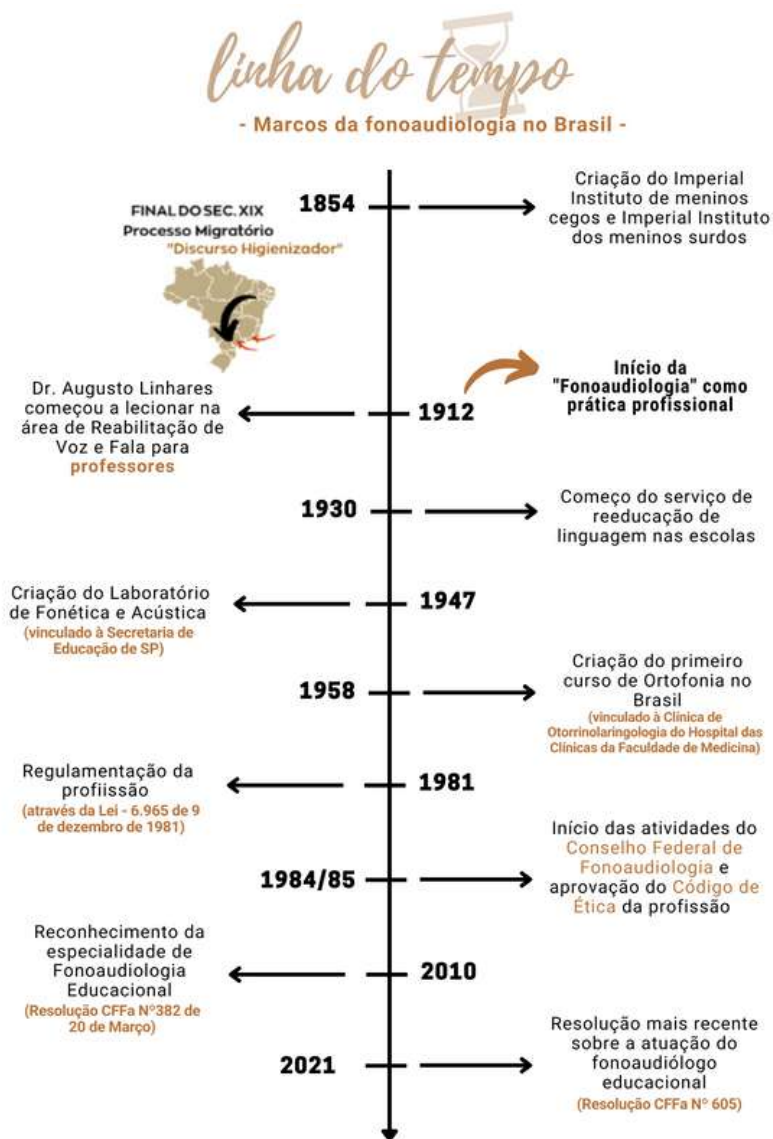
(Resolução CFFa nº 605, 2021).

As Leis Federais 10.098/94 e 10.436/2002, presentes na Constituição de 1988, validam a atuação do fonoaudiólogo na Educação, como alguém que se ocupa de questões relacionadas à comunicação e à linguagem e que pode, por isso, orientar educadores no sentido de ultrapassar dificuldades linguísticas e mesmo arquitetônicas (que desfavorecem pessoas com problemas visuais, auditivos, cognitivos e outros).<sup>15,16</sup> Esse profissional pode ainda participar na adequação de currículos e métodos, sugerir técnicas e recursos educativos.

Pode-se constatar que as práticas fonoaudiológicas no Brasil tiveram início em um contexto educacional e permanecem até os dias atuais, evidenciando a relação entre a Fonoaudiologia e a Educação.

A figura 2.1 ilustra os principais marcos da história da Fonoaudiologia no Brasil.

Figura 2.1 Linha do tempo da fonoaudiologia no Brasil



Fonte: Aarão et al, 2011; Baptista, 2013

## Referências bibliográficas

1. Costa R da. A retórica na Antiguidade e na Idade Média. Trans/Form/Ação [Internet]. 2019 [citado 12 de dezembro de 2022];42(spe):353–90. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/>
2. Conselho Regional de Fonoaudiologia da 1ª Região. História da Fonoaudiologia. CREFONO1. [Internet]. [s/d.], [citado 13 de dezembro de 2022]. Disponível em: <https://crefono1.gov.br/a-fonoaudiologia/historia/>
3. Aarão PCL, Pereira FCB, Seixas KL, Silva HG, Campos FR, Tavares APN, et al. Histórico da Fonoaudiologia: relato de alguns estados brasileiros. Rev Med de Minas Gerais [Internet]. 2011 [citado 15 de dezembro de 2022]; 21(2):238–44. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/206>
4. Catrini M, Mise YF, Pires V. Fonoaudiologia na Universidade Federal da Bahia: um enfoque histórico. Rev CEFAC [Internet]. 2019 [citado 15 de dezembro de 2022]; 21(2):e1319. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0216/20192121319>
5. Brasil BC, Gomes E, Teixeira MRF. O ensino de fonoaudiologia no Brasil: retrato dos cursos de graduação. Trab.educ.saúde. [Internet]. 2019 [citado em 16 de dezembro de 2022];17(3). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/D36bpFgQqntngVg9qQmxbMh/?lang=pt#>
6. Danuello JC. Estudo da produção científica dos docentes de pós-graduação em Fonoaudiologia, no Brasil, para uma análise do domínio. Tese [Doutorado em Ciência da Informação]. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. 2014 [citado em 16 de dezembro de 2022].;163f. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110389>
7. Baptista AE de B e N. Fonoaudiologia educacional: percurso e percalços. Dissertação [Mestrado em Linguística]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2013 [citado em 17 de dezembro de 2022]; 102f. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/13635>
8. Navas ALPGP, Giroto CRM, Costa FR da, Matumoto MA de S, Civitella MC de FM, Margall SAC. Fonoaudiologia na Educação: A Inclusão em foco. Crefono - 2ª região [Internet]. Setembro de 2013 [citado 16 de dezembro de 2022]; Disponível em: <https://www.fonosp.org.br/revista-comunicar/item/a-inclusao-em-foco>
9. Brasil. Lei no 6.965, de 9 de dezembro de 1981. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências. Brasília-DF, 9 dez. 1981 [citado 17 de dezembro de 2022]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/>

10. Oliveira DPC. Concepções e práticas na fonoaudiologia educacional: reflexões sobre a atuação do fonoaudiólogo na rede básica de ensino. Dissertação [Mestrado em Educação] Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. 2018 [citado 17 de dezembro de 2022]; 161f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26674>

11. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa Nº 232, de 1 de agosto de 1999. Dispõe sobre a atuação do fonoaudiólogo em escolas e dá outras providências. Brasília-DF. Diário Oficial da União; 13 set 1999 [citado 17 de dezembro de 2022]; 175 (1): 88. Disponível em: <[https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_232\\_99.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_232_99.htm)>.

12. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa Nº 309, de 01 de abril de 2005. Dispõem sobre a atuação do fonoaudiólogo na educação infantil, ensino fundamental, médio, especial e superior, e dá outras providências. Diário Oficial da União; 20 abr 2005 [citado 17 de dezembro de 2022]. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_309\\_05.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_309_05.htm)

3. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa no 382, de 20 de março de 2010. Dispõe sobre o reconhecimento das especialidades em Fonoaudiologia Escolar/Educacional e Disfagia pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, e dá outras providências. Brasília-DF. Diário Oficial da União; 20 março 2010 [citado 17 de dezembro de 2022]. Disponível em: <https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/>

14. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa Nº 605, de 17 de março de 2021. Dispõe sobre a atuação do fonoaudiólogo no ambiente escolar. Brasília-DF. Diário Oficial da União; 18 março 2021 [citado 17 de dezembro de 2022]. Disponível em: [:/www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/)

15. Brasil. Lei no 10.098/94, 23 de março de 1994. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União; 23 mar. 1994 [acesso em 02 maio 2021]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/>

16. Brasil. Lei no 10.436, 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União; 24.abr. 2002 [acesso em 02 maio 2021]. Disponível em: <https://www.udesc.br/arquivos/udesc>

# POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A FONOAUDIOLOGIA

Geralmente, quando falamos de política pública, estamos nos referindo às ações do Estado, abrangendo suas iniciativas, seus investimentos e suas prioridades em resposta às demandas da sociedade.<sup>1</sup> Sendo assim, pode-se dizer que as políticas públicas emergem de um contexto social, em que se busca um equilíbrio de forças entre os interesses de grupos econômicos e políticos, diferentes classes sociais e demais componentes da sociedade civil.

Normalmente, as políticas públicas podem ser distributivas, quando o Estado desempenha o papel de distribuir bens e serviços públicos para a sociedade de acordo com a necessidade e demanda; redistributivas, quando alocam-se recursos, bens ou serviços públicos específicos por uma demanda ou para garantir os direitos constitucionais; ou regulatórias, em que um conjunto de leis, regras e normas são estabelecidas.

Especificamente, políticas públicas educacionais se constituem pela articulação de projetos que envolvem o Estado e a sociedade, na busca pela construção de uma educação mais inclusiva e de melhor

## Autores

Camila P.  
Piemonte

Carolina Mendes  
L. Cruz

Julia do Prado  
Amarilla Rojas

Rafaella  
Radmylan Silva  
do Amaral

## Você sabia?

As políticas públicas podem ser distributivas, redistributivas ou regulatórias.

Segundo Ferreira e Nogueira, as políticas públicas se concretizam por meio de um processo que envolve: preparação de decisão política, agenda, formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

O sistema educacional adotado e as políticas públicas educacionais são elementos que demonstram a preocupação de um país com a educação escolar. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no Brasil, a educação tem como objetivo o desenvolvimento pleno da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho. Como o artigo 205 defende a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, isso coloca o ensino escolar em um lugar de suma importância para o país.

qualidade, que atinjam os objetivos propostos pela Constituição Federal, como o direito à educação para todos. Porém, como a educação é um conceito muito amplo vale dizer, nesse caso, que as políticas públicas se voltam para o enfrentamento das problemáticas existentes no cotidiano escolar, que acabam sendo barreiras na qualidade da educação.<sup>3</sup>

Atualmente, a Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), organiza o sistema educacional brasileiro.<sup>4</sup> De acordo com a LDB, a educação escolar é composta por educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior.

Por causa do sistema federativo de organização político-administrativo do país e de uma série de fatores que influenciaram a década de 1980, definiu-se a descentralização do ensino em sistemas federativos, o que permite dizer que não existe um único sistema educacional no país. Dessa forma, é responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios organizar seus sistemas de ensino em regime de colaboração, levando em consideração suas competências comuns, concorrentes e privativas atribuídas a cada um dos entes federados.<sup>2,6</sup>

Essa descentralização tem diversos efeitos. Uma delas é que cada ente federativo possui

certa autonomia de organização de seu sistema de ensino, sendo que a União é responsável por elaborar e coordenar políticas públicas superiores, os Estados são responsáveis por elaborar políticas públicas em consonância com os Municípios e, por fim, os Municípios são responsáveis pela criação de normas necessárias ao seu ensino.<sup>2</sup> Além disso, cada um tem a responsabilidade de organizar e manter suas instituições de ensino, sendo que a União é responsável pelo ensino superior, os Estados responsáveis principalmente pelo ensino fundamental (6º ao 9º ano) e médio, também pelo ensino superior, enquanto os Municípios são responsáveis pela educação infantil e pelo ensino fundamental (1º ao 5º ano).<sup>4</sup>

A LDB é um conjunto de princípios que rege o sistema educacional no país, sendo considerada uma política pública regulatória. Então, o conhecimento sobre a lei e a organização do sistema educacional é importante, pois a partir dele é possível criar estratégias para aperfeiçoar a educação do país com o envolvimento da sociedade civil.

As políticas públicas educacionais surgem como formas de garantir educação escolar conforme assegurado na Constituição Federal. Como mencionado anteriormente, as políticas públicas podem ser nacionais, estaduais ou municipais de acordo com as demandas da população.<sup>3</sup> Entre as políticas públicas educacionais nacionais estão o Programa Bolsa Família, o Exame Nacional do

Ensino Médio (ENEM) e o Programa Nacional de Transporte Escolar.<sup>5</sup>

**Figura 3.1.** Deveres do Estado de acordo com a LDB

Lei 9394

**LEI DE DIRETRIZES E BASES DA  
EDUCAÇÃO NACIONAL**

Segundo o artigo 4, o Estado exerce seu dever garantindo

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Educação básica <b>obrigatória e gratuita</b> dos 4 aos 17 anos de idade;</p> <p>Educação infantil <b>gratuita</b> às crianças de até 5 anos de idade;</p> <p>Atendimento educacional especializado <b>gratuito</b> aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;</p> <p>Acesso <b>público e gratuito</b> aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;</p> <p>Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística;</p> <p>Oferta de <b>ensino noturno</b> regular;</p> | <p>Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características próprias que garantam de acesso e permanência na escola;</p> <p>Atendimento ao educando, na educação básica, por meio de programas suplementares de <b>material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;</b></p> <p>Padrões mínimos de qualidade do ensino;</p> <p>Vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 anos de idade;</p> <p>Alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica</p> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Brasil, 1996

**Figura 3.2.** Exemplo de políticas públicas educacionais nacionais



Fonte: Ferreira, Santos, 2014; Hein, 2017

## **Plano Nacional de Educação**

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um plano decenal para a educação estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O objetivo do PNE é estabelecer diretrizes, estratégias e metas educacionais para a próxima década,<sup>26</sup> visando oferecer uma educação com mais qualidade para a população brasileira. Uma das metas seria investir cerca de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) do país em educação até 2024.

O último PNE foi instituído pela Lei nº 13.005, aprovada em 2014 e vigente até 2024.<sup>7</sup> O PNE é de âmbito nacional, mas para o Plano obter êxito, os estados formularam os Planos Estaduais de Educação (PEEs) e os municípios os Planos Municipais de Educação (PMEs), ambos coerentes e integrados, seguindo as diretrizes e metas propostas pelo PNE.

Vigente desde 25 de junho de 2014, o PNE segue 10 diretrizes:

Figura 3.3. Diretrizes do PNE de 2014



Fonte: Brasil, 2014

A partir dessas diretrizes, foram traçadas 20 metas, que devem ser alcançadas até 2024, referentes à Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Inclusão, Alfabetização Infantil, Educação Integral, qualidade da Educação Básica, elevação da escolaridade/diversidade, Alfabetização de Jovens Adultos, Educação de Jovens

Adultos integrada à Educação Profissional, Educação Profissional, Educação Superior, qualidade da Educação Superior, Pós-Graduação, Profissionais de Educação, formação de professores, valorização dos professores, Plano de Carreira Docente, Gestão Democrática e Financiamento da Educação.<sup>7</sup>

A Meta 4 diz respeito à Inclusão e estabelece como objetivo a universalização do acesso à educação para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação até 2024. Atualmente, de acordo com o IBGE, o resultado parcial apresentado é que 82,5% dessa população frequenta a escola.<sup>8</sup>

A primeira lei federal que garante direitos aos educandos com dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e outros transtornos de aprendizagem na educação foi aprovada somente em novembro de 2021,<sup>9</sup> após muitos anos de luta na condição de invisibilidade perante a lei brasileira.

As Metas 5 e 9 se referem à alfabetização infantil e de jovens e adultos, respectivamente. O objetivo da meta 5 é, até 2024, alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental. Entretanto, os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), aplicados no ano de 2014 e 2016 nas crianças do 3º ano,

A fim de monitorar e avaliar os Planos Subnacionais de Educação (Planos Estaduais e Municipais de Educação), o Ministério da Educação (MEC) instituiu a Rede de Assistência Técnica para Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação, que subsidia as comissões coordenadoras responsáveis em cada estado.

É importante destacar que essa meta, assim como as outras traçadas, não incluem indivíduos com Transtorno Específico da Aprendizagem, Dificuldade de Aprendizagem, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem.

A luta por políticas públicas para essa população é um assunto importante que será melhor discutido no final deste capítulo no tópico "Lei federal para educandos com transtornos de aprendizagem e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade".

Antes de 2019, o Saeb costumava ser aplicada somente nos alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e alunos 3º ano do Ensino Médio.<sup>11</sup> Nessa prova, os participantes são distribuídos em níveis de proficiência de acordo com o desempenho, sendo que os níveis vão de menor a maior complexidade.

demonstram que o país ainda está longe de alcançar essa meta.<sup>10</sup>

De modo geral, a ANA avalia os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa, a alfabetização em matemática e as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas e é parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em 2014, ano de aprovação do PNE, apenas 43,8% e 42,9% dos alunos da rede pública tinham aprendido suficiente em leitura e matemática, respectivamente. Já em 2016, esse número subiu para 45,3% e 45,5%, ao passo que 66,2% dos alunos tiveram desempenho satisfatório na escrita.<sup>10</sup>

Desde 2019, respeitando a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que antecipou o fim do ciclo de alfabetização do 3º para o 2º ano, a alfabetização também foi incluída como ponto de observação nas edições do Saeb.

Antes da pandemia, em 2019, 15,5% dos alunos tiveram desempenho nos três níveis mais básicos (Abaixo de 1, Nível 1 e Nível 2), em Língua Portuguesa, e 15,9%, em Matemática. A média nacional da prova foi de 750 pontos, equivalente ao nível de proficiência 5, descrito pelo Daeb (Diretoria de Avaliação da Educação Básica), e somente 17,1% dos alunos atingem os dois níveis mais altos da prova, em Matemática, e 14,8%, em Língua Portuguesa.<sup>10-11</sup>

Além disso, a análise dos dados por estado mostram uma desigualdade regional em relação ao desempenho dos alunos, sendo a região Norte a mais afetada, com 15,5% das crianças nos dois patamares mais baixos de proficiência em Língua Portuguesa.<sup>10</sup>

Na última edição do Saeb (2021),<sup>12</sup> houve uma queda de desempenho dos alunos do 2º ano em Língua Portuguesa e Matemática pós-pandemia. A média brasileira em Língua Portuguesa caiu 24,5 pontos em relação a 2019, enquanto em Matemática, a média caiu 9 pontos. Esses dados apontam para o impacto da pandemia no ensino brasileiro e ainda indicam que há um caminho ainda maior para o cumprimento da meta 5.

Sobre a Meta 9, ela propõe três objetivos:

- elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais;
- erradicar o analfabetismo absoluto até 2024 e;
- reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.<sup>8</sup>

Em 2021, dados do Pnad e IBGE, sugerem que 95% dessa população está alfabetizada, faltando 5% para completar a meta. A taxa de analfabetismo funcional estaria em 11,4% nessa população, redução de 4% em relação à 2014.

Atualmente, os primeiros dados sobre o impacto da pandemia de Covid-19 na educação começam a aparecer, revelando antigos e novos desafios do país. Sabe-se que a interrupção do ensino presencial em 2020

É necessário empenho público e civil para o enfrentamento desses desafios agravados pela pandemia, sendo a criação de novas políticas públicas um favor necessário a fim de construir um futuro com mais oportunidades para a população.

A partir desses dados, percebe-se que mesmo antes da pandemia, o ensino não alcançava sua meta quanto aos anos iniciais do ensino fundamental, ao final do segundo ano, a maioria dos alunos não dominava as habilidades mais complexas da base curricular. Nesse sentido, muitos alunos acabam enfrentando mais dificuldades para acompanhar o conteúdo.

causou grandes impactos na educação escolar, desde a falta de acesso à baixa qualidade de ensino, evasão escolar e outros problemas estruturais que permeiam a educação brasileira.

A comparação dos dados do Saeb de 2019 e 2021 do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio já mostram déficit na aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática. Um estudo publicado pelo Banco Central alerta que os prejuízos em relação à alfabetização e os impactos na educação podem afetar a geração mais jovem até a vida adulta, marcando uma possível diminuição de produtividade e perdas salariais.<sup>11,12</sup>

Diante disso, é necessário empenho público e civil para o enfrentamento desses desafios agravados pela pandemia, sendo a criação de novas políticas públicas um favor necessário a fim de construir um futuro com mais oportunidades para a população.

## **Política Nacional de Alfabetização**

Na tentativa de cumprir as metas quanto à alfabetização, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) foi conduzida e instituída pelo Ministério da Educação, através do Decreto de nº 9.765, de 11 de abril de 2019, por meio da Secretaria de Alfabetização (Sealf). Essa política tem como principal objetivo promover a qualidade do ensino e da aprendizagem na alfabetização em todo o território nacional, além do

combate ao analfabetismo absoluto e o funcional, tendo em vista as diferentes modalidades da educação básica e da educação não formal.<sup>15</sup>

Em geral, a nova PNA fundamenta suas diretrizes nas ciências cognitivas, baseando a alfabetização em componentes essenciais que focam na literacia, capacidade do indivíduo de se apropriar da linguagem como prática social a partir da aquisição da leitura e da escrita, e a numeracia, habilidade de aplicar leis matemáticas e raciocinar sobre os números.

O público-alvo da Política Nacional de Alfabetização são alunos cursando os primeiros anos do ensino fundamental, alunos da educação básica regular que ainda não apresentam níveis satisfatórios de alfabetização, alunos da educação de jovens e adultos, jovens e adultos sem matrícula no ensino formal e ainda os alunos das modalidades especializadas de educação.

A Política Nacional de Alfabetização é implementada por meio de programas e ações do Governo Federal em conjunto aos membros da federação, como o programa Conta pra Mim e o programa Tempo de Aprender, ambos baseados nas diretrizes da PNA.

O programa Tempo de Aprender é um projeto de alfabetização destinado aos alunos da pré-escola e do 1º e 2º ano do ensino fundamental da rede pública estadual,

Assim, a PNA visa cumprir com as metas 5 e 9 da Política Nacional de Educação, citada anteriormente.

Na PNA, são levados em consideração os benefícios sociais da alfabetização, apresentada como ferramenta de superação da vulnerabilidade social, e reconhece a centralidade da família no processo de aprendizagem.

Além do público citado anteriormente, há também grupos beneficiários prioritários da Política Nacional de Alfabetização, sendo eles professores da educação infantil, alfabetizadores e da educação básica, gestores e dirigentes escolares, instituições de ensino, famílias e organizações da sociedade.

Como qualquer outra política, a PNA é monitorada e avaliada pelo Governo Federal, a fim de aferir sua efetividade e suprir suas necessidades, através de assistência técnica e financeira.

municipal e distrital. Este projeto tem finalidade de apoio pedagógico aos envolvidos no processo da alfabetização, e visa incentivar a educação permanente desses profissionais, oferecendo o Curso de Formação Continuada em Práticas de Alfabetização gratuitamente.

Já o programa Conta Pra Mim pretende incentivar a participação familiar no processo não apenas de alfabetização, mas da literacia e da linguagem oral das crianças. Este projeto foi lançado em dezembro de 2019, tendo como público-alvo todas as famílias brasileiras, priorizando aquelas em condição de vulnerabilidade socioeconômica. O último foi alvo de algumas críticas, uma vez que o programa parece transferir responsabilidade escolar para a família sem o devido reconhecimento da parceria entre ambos.

## **Modelos de Políticas Públicas Educacionais Internacionais**

Todo indivíduo necessita de conhecimentos, habilidades e competências para participar de fato de uma sociedade e de uma economia de um país. A educação constitui uma das bases mais importantes, proporcionando ao indivíduo aprender novas habilidades para um país que está sujeito a uma economia de rápida mudança tecnológica e industrial. Para além dos benefícios sociais, uma boa educação viabiliza a possibilidade de conseguir um emprego e custear

economicamente uma boa qualidade de vida, estimulando a economia.

Desde sua fundação, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem considerado que a educação está diretamente associada com o progresso econômico e do comércio mundial. Dentre os 34 países que compõem a OCDE, 79% dos adultos entre 25 e 64 anos concluíram o ensino médio, e a taxa de mulheres que conseguem diploma de ensino superior é maior que a de homens (39% contra 34%, respectivamente).<sup>16</sup>

Uma forma de medir as habilidades e conhecimentos de alunos para uma participação ativa na sociedade é pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), feito pela OCDE. O PISA mensura a capacidade de leitura, a aplicação de conceitos matemáticos e o conhecimento de ciências, atribuindo a cada um desses uma pontuação.<sup>16-17</sup> Quando se observa o desempenho dos alunos brasileiros, o nível de aprendizado em matemática está muito abaixo do satisfatório, sendo que o número de alunos que apresentaram essa classificação supera os dois terços dos alunos avaliados. Além disso, por volta de 43% dos participantes obtiveram nota abaixo do nível 2 em leitura, matemática e ciências.<sup>16</sup>

Entre os 23 países que apresentaram melhores desempenhos na nota, as diferenças de classes sociais são menores em Macau

Portanto, as taxas de conclusão de ensino fundamental e ensino médio são formas de se visualizar o quanto um determinado país está preparando seus alunos para atender aos requisitos mínimos do mercado de trabalho.

O PISA mensura a capacidade de leitura, a aplicação de conceitos matemáticos e o conhecimento de ciências, atribuindo a cada um desses uma pontuação.<sup>16-17</sup>

### **SOBRE A EDUCAÇÃO JAPONESA**

Esse podium da educação japonesa nem sempre foi observado, por causa das desigualdades sociais e educacionais ao longo de sua história.<sup>18,19</sup> Em 701, o Código Taiho estabeleceu, na capital e províncias, que apenas descendentes da alta nobreza tivessem acesso à escola.<sup>18</sup>

(China) e maiores na França. Já no Japão, os alunos pontuaram mais que a média dos alunos pertencentes aos países da OCDE em leitura (504 pontos), matemática (527) e ciências (529). Em particular, o Japão mantém uma alta taxa na pontuação porque investe na educação básica e isso se reflete no alto desempenho de seus estudantes em avaliações internacionais.

Esse podium da educação japonesa nem sempre foi observado, por causa das desigualdades sociais e educacionais ao longo de sua história.<sup>18,19</sup> Em 701, o Código Taiho estabeleceu, na capital e províncias, que apenas descendentes da alta nobreza tivessem acesso à escola.<sup>18</sup> No período Kamakura (1185-1333), os filhos de samurais estavam aptos a receber educação formal. Posteriormente, entre 1603 e 1868, a educação se popularizou, tornando-se acessível tanto para a elite quanto para as classes menos favorecidas. Dessa forma, o alfabetismo da população do Japão em 1868 era superior quando comparado com as taxas dos países ocidentais.<sup>20</sup>

Para aproximar-se do Ocidente e consolidar-se como uma unidade nacional, os líderes Meiji implementaram um novo sistema educacional, composto por educação básica (obrigatória para todos, incluindo garotos e garotas), ensino médio e ensino universitário. Após 1947, com o fim da Segunda Guerra Mundial, sob direção das forças de ocupação dos países vencedores da Guerra, entrou em

vigor a Lei da Educação Escolar que estabelece a duração de seis anos no ensino primário, três anos para o ensino fundamental e três anos no ensino médio.

Quando se observa os investimentos em Educação do Japão, esse país investe menos que a média dos países da OCDE, aplicando 3,3% de seu PIB (versus 4.9% dos países da OCDE). Por exemplo, enquanto os Estados Unidos gastam quase US \$11 mil/aluno, o Japão gasta em média US \$9 mil/aluno.<sup>17-20</sup> A diferença da relação custo-benefício entre esses países está em como é distribuída essa verba.

O Japão investe mais na infra-estrutura e em construções simples de suas escolas, além da compra de materiais geralmente econômicos, tais como livros impressos em papel simples. A limpeza, em geral, é feita pelos próprios alunos e professores e a gestão escolar possui apenas um diretor e vice-diretores, não havendo cargos intermediários. Dessa forma, o governo japonês garante salários mais altos para os professores do que a média dos países da OCDE (professores na educação básica no Japão ganham US\$4,1 mil/mês versus salário médio de US \$3,7 mil dos professores de países da OCDE). No Japão, o salário dos professores não varia muito nas áreas urbanas e rurais, mesmo com diferenças no custo de vida, fazendo com que o remanejamento desses professores seja facilitado devido ao maior interesse por suas vantagens financeiras.

## ENTÃO

No período Kamakura (1185-1333), os filhos de samurais estavam aptos a receber educação formal. Posteriormente, entre 1603 e 1868, a educação se popularizou, tornando-se acessível tanto para a elite quanto para as classes menos favorecidas. Dessa forma, o alfabetismo da população do Japão em 1868 era superior quando comparado com as taxas dos países ocidentais.<sup>20</sup>

.Para aproximar-se do Ocidente e consolidar-se como uma unidade nacional, os líderes Meiji implementaram um novo sistema educacional

## NOVO SISTEMA

Estabelecido pelos líderes Meiji, era composto por educação básica (obrigatória para todos), ensino médio e ensino universitário.

Após 1947, com o fim da Segunda Guerra Mundial, sob direção das forças de ocupação dos países vencedores da Guerra, entrou em vigor a Lei da Educação Escolar que estabelece a duração de seis anos no ensino primário, três anos para o ensino fundamental e três anos no ensino médio

Portanto, o Japão é uma potência mundial em ciência e tecnologia porque a maioria dos japoneses sabem que o caminho da prosperidade é a educação para si e para seus filhos e a forma como se investe em educação é fundamental para alcançar a excelência das habilidades dos alunos para o desenvolvimento do país.

Quando se considera o relatório de Desenvolvimento Humano de 2020 feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,<sup>23</sup> o México e o Brasil possuem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.779 e 0.765 e ocupam as posições de 74 e 84º lugar, respectivamente. Por outro lado, o Japão possui IDH de 0.919, ocupando a posição de 19º lugar no ranking do relatório. Nesse relatório, o Índice de Educação mede a taxa de alfabetização em adultos e também a taxa de escolarização do ensino primário, secundário e terciário. Portanto, a educação, segundo esse relatório, seria uma medida para avaliar a qualidade de vida e bem-estar, tendo um peso fundamental no índice calculado.

Em particular, a América do Sul possui as sociedades mais desiguais do mundo.<sup>24</sup> Consequentemente, ampliar a acessibilidade de uma educação de qualidade para todos torna-se cada vez mais um grande desafio a ser resolvido.

Um estudo estatístico mostrou os fatores que influenciam na pontuação do PISA usando os

dados entre 2006 e 2015 nas avaliações feitas na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai. A partir de regressão linear multivariável, foram verificadas importantes melhorias na redução das desigualdades de desempenho em linguagem, matemática e ciências e de características socioeconômicas.

Entre esses países, principalmente no Peru e Chile, houve uma melhora no desempenho dos alunos na leitura. No Chile, as bases de matemática dos alunos são suficientes apenas para interpretar resultados e raciocinar sobre questões ou então para responder apenas perguntas simplificadas e contextualizadas. No Peru e no Brasil, os alunos pontuaram 100 pontos a menos em relação aos alunos dos países da OCDE, sugerindo que eles conseguem aplicar apenas os conhecimentos científicos em situações simples ou que vivenciaram.

O estudo de regressão linear mostra que o desempenho dos alunos na avaliação do PISA entre os anos de 2006 e 2015 estão associados a fatores econômicos, sendo mais acentuado no Peru e menos acentuado na Argentina. De fato, há pouco investimento na educação dos países da América do Sul.<sup>24</sup>

Quando se considera o combate ao analfabetismo, ainda não há políticas públicas satisfatórias e poucos recursos financeiros são destinados à educação primária entre os países da América do

#### **ASSIM**

O estudo de regressão linear mostra que o desempenho dos alunos na avaliação do PISA entre os anos de 2006 e 2015 estão associados a fatores econômicos, sendo mais acentuado no Peru e menos acentuado na Argentina. De fato, há pouco investimento na educação dos países da América do Sul.<sup>24</sup>

#### **INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

O Brasil investiu em 2000, 2006 e 2013, uma porcentagem do PIB de aproximadamente 3,95, 4,87 e 5,99%, respectivamente.

Os investimentos do Peru na educação nos anos 2000, 2006 e 2015 foram 3,22, 2,66 e 3,98% em relação ao PIB do país.

## **INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL**

No Chile, os investimentos foram menores, representando uma porcentagem do PIB de 3,71, 3,02 e 4,92%, nos anos 2000, 2006 e 2015, respectivamente.

No Uruguai, os investimentos são ainda menores, apresentando uma porcentagem em relação ao PIB de 2,42, 2,88 e 4,36% nos anos 2000, 2006 e 2011, respectivamente.

O México, por sua vez, investiu em 2000, 2006 e 2014, uma porcentagem em relação ao PIB de 4,14, 4,76 e 5,31 %, respectivamente..<sup>25</sup>

Sul.<sup>24</sup>No Brasil, estima-se que o analfabetismo é duas vezes maior no Nordeste do que no Sudeste. No Peru, o analfabetismo pode chegar a 21% nas populações indígenas. Portanto, a América do Sul ainda não tem políticas públicas fundamentais que promovam o acesso a uma educação de qualidade, desde a primeira infância até o ensino técnico-profissional e superior.

No Brasil, os desafios da educação brasileira estão muito relacionados com a desigualdade socioeconômica que permeia a história do país, sendo os principais a evasão escolar, o trabalho infantil, a falta de infraestrutura e tecnologia, falta de participação familiar e desvalorização dos profissionais da educação. Sendo assim, o grande desafio do poder público é combater esses problemas econômicos e aumentar os investimentos da educação básica, por meio de políticas públicas, para dar melhores oportunidades para a população.

## **Lei federal para educandos com transtornos de aprendizagem e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade**

Após muitos anos de movimentação por políticas públicas que dessem voz à estudantes com transtorno de aprendizagem ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), que não estavam sendo contemplados por nenhuma lei

educacional específica, foi aprovada a Lei federal nº 14.254 em 30 de novembro de 2021.<sup>9</sup> Antes dela, nem mesmo a última Política Nacional de Educação Especial, estabelecida em 2020, mencionava as necessidades específicas deste grupo e nem reconhecia as dificuldades funcionais que estas crianças passam em sua vida escolar

Por isso, antes desta lei, não teriam acesso às adaptações e suportes educacionais necessários, situação que pode causar grande prejuízo escolar, acadêmico e profissional para quem sofre desses transtornos.<sup>29</sup>

O Transtorno Específico da Aprendizagem (TEAp) e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) são reconhecidos internacionalmente em classificações de doenças e critérios diagnósticos, como CID 10 e DSM-5. Então, é sabido que indivíduos com TEAp e TDAH precisam de adaptações educacionais tanto quanto as pessoas com deficiência, transtorno do espectro do autismo, altas habilidades ou superdotação, e seus direitos devem ser garantidos através de políticas públicas.

Nem mesmo a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) instituída pelo Decreto 10.502 de 30 de Setembro de 2020, estabelece qualquer tipo de apoio específico a este grupo e, por isso, era nítido a falta de reconhecimento das necessidades destes estudantes perante a lei brasileira. A PNEE tem o objetivo de garantir o direito à

#### **SOBRE A PNEE**

A política gera grande debate ao redor das diretrizes estabelecidas, uma vez que incentiva classes e escolas especiais, e não a educação inclusiva, o que pode ser considerado um retrocesso. Além disso, a política dá suporte apenas a educandos com transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro do autismo e altas habilidades ou superdotação.<sup>35</sup> conforme definido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, o que exclui indivíduos com transtornos e dificuldades de aprendizagem e TDAH.

educação especial para quem necessita. No entanto, gera grande debate ao redor das diretrizes estabelecidas, uma vez que incentiva classes e escolas especiais, e não a educação inclusiva, podendo ser considerada um retrocesso. Além disso, a política dá suporte apenas a educandos com transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro do autismo e altas habilidades ou superdotação,<sup>35</sup> conforme definido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, o que exclui indivíduos com transtornos e dificuldades de aprendizagem e TDAH.

Nesse sentido, devido a demanda por políticas que respaldam o apoio a esses estudantes, a Lei nº 14254/2021,<sup>9</sup> reconhece as necessidades desses alunos e dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Apesar da urgência por leis federais, foram muitos anos de mobilização política até a aprovação final dessa lei. Começou com o Projeto de Lei 7081/2010, apresentado no Senado pela primeira vez em 2008, que se refere ao diagnóstico e tratamento da dislexia e do TDAH na educação básica.

Atualmente, a lei estabelece que o poder público deve manter um programa de acompanhamento integral para estudantes com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Assim, a ideia de acompanhamento integral inclui a identificação precoce do transtorno, o encaminhamento para diagnóstico, o apoio educacional na rede de ensino, além de apoio terapêutico especializado na rede de saúde.

Ainda, a legislação estabelece que é papel da escola da educação básica, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, garantir o cuidado e a proteção a esse grupo, com a participação das redes de proteção social existentes no território como apoio, para o desenvolvimento pleno desses indivíduos.

Além disso, determina que, frente à alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita ou instabilidade na atenção, que estejam atrapalhando o rendimento escolar, os alunos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem tem direito a acompanhamento específico e precoce, pelos seus educadores na escola e podem ter apoio e orientação da área de saúde, de assistência social e de outras políticas públicas.

Outras necessidades específicas, que sejam percebidas no desenvolvimento do aluno, devem ser atendidas por profissionais da rede de ensino em parceria com profissionais da rede de saúde. Nesse caso, o estudante pode ter intervenção terapêutica realizada no serviço de saúde, onde passa por avaliação diagnóstica e acompanhamento de equipe multidisciplinar composta por educadores, psicólogos, psicopedagogos, médicos e

Apesar da urgência por leis federais, foram muitos anos de mobilização política até a aprovação final dessa lei. Começou com o Projeto de Lei 7081/2010, apresentado no Senado pela primeira vez em 2008, que se refere ao diagnóstico e tratamento da dislexia e do TDAH na educação básica.

Agora que a legislação está em vigor, a preocupação é que seja devidamente regulamentada e implementada pelo poder público para que seja aplicada na prática, e evite diferenças de tratamento entre os sistemas de ensino. Existem, ainda, outras leis e projetos de lei estaduais semelhantes, com o objetivo de garantir os direitos educacionais de estudantes com transtornos de aprendizagem e TDAH.

fonoaudiólogos, segundo a necessidade.

Por fim, o artigo 5º responsabiliza os sistemas de ensino à garantirem aos professores da educação básica amplo acesso à informação, por exemplo, dos encaminhamentos possíveis para atendimento do aluno, e acesso à formação continuada para identificação precoce de sinais de transtornos de aprendizagem ou TDAH e para o atendimento educacional escolar dos alunos.

Agora que a legislação está em vigor, a preocupação é que seja devidamente regulamentada pelo poder público para que seja aplicada na prática, e evite diferenças de tratamento entre os sistemas de ensino.

Existem, ainda, outras leis e projetos de lei estaduais semelhantes, com o objetivo de garantir os direitos educacionais de estudantes com transtornos de aprendizagem e TDAH.

Atualmente, ainda é preciso outras leis que assegurem os direitos educacionais específicos dos estudantes com transtornos de aprendizagem e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, como políticas de ingresso e permanência na universidade, e essas políticas devem ser regulamentadas e implementadas pelo poder público.

**Figura 3.4.** Projetos de lei para alunos com Transtorno de Aprendizagem e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade do estado de São Paulo



Fonte: São Paulo, 2017; São Paulo, 2017; São Paulo, 2019; São Paulo, 2019; São Paulo, 2020

É de  
responsabilidade do  
Ministério da Saúde  
e Ministério da  
Educação, descrever  
ações e desenvolver  
programas e  
estratégias para  
aplicação em  
território nacional  
em conjunto,  
segundo o dever de  
cada um.

## O papel do Fonoaudiólogo na Políticas Públicas

As políticas públicas são instrumentos de efetivação do direito do cidadão, em prol da gestão democrática de uma nação e a partir do interesse da sociedade e do indivíduo, realizada por intermédio de agentes estatais e com a participação de diversos atores sociais na elaboração, execução e manutenção destas.

A articulação de estratégias entre diferentes políticas públicas e camadas populacionais está entre as competências do profissional fonoaudiólogo educacional, de acordo com o Guia Norteador da Atuação do Fonoaudiólogo Educacional.<sup>41</sup> Nas Secretarias de Saúde, por exemplo, o fonoaudiólogo contratado pode desenvolver ações intersetoriais de suporte e integração entre saúde e educação, atuando em unidades educacionais, por meio de atividades de suporte à saúde do trabalhador, à atenção básica à comunidade escolar e pela participação ativa em políticas intersetoriais. Além disso, o fonoaudiólogo educacional pode também integrar instâncias de Controle Social municipal, estadual ou federal, tanto na área da saúde quanto na educação.

Por meio de políticas públicas, a Fonoaudiologia vem ampliando seu espaço de atuação, se estendendo desde a atenção básica até a média e alta complexidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, intervenções fonoaudiológicas mais específicas são garantidas por lei ou projetos

de lei, como é o caso do teste da orelhinha, por meio da Lei Federal nº 12.303, de 2 de agosto de 2010, e a promoção da saúde da voz do professor, a partir do Projeto de Lei Federal nº 1.128, de 2003.<sup>45</sup>

O fonoaudiólogo pode contribuir com a consolidação de redes de apoio à saúde por meio de sua atuação no Programa Saúde na Escola (PSE).<sup>42</sup> O Programa Saúde na Escola é uma colaboração entre os Ministérios da Saúde e da Educação e visa a expansão de ações específicas de saúde voltadas às crianças e adolescentes da rede pública de ensino, aos alunos da educação profissional e tecnológica, da educação de jovens e adultos (EJA) e às unidades de saúde da Atenção Primária (AP).

O fonoaudiólogo, dentro do programa Saúde na Escola (PSE), está apto ao encaminhamento à triagem auditiva, por exemplo, uma vez que as alterações auditivas trazem consequências ao desenvolvimento global dos alunos e, quando em professores e funcionários, essa intervenção evita que se agravem riscos à audição, promovendo melhor qualidade de vida e condições de trabalho.<sup>43</sup> Além disso, o profissional da Fonoaudiologia tem muito a oferecer à comunidade escolar, ampliando ações de promoção e prevenção de saúde e de identificação de adversidades referentes à comunicação humana.

Visando melhoria no desempenho da

#### **PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA**

É uma colaboração entre os Ministérios da Saúde e da Educação e visa a expansão de ações específicas de saúde voltadas às crianças e adolescentes da rede pública de ensino, aos alunos da educação profissional e tecnológica, da educação de jovens e adultos (EJA) e às unidades de saúde da Atenção Primária (AP).

O PSE é composto de ações subdivididas em três tópicos: avaliação das condições de saúde, promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos, e educação permanente para qualificação da atuação dos profissionais da Educação e da Saúde.

instituição em que está inserido, o fonoaudiólogo pode contribuir na elaboração e cumprimento do projeto pedagógico, promover ações e campanhas educativas voltadas à importância do respeito à diversidade, em favor do processo de inclusão e também a outras questões diversas que envolvem o ambiente escolar. Esse profissional tem como dever auxiliar a equipe pedagógica e a comunidade escolar como um todo a ter uma perspectiva mais abrangente acerca dos alunos com desempenho escolar abaixo do esperado, que apresentem dificuldades de leitura e escrita, alterações da linguagem oral (como a gagueira, o atraso no desenvolvimento da fala e linguagem, entre outras questões), da voz (rouquidão, por exemplo) e da motricidade orofacial.

## Referências bibliográficas

1. Silva EM da, Dias JR, Mendonça DFC. POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: uma revisão de conceitos centrais [Internet]. In: Seminário de Políticas Públicas Educacionais: desafios e perspectivas após o Golpe de 2016; 2018 ago 1-3; Itapetinga, Bahia. Itapetinga, UESB, [s.d] [citado 28 de dezembro de 2023]. Disponível em: [http://www2.uesb.br/eventos/politicaspUBLICAS/wp-content/uploads/2018/12/I\\_SEM\\_PPE\\_2018\\_7.pdf](http://www2.uesb.br/eventos/politicaspUBLICAS/wp-content/uploads/2018/12/I_SEM_PPE_2018_7.pdf).
2. Terra M de LE. Políticas públicas e educação [Internet]. 1º ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil; 2016 [citado 19 de janeiro de 2023]. 163 p. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/127470>
3. Ferreira LAM, Nogueira FM de B. Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas e o plano nacional de educação. Arquivo Brasileiro de Educação. 2015 [citado 20 de dezembro de 2022];3(5):102-29. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos\\_politicas\\_educacionais\\_cotidiano\\_escolas\\_publica\\_PNE.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos_politicas_educacionais_cotidiano_escolas_publica_PNE.pdf)
4. Brasil. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [Internet]. Diário Oficial da União; dez 23, 1996 [citado 20 de dezembro de 2022]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>
5. Ferreira CS, Santos EN dos. Políticas públicas educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. Revista Labor. 2014 [citado 4 de janeiro de 2023];1(11):143-55. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6627>.
6. Hein ACA. Organização e legislação da educação [Internet]. 1º ed. Pearson Education do Brasil; 2017 [citado 19 de janeiro de 2023]. 163 p. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/127463>
7. Brasil. Lei Nº 13.005 de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, jun 26, 2014 [citado 20 de dezembro de 2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)

## Referências bibliográficas

8. INEP. Painel de Monitoramento do PNE [Internet]. Brasília - DF. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. [citado 27 de dezembro de 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>
9. Brasil. Lei Nº 14.254. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. [Internet]. Seq. 1, Diário Oficial da União; 1 dez. 2021 [citado 27 de janeiro de 2023], p.225. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.254%2C%20DE%2030,ou%20outro%20transtorno%20de%20aprendizagem](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.254%2C%20DE%2030,ou%20outro%20transtorno%20de%20aprendizagem)
10. Todos Pela Educação. Anuário Brasileiro da Educação Básica [Internet]. São Paulo: Moderna; 2021 [citado 28 de janeiro de 2023] p. 184. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario\\_21final.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf)
11. INEP. Relatório de Resultados do Saeb 2019 - volume 2: 2º ano do ensino fundamental [Internet]. Brasília-DF: INEP/Ministério da Educação; 2021 dez [citado 27 de dezembro de 2022] p. 64. v2. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/saeb/2019/resultados/relatorio\\_de\\_resultados\\_do\\_saeb\\_2019\\_volume\\_2.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2019/resultados/relatorio_de_resultados_do_saeb_2019_volume_2.pdf)
12. INEP. Apresentação da Coletiva de Imprensa - Saeb 2021 [Internet]. INEP/Ministério da Educação; 2022 [citado 27 de janeiro de 2023]; Brasília. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/institucional/apresentacao\\_saeb\\_ideb\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/institucional/apresentacao_saeb_ideb_2021.pdf)
13. Bucci MPD, Gomes, FAD. A piece of legislation for the guidance of public education policies in Brazil: the National Education Plan 2014–2024, The Theory and Practice of Legislation, 5:3, 277–301, 2017 [acesso 8 jul 2021] Disponível em: <https://doi.org/10.1080/20508840.2018.1427526>
14. UFJF [Internet]. Juiz de Fora-MG, UFJF, 2021. Estudo pioneiro mostra impacto da pandemia na educação em São Paulo. Pesquisa e Inovação [citado 5 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2021/04/28/estudo-pioneiro-mostra-impacto-da-pandemia-na-educacao-em-sao-paulo/>

## Referências bibliográficas

15. Brasil. Decreto Nº 9.765 de 11 de Abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília-DF. Diário Oficial da União; abr 11, 2019 [citado 20 de dezembro de 2022], Seq 1 p.70a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d9765.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9765.htm)
16. OECD. PISA 2018 Results (Volume II): Where All Students Can Succeed [Internet]. OECD; 2019 [citado 5 de janeiro de 2023]. (PISA). Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/education/pisa-2018-results-volume-ii\\_b5fd1b8f-en](https://www.oecd-ilibrary.org/education/pisa-2018-results-volume-ii_b5fd1b8f-en)
17. OECD. How's Life? 2020: Measuring Well-being [Internet]. OECD; 2020 [citado em 6 de janeiro de 2023]. (How's Life?). Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-s-life/volume-/issue-\\_9870c393-en](https://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-s-life/volume-/issue-_9870c393-en)
18. Web Japan. Education: Foundation for growth and prosperity. Japan Fact Sheet [Internet]. 2018 [citado 23 de janeiro de 2023]; Disponível em: <https://web-japan.org/factsheet>
19. Jica Research Institute. The History of Japan's Educational Development: What implications can be drawn for developing countries today [Internet]. Tokyo, Japan: Japan International Cooperation Agency (JICA); 2004 [citado 23 de janeiro de 2023]. Disponível em: [https://www.jica.go.jp/jica-ri/IFIC\\_and\\_JBICI-Studies/english/publications/reports/study/topical/educational/index.html](https://www.jica.go.jp/jica-ri/IFIC_and_JBICI-Studies/english/publications/reports/study/topical/educational/index.html)
20. Rana P. How The Japan Education Sector Can Boost Your International Business Strategy - Tokyo-esque [Internet]. Tokyo-esque. [citado 8 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://tokyo-esque.com/japan-education-sector/>
21. Mithout AL. Children with disabilities in the Japanese school system: a path toward social integration? Contemporary Japan. 1 set de 2016 [citado 20 de dezembro de 2022];28(2):165–84. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1515/cj-2016-0009>
22. Yamasaki H. Teachers and Teacher Education in Japan. Teachers and Teacher Education in Japan. Bull. Grad. School Educ. Hiroshima Univ., Part III, N. 65, 2016 [citado 23 de janeiro de 2023], 19-28 Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/222958109.pdf>

## Referências bibliográficas

23. PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2020: A próxima fronteira - O desenvolvimento humano e o Antropoceno | United Nations Development Programme [Internet]. UNDP. [citado 5 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2020-pr%C3%B3xima-fronteira-o-desenvolvimento-humano-e-o-antropoceno>
24. Payà A. Inclusive and Special Education Policies in South America [Internet]. Oxford Research Encyclopedia of Education. 2020 [citado 5 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264093.013.1030>
25. Dias BFB, Mariano SRH, Cunha RM. Educação Básica na América Latina: uma análise dos últimos dez anos a partir dos dados do programa internacional de avaliação de estudantes (PISA). Revista Pensamento Contemporâneo em Administração. 20 de outubro de 2017 [citado 22 de dezembro de 2022]; 11(4):1–26. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v11i4.1065>
26. Estill CA. Políticas Públicas da Dislexia [Internet]. Associação Nacional de Dislexia; [s.d] [citado 27 de janeiro de 2023] Disponível em: <http://www.andislexia.org.br/docs/artigo-AND-8.pdf>.
27. Ivenicki A. A Escola e seus Desafios na Contemporaneidade. Ensaio: aval. pol. públ. educ. março de 2019 [citado 20 de dezembro de 2022]; 27:1–8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362018002700001>
28. Alvim B, Silva EF da, Vieira AMDP. TRABALHO INFANTIL: consequências para a saúde e a educação das crianças. Revista Pedagógica. 30 de outubro de 2020 [citado 21 de dezembro de 2022]; 22:1–16. Disponível em: <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.5804>.
29. Navas AL. Políticas públicas no Brasil ignoram crianças com TDAH e com Transtornos de Aprendizagem [Internet]. Associação Brasileira do Déficit de Atenção. 2013 [citado 5 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://tdah.org.br/tdah-politicas-publicas-educacionais-no-brasil-ignoram-criancas-com-tdah-e-com-transtornos-de-aprendizagem/>

## Referências bibliográficas

30. Navas AL. Quais as mudanças e direitos que o Projeto de Lei 7081 oferecerá para as pessoas com TDAH e dislexia no Brasil? [Internet]. Associação Brasileira do Déficit de Atenção. 2019 [citado 5 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://tdah.org.br/quais-as-mudancas-e-direitos-que-o-projeto-de-lei-7081-oferecera-para-as-pessoas-com-tdah-e-dislexia-no-brasil/>.
31. Bustamante EN de G. Políticas públicas educacionais e os direitos das crianças com TDAH. Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado. 2017;4(2):111–41. v. 4, n. 2, p. 111-141, jul./dez. 2017 [citado 20 de dezembro 2022]. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional/article/view/File/409/555>
32. Carvalho A dos SM de, Albuquerque LF da S, Souza K de LA, Pereira I dos S, Pereira E dos S, Souto PF, Lopes VA, Carvalho EF de, Araujo PQ, Barros EV de, Araújo PFV. O TDAH e as novas diretrizes. RSD [Internet]. 20 de janeiro de 2022 [citado 28 de janeiro de 2023]; Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/256564>
33. Estill CA. Políticas Públicas da Dislexia [Internet]. Associação Nacional de Dislexia; [s.d] [citado 27 de janeiro de 2023] Disponível em: <http://www.andislexia.org.br/docs/artigo-AND-8.pdf>.
34. Kestelman I. Tirando Dúvidas: direitos de quem tem TDAH [Internet]. 2022 [citado 27 de janeiro de 2022]. Disponível em: <https://tdah.org.br/29542-2/>
35. Brasil. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União 1 out 2020 [citado 20 de dezembro de 2022]; 189 (1): 1 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>
36. Sousa SL de. Direitos de pessoas com dislexia [Internet]. Instituto ABCD. [citado 4 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://institutoabcd.org.br/direitos/>

## Referências bibliográficas

37. São Paulo (Estado). Projeto de Lei nº 170, de 6 de abril de 2017. Dispõe sobre critérios especiais de avaliação de pessoas com distúrbios, transtornos e/ou dificuldades de aprendizagem nos vestibulares das Universidades Públicas Estaduais e nos concursos de provas ou de provas e títulos para investidura em cargo ou emprego público da administração direta ou indireta. 2017 [citado 4 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000034378>
38. São Paulo (Estado). Projeto de Lei nº 949, de 2019. Dispõe sobre a criação do Programa de Diagnóstico e apoio aos alunos com Dislexia e TDAH na Rede Oficial de Educação Pública e adota outras providências. 2019 [citado 4 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000282575>
39. São Paulo (Estado). Projeto de Lei nº348, de 2 de abril de 2019. Institui o Projeto Prosseguir no Sistema Estadual de Ensino, implementando o Plano Educacional Individualizado - PEI, para os alunos com necessidades especiais. 2019 [citado 4 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000260767>
40. São Paulo (Estado). Projeto de Lei nº871, de 20 de setembro de 2017. Institui a Política Estadual de Educação Inclusiva a alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos de Espectro Autista e de Altas Habilidades na rede estadual de ensino. 2017 [citado 4 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000060317>
41. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Atuação do Fonoaudiólogo Educacional: guia norteador. Brasília - DF; 2016 [citado 20 de dezembro de 2022]; 20. Disponível em: <https://www.fonoaudiologia.org.br/wp-content/uploads/2019/09/guia-norteador-2.pdf>.
42. Brasil. Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 6 dez 2007 [citado 20 de dezembro de 2022]; p.2. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206286,text=DECRETO%20N%C2%BA%206.286%2C%20DE%205,que%20lhe%20confere%20o%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206286,text=DECRETO%20N%C2%BA%206.286%2C%20DE%205,que%20lhe%20confere%20o%20art.)

## Referências bibliográficas

43. Silva RCD, Soares AJC, Cárnio MS. MARIA SILVIA CÁRNIO. Atuação Fonoaudiológica no Programa Saúde na Escola (PSE) [Internet]. Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia, 2013 out 14-16; Salvador - Bahia; [s.d] [citado 27 de dezembro de 2023]. Disponível em: <http://www.sbfa.org.br/portal/anais2015/premios/PP-030.pdf>
44. Brasil. Ministério da Saúde. Programa Saúde na Escola (PSE) [Internet]. 2019 [citado 20 dezembro de 2022]. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/pse>.
45. Brasil. Lei N° 12.303, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame Emissões Evocadas Otoacústicas e dá outras providências. Diário Oficial da União; 3 ago 2010 [citado 20 de dezembro de 2022]; (1): 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12303-2-agosto-2010-607594-norma-pl.html>.
46. Brasil. Projeto de Lei N.º 1.128-F, de 2003. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências. 2003 [citado 4 de janeiro de 2022]. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=87296EA30C583FABE2BC7636CF289500.node2?codteor=824433&filename=Avulso+-PL+1128/2003](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=87296EA30C583FABE2BC7636CF289500.node2?codteor=824433&filename=Avulso+-PL+1128/2003).
47. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa N° 232, de 1 de agosto de 1999. Dispõe sobre a atuação do fonoaudiólogo em escolas e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 set 1999 [citado 20 de dezembro de 2022]; 175 (1): 88. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_232\\_99.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_232_99.htm)
48. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa N° 309, de 01 de abril de 2005. Dispõem sobre a atuação do fonoaudiólogo na educação infantil, ensino fundamental, médio, especial e superior, e dá outras providências. Diário Oficial da União; 20 abril 2005 [citado 20 de dezembro de 2022]. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_309\\_05.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_309_05.htm)

## Referências bibliográficas

49. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa Nº 387, de 18 de setembro de 2010. Dispõe sobre as atribuições e competências do profissional especialista em Fonoaudiologia Educacional reconhecido pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, altera a redação do artigo 1º da Resolução CFFa nº 382/2010, e dá outras providências. Diário Oficial da União; 14 out. 2010 [citado 20 de dezembro de 2022]. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_387\\_10.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_387_10.htm)

50. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa Nº 605, de 17 de março de 2021. Dispõe sobre a atuação do fonoaudiólogo no ambiente escolar. Diário Oficial da União; 18 mar 2021 [citado 20 de dezembro de 2022]. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_605\\_21.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_605_21.htm)

# ONDE O FONOAUDIÓLOGO EDUCACIONAL ATUA E COMO É ESSA ATUAÇÃO

Como vimos anteriormente, o fonoaudiólogo é o profissional “que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológica na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões de fala e da voz”.<sup>1</sup> Então, entende-se que na área da Fonoaudiologia existem conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil que estão ligados à Educação. Por isso, o fonoaudiólogo pode ser um colaborador nesse âmbito de trabalho.<sup>2</sup>

A Fonoaudiologia Educacional abrange desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos e pode atuar em diferentes espaços educacionais, como nas escolas ou nas secretarias de ensino, por exemplo.<sup>3</sup>

As competências do Fonoaudiólogo Educacional serão abordadas a seguir.

## De que forma o Fonoaudiólogo Educacional pode atuar?

A Fonoaudiologia Educacional possui uma área de atuação muito ampla, que se concretiza por meio de ações de promoção de Saúde e Educação, em espaços educacionais formais e não formais, com o objetivo de

### Autores

Douglas  
Sugahara

Júlia Calheiros  
Santos

Raphaela da Cruz  
Alves

Vitória Sterzza  
Dias

### Você sabia?

Apesar de ter sua  
origem muito  
relacionada à esta  
área, a

Fonoaudiologia  
Educacional só foi  
reconhecida como  
especialidade em  
2010.

#### Assim

O fonoaudiólogo na Educação deve atuar nos aspectos que envolvem a comunicação e sua relação com a aprendizagem e o desenvolvimento.<sup>5</sup>

aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem, em parceria com os demais agentes da Educação. Assim, as ações abrangem desde a contribuição nas políticas públicas de Saúde e Educação, a participação nas instâncias de representação social, até as ações no ambiente escolar.<sup>4</sup>

Em resumo, o fonoaudiólogo, a partir dos seus conhecimentos específicos nas áreas da linguagem oral, linguagem escrita, audição, motricidade orofacial e voz, em parceria com a Educação, poderá auxiliar a comunidade educacional no processo educativo. Por comunidade escolar, podemos entender que a Fonoaudiologia Educacional atua em escolas públicas, escolas privadas, em organizações do terceiro setor ou em empresas que prestam serviços educacionais, em todos os níveis e modalidades, inclusive nas esferas administrativas.

Há um consenso de que o trabalho fonoaudiológico no âmbito educacional se classifica em 3 categorias: **consultoria, assessoria e gerenciamento.**

Nas ações de consultoria, espera-se que o fonoaudiólogo examine a demanda da equipe que atua na escola e, a partir das conclusões observadas, discuta e defina com a equipe escolar as estratégias que poderão fazer parte da solução dos problemas educacionais elencados.

Nas ações de assessoria, espera-se que o fonoaudiólogo possa fazer parte da equipe

escolar e apoiá-la, a partir de seu conhecimento especializado, permitindo a construção de ações voltadas à demanda educacional.

**Figura 4.1.** Áreas da fonoaudiologia



Nas ações de gerenciamento, o fonoaudiólogo participa do processo de construção de políticas, programas e projetos vinculados à Educação ou de forma intersetorial.<sup>6</sup>

Por conta de sua aproximação com a área da saúde, o fonoaudiólogo educacional pode ser visto como um profissional que atua apenas com reabilitação ou como um “identificador de problemas”. No entanto, a prática desse profissional é muito mais ampla que isso. Nos espaços educacionais em que está inserido, o trabalho do fonoaudiólogo educacional é pautado na prevenção e promoção de saúde, sendo que em caso de necessidade de encaminhamento para atendimento clínico, o profissional deve seguir o fluxo de acesso aos Serviços de Saúde.<sup>4</sup>

**Figura 4.2.** Espaços de atuação da Fonoaudiologia Educacional



Fonte: Conselho Federal de Fonoaudiologia, 2021

O Fonoaudiólogo Educacional deve agir por meio de ações planejadas e discutidas em conjunto com a equipe escolar, a fim de ajudar na comunicação e instrução dos alunos em cada fase do ensino, com a elaboração de propostas diferentes para os alunos de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e Educação de Jovens e Adultos.

Partindo da escuta às necessidades, expectativas e queixas dos pais, alunos e professores, o fonoaudiólogo deve pensar, juntamente com os demais colegas, em aspectos fonoaudiológicos que podem ser abordados ou melhorados para favorecer a coletividade.

Por meio da ação conjunta com os professores, podem ser feitas orientações e atividades com foco coletivo, também relacionadas aos conhecimentos ligados à audição, motricidade orofacial (aspectos de respiração, sucção, mastigação e deglutição), fala, voz, linguagem oral e escrita. Caso o ambiente escolar apresente questões que possam ser

melhoradas em cada uma dessas áreas, cabe aos fonoaudiólogos, o planejamento de ações positivas para a Educação.<sup>7</sup>

De acordo com a demanda, as contribuições dos fonoaudiólogos na Educação também envolvem ações de prevenção e promoção de saúde auditiva e vocal aos alunos e funcionários; de cuidado com respiração; alimentação e possíveis hábitos prejudiciais; estimulação da comunicação; garantia da potencialização da aprendizagem; e inclusão efetiva entre os membros da educação, direcionada à alunos e funcionários.

As contribuições também se estendem ao projeto político-pedagógico da instituição, tanto na rede pública quanto na rede privada, devendo sempre priorizar a inclusão e a intersetorialidade. Com orientações e complementos à formação continuada dos professores, o processo educativo é beneficiado por ações amplas, com campanhas e atividades promotoras de Saúde e Educação.

O Guia Norteador elaborado pelo Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia apresenta a possibilidade do fonoaudiólogo participar da elaboração de práticas favoráveis à alfabetização, acompanhada da adequação dos espaços e recursos pedagógicos.<sup>5</sup> Através do levantamento de propostas e metas, que se estendam às decisões políticas e educacionais a serem tomadas pelos

### **Na escola?**

O fonoaudiólogo é um dos colaboradores que contribuem com o processo de aprendizagem.

Como a colaboração fonoaudiológica abrange variados objetivos dentro da escola, o primeiro passo é dialogar com alunos, familiares e profissionais da Educação, a fim de identificar suas necessidades e expectativas em relação aos trabalhos que serão executados.

Na sequência, é preciso identificar fatores que afetam a coletividade escolar, ajustando o ambiente físico em questões de ruído, iluminação, acessibilidade, entre outros fatores ambientais que influenciam na aprendizagem como um todo.<sup>5</sup>

Entre as muitas ações, o fonoaudiólogo se apropria de seu conhecimento específico para identificar as necessidades, realizar ações em conjunto com a equipe escolar, promover saúde entre os funcionários e alunos, realizar ações formativas para a equipe, promover comunicação, contribuir para a inclusão efetiva, entre outras competências.

Órgãos Públicos, é possível monitorar as condições de ensino oferecidas, sugerindo estudos de acompanhamento, quando necessário.

Nessa perspectiva, a Fonoaudiologia Educacional pode utilizar métodos para acompanhar os indicadores de Educação, avaliando e ajudando a elaborar intervenções favoráveis à diversidade escolar, com foco em ações de gestão, pesquisa ou formulação de políticas públicas. Diante disso, as necessidades levantadas pela escola podem exigir a adaptação dos métodos existentes, baseando-se na aplicação de conhecimentos fonoaudiológicos que podem culminar em iniciativas relacionadas à atenção básica, à saúde dos funcionários e ao suporte para o desenvolvimento global dos alunos, promovendo a troca de saberes e experiências.<sup>9</sup>

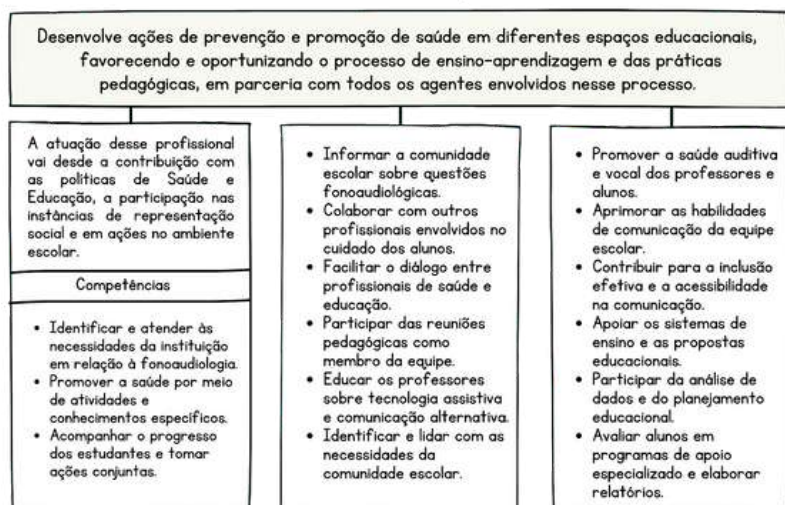
Em resumo, a Fonoaudiologia Educacional é uma área de atuação ampla, que trabalha de acordo com os princípios de prevenção e promoção de saúde em diferentes espaços educacionais, com o objetivo de contribuir com o processo de ensino e aprendizagem e com as práticas pedagógicas em parceria com os demais profissionais. Nesse sentido, o fonoaudiólogo pode trabalhar em espaços formais e não formais da Educação, além de contribuir para a definição de políticas públicas em educação e saúde, participar na instância de representação social ou atuar no ambiente escolar propriamente dito.

profissionais. Nesse sentido, o fonoaudiólogo pode trabalhar em espaços formais e não formais da Educação, além de contribuir para a definição de políticas públicas em educação e saúde, participar na instância de representação social ou atuar no ambiente escolar propriamente dito.

**Figura 4.3.** Diretrizes do PNE de 2014

## **FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL**

### **Princípios e atuação**



Fonte: Brasil, 2014

## **Benefícios da atuação do Fonoaudiólogo Educacional**

Como vimos, o Fonoaudiólogo Educacional deve fazer parte da equipe escolar de maneira ativa, sendo responsável por acompanhar o desenvolvimento dos alunos, trabalhar em conjunto com os professores, coordenadores e com os familiares, discutindo metodologias e considerando, principalmente, as peculiaridades do desenvolvimento de

Essa atuação é muito importante não somente para garantir o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita, mas também para identificar e intervir em possíveis dificuldades de comunicação, distúrbios de linguagem e outros aspectos relacionados.<sup>8</sup>

cada estudante.<sup>10</sup>

Assim, a atuação do Fonoaudiólogo Educacional pede a interação e cooperação com outros profissionais da Saúde e da Educação, uma vez que essa troca entre profissionais áreas diferentes promove o aproveitamento do potencial do estudante e gera condições que propiciam seu desenvolvimento de forma satisfatória.

Em particular, a interação com os profissionais da Educação é fundamental para viabilizar o processo de aprendizado, por meio da troca de conhecimentos entre os profissionais. Como parte de sua formação, o fonoaudiólogo pode orientar para a identificação e diferenciação de dificuldades específicas, e também quando é realmente necessário o encaminhamento para um serviço de saúde. Dessa forma, sua atuação em parceria com o profissional da Educação pode contribuir para a proporcionar um melhor entendimento a respeito de dificuldades e peculiaridades do processo de aprendizagem de cada aluno.

Diante desses casos, a intervenção precoce é essencial, pois quanto mais desenvolvidas estiverem as habilidades comunicativas do estudante, mais saudável será o seu ritmo de desenvolvimento e de aprendizagem, uma vez que a comunicação pode ser considerada como a principal ferramenta utilizada no processo de ensino e aprendizagem.

Esse é um dos grandes benefícios da atuação

fonoaudiológica na Educação, já que a criança que recebe uma boa educação e que tem boas oportunidades para aprender, tem mais chances de evoluir em suas potencialidades e de ter êxito nos processos de desenvolvimento global.<sup>11</sup>

Quanto à Educação Especial Inclusiva, um dos benefícios da atuação fonoaudiológica nessa área diz respeito à valorização das potencialidades de todos os estudantes. Isso se dá por meio da sugestão de ações, definir quais recursos específicos são os mais indicados para cada caso, discutindo as possíveis adaptações curriculares, acompanhando a evolução escolar dos estudantes e mediando discussões e orientações com as famílias ou outros profissionais que oferecem assistência ao aluno.<sup>12</sup>

Um outro benefício da atuação fonoaudiológica é na redução dos problemas na comunidade escolar. Crianças que apresentam prejuízos na comunicação, como dificuldades de compreensão, retenção e expressão de mensagens, que perturbam o caminho da comunicação, são muitas vezes julgadas como incapazes de cumprir as demandas impostas pela escola, gerando, algumas vezes, situações de bullying e violência no âmbito escolar.

Nesse contexto, o fonoaudiólogo pode ajudar a comunidade escolar, primeiramente, através da promoção de um desenvolvimento

Devido a esses conhecimentos aprofundados a respeito das habilidades cognitivas e linguísticas envolvidas na aprendizagem, o Fonoaudiólogo Educacional pode, junto aos educadores, elaborar e desenvolver estratégias de aprendizagem específicas e eficazes.

mais próximo do ideal, aproveitando-se ao máximo o potencial dos estudantes. Além disso, ele atua com toda a comunidade escolar e as famílias, promovendo campanhas e medidas de conscientização anti-bullying.<sup>11</sup>

Há ainda um outro grande benefício da atuação fonoaudiológica na comunidade, que também diz respeito à família dos alunos. As ações fonoaudiológicas voltadas às competências comunicativas dos estudantes acabam se refletindo em seu desenvolvimento, é claro, mas também na sua relação com seus amigos e familiares.

Fora isso, o fonoaudiólogo também pode desenvolver ações diretas às famílias, como palestras e oficinas com temáticas voltadas a cada faixa etária, ou ações mais individuais, como entrevistas, orientações e esclarecimentos a respeito dos possíveis encaminhamentos, quando forem necessários.<sup>12</sup>

## **Expectativa x Realidade**

Como mencionado anteriormente, embora a relação entre a Fonoaudiologia e a Educação seja antiga, a Fonoaudiologia Educacional só passou a ser reconhecida como uma área de especialidade fonoaudiológica em 2010.

A partir de então, garantiu-se como função principal desse profissional, a colaboração em potencializar o processo de ensino e aprendizagem, seja por meio de programas de

aprimoramento das questões orais e escritas; pela oferta de assessoria e consultoria educacional, pela possibilidade de atuação em gestão na área educacional, ou seja por meio de políticas, programas ou projetos educacionais públicos ou privados.<sup>3</sup>

Com a criação do departamento de Fonoaudiologia Educacional na Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, no ano de 2012,<sup>7</sup> evidencia-se um constante crescimento da Fonoaudiologia Educacional, em seu caráter de área de atuação, moldada para ampliar os olhares sobre as diversas possibilidades de atuação deste profissional, seja no ambiente educacional tradicional, bilíngue ou inclusivo.<sup>3</sup>

Entretanto, o que se constata em teoria, suprida por inúmeras Resoluções, não condiz com a realidade da escolaridade brasileira. A ideia de que a Fonoaudiologia é uma profissão reabilitadora, baseada em diagnósticos e alterações, é muito disseminada, ocasionando um estranhamento quanto sua participação nas escolas, principalmente, pelos pais, fazendo-se esquecer a atuação também em prevenção.<sup>13</sup>

Assim, é importante ressaltar que o fonoaudiólogo não pode realizar atendimento clínico dentro do espaço escolar, conforme referem as Leis nº 9.394/1996 (LDB) e nº 8.080/1990 (Sistema Único de Saúde).<sup>14</sup>

Muitos educadores e até mesmo fonoaudiólogos ainda não entendem de fato a importância e a lógica da atuação fonoaudiológica dentro do ambiente educacional. Soma-se ainda, o fato da não obrigatoriedade da presença do fonoaudiólogo dentro da educação.

### **Não pode**

O fonoaudiólogo, como outros profissionais, são vedados de realizar atendimento clínicos dentro do espaço escolar.

A Educação Infantil e o Ensino

Fundamental são importantíssimos, mas possuem tantas necessidades quanto os demais níveis de ensino.

Outro ponto, também propagador de ideologias equivocadas a respeito da atuação fonoaudiológica não só em ambiente escolar, mas também como ponto profissional geral, é a forte correlação entre Fonoaudiologia e público infantil. Embora seja uma parcela bastante expressiva do trabalho fonoaudiológico, sua atuação pode abranger também o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Ensino Superior e o Ensino à distância (EAD).<sup>3-4</sup>

Assim, a Fonoaudiologia Educacional se revela essencial para a potencialização do processo de ensino-aprendizagem, em diferentes níveis de representação e nos ambientes formais e informais da Educação. É importante que essa área de atuação seja melhor apresentada e compreendida para potencializar sua atividade.

## Referências bibliográficas

1. Brasil. Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências. Brasília: Casa Civil. Diário Oficial da União, 10 dez. 1981 [citado 4 de março de 2023]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16965.htm)
2. Melo JKO de, Teixeira CF, Queiroga BAM de. Conhecimento de professores sobre a Fonoaudiologia Educacional e sobre a relevância da comunicação para a aprendizagem. Rev CEFAC [Internet]. 25 de janeiro de 2021 [citado 4 de março de 2023];23. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rcefac/a/Q6LPXKjQJJ3Qqx5mSFrfwj/?lang=pt>
3. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa nº 387, de 18 de setembro de 2010. Diário Oficial da União, 14 out. 2010 [citado 4 de março de 2023]. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_387\\_10.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_387_10.htm)
4. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa nº 605 de 17 de março de 2021. Diário Oficial da União, 18 mar. 2021 [citado 4 de março de 2023]. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_605\\_21.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_605_21.htm)
5. Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Atuação do fonoaudiólogo educacional: guia norteador. Brasília: CFFa, 2016 [citado 4 de março de 2023]. Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wp-content/uploads/2013/07/guia-norteador.pdf>
6. Queiroga BAM de, Zorzi JL, Garcia VL, Kiron E. Fonoaudiologia Educacional: reflexões e relatos experiência. Brasília-DF: Editora Kiron, 2015 [citado 2 de março de 2023]. Disponível em: <http://www.crefono4.org.br/cms/files/Publicacoes/livroeducacao.pdf>
7. Celeste LC, Zanoni G, Queiroga B, Alves LM. Mapeamento da Fonoaudiologia Educacional no Brasil: formação, trabalho e experiência profissional. CoDAS [Internet]. 2017 [citado 2 de março de 2023];29(1). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2317-17822017000100309&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-17822017000100309&lng=pt&tlng=pt)

8. Fedosse E, [et al]. Fonoaudiologia e atenção ao escolar: Contribuições para o Programa Saúde na Escola. Santa Maria, RS. Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, UFSM. 2019 [citado 15 de março de 2023]. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/607/2020/05/Cartilha-Fonoaudiologia.pdf>

9. Oliveira JP de, Schier AC. Suportes para a atuação em fonoaudiologia educacional. Rev CEFAC. junho de 2013 [citado 15 de março de 2023];15(3):726–30. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-18462013000300026&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462013000300026&lng=pt&tlng=pt)

10. Ferreira E, Maurício AA da Silva, Carneiro JP, Gaedicke IAL de S. A Atuação do Fonoaudiólogo Educacional: algumas reflexões. Anais da Jornada Científica dos Campos Gerais [Internet]. 31 de outubro de 2018 [citado 15 de março de 2023];16. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/jornada/article/view/738>

11. Queiroga BAM de. Bons motivos para investirmos na Fonoaudiologia Educacional. In: Queiroga BAM de, Zorzi JL, Garcia VL. Fonoaudiologia Educacional: reflexões e relatos de experiência, Brasília: Editora Kiron, 2015 [citado 15 de março de 2023]. Disponível em: [http://www.sbfa.org.br/portal/pdf/livrofonoeducacional\\_cffa\\_sbfa2015.pdf](http://www.sbfa.org.br/portal/pdf/livrofonoeducacional_cffa_sbfa2015.pdf)

12. Sistema de Conselhos Federal de Fonoaudiologia. Contribuições do fonoaudiólogo educacional para seu município e sua escola: perguntas frequentes de educadores e gestores educacionais. Brasília, DF. 2015 [citado 20 de março de 2023]. Disponível em: <https://www.cffa.ml/wp-content/uploads/2019/09/cartilha-fono-educacional-20151.pdf>

13. Seno MP. Contribuições da Fonoaudiologia Educacional para a Formação Continuada de Professores / Contributions of Speech Therapy to Teachers Education Continuing Courses. Brazilian Journal of Development. 17 de setembro de 2020 [citado 22 de março de 2023]; 6(9):69507–21. Disponível: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/16792>

14. Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Fonoaudiologia na Educação. Brasília, DF. 2018 [citado 22 de março de 2023]. Disponível em: <https://www.fonoaudiologia.org.br/comunicacao/cartilha-fonoaudiologia-na-educacao/>

15. Silva JJ da, Lavezo SR, Campanha TM, Ciboto T. Fonoaudiologia Educacional: o conhecimento dos profissionais da Educação sobre essa área de atuação. Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva. 14 de agosto de 2018 [citado 22 de março de 2023];1(1):55–68. Disponível em: [periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4176](http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4176)

# COMO O FONAUDIÓLOGO PODE ATUAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL

É muito importante que a Fonoaudiologia esteja presente na comunidade escolar desde os primeiros anos de vida das crianças por vários motivos.

De acordo com o Comitê Científico do Núcleo da Ciência pela Infância, os primeiros anos da escola, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, são os mais importantes e deveriam ser os que mais recebem investimentos do Estado. O que e como a criança aprende nessa fase se refletirá por toda sua vida.<sup>1</sup>

A Educação Infantil é composta pelo período de creche e de pré-escola. A creche é destinada a crianças de 0 a 3 anos, sendo facultativa no Brasil, ou seja, os pais podem optar por matriculá-las ou não. Já a partir da pré-escola, aos 4 anos de idade, a matrícula e frequência do aluno passam a ser obrigatórias.<sup>2</sup> É nessa fase que a criança vai passar pela pré-alfabetização, tendo contato com cores, formas, letras, números e muitos outros estímulos, que serão apresentados a elas de maneira didática, mas sem a intenção de ensinar formalmente a leitura e escrita.

## Autores

Agnes Segura  
Santos

Geraldo  
Mesquita de  
Godoy

Luara Vitoria  
Durans dos  
Santos

Sofia Akemi  
Queiroz Sato

## Você sabia?

Apesar de ter sua  
origem muito  
relacionada à esta  
área, a

Fonoaudiologia  
Educacional só foi  
reconhecida como  
especialidade em  
2010.

### **Lembra?**

Diferente do que muitos pais e até mesmo professores pensam, o fonoaudiólogo não vai à escola para diagnosticar e tratar problemas na fala das crianças. A Fonoaudiologia no âmbito escolar se baseia nos princípios da promoção de saúde e suas ações devem estar integradas à equipe pedagógica e ao planejamento de ensino.<sup>34</sup>

Já o Ensino Fundamental é mais longo, composto pelos Anos Iniciais (primeiro ao quinto ano) e pelos Anos Finais (sexto ao nono ano). O Ensino Fundamental I, que atende crianças dos 6 aos 10 anos, tem por objetivo ensinar as crianças a ler e escrever, e a fazer operações matemáticas básicas, progredindo em complexidade ao longo dos anos escolares. Nessa fase são ensinados, pelo menos, os conhecimentos elementares em português, matemática, ciências, história e geografia. No Ensino Fundamental II, destinado a alunos de 11 a 14 anos, o currículo cresce e a autonomia esperada aumenta, pois, no final dele, os alunos já serão adolescentes.

A comunidade escolar não é composta só pelos professores e alunos. Há também os coordenadores, orientadores educacionais, funcionários, pais e a comunidade local. O fonoaudiólogo educacional é um dos agentes que pode contribuir com o processo de ensino-aprendizagem em todos os níveis e modalidades educacionais.

Os fonoaudiólogos são profissionais especialistas em comunicação, um fator imprescindível na Educação. Assim, auxiliam na comunicabilidade entre a equipe pedagógica, entre a escola e a família e entre professor e alunos, favorecendo o ensino e a aprendizagem. Além disso, também atuam com a voz, fala, audição, linguagem e motricidade orofacial, devendo realizar a

interface entre saúde e educação por meio de ações voltadas à toda a comunidade escolar. Apontar possíveis adaptações necessárias para que não haja prejuízo para ninguém, como a exposição ao ruído, a voz dos professores, a acessibilidade, etc, são ações fonoaudiológicas possíveis no ambiente escolar.<sup>5</sup>

Ademais, devemos lembrar que, como são profissionais especialistas em linguagem, os fonoaudiólogos estão aptos a avaliar, adaptar e promover atividades que colaborem com a promoção da linguagem oral e escrita, sempre levando em consideração os diferentes perfis de aprendizagem.<sup>4</sup>

## **Aprendizagem: literacia, letramento e alfabetização**

A aprendizagem é um processo evolutivo e constante de transformação pessoal, de apropriação de conhecimentos e informações, que produz mudanças comportamentais ou físicas visíveis, revelados pelas atitudes, observações, pensamentos, dentre outros. É a capacidade de criar, ampliar ou fortalecer conexões sinápticas e possibilita a aquisição de novos conhecimentos a partir de conhecimentos já existentes.<sup>6</sup>

A Educação Infantil é caracterizada como a fase mais importante da escolarização para a aprendizagem da criança. É um período de

### **ATENÇÃO**

Não desenvolver ações clínicas na escola não significa que problemas fonoaudiológicos e de aprendizagem serão ignorados. Também cabe ao Fonoaudiólogo Educacional fazer a interlocução entre família, escola e serviços de atendimento clínico externos, realizando os devidos encaminhamentos, quando a situação não puder ser resolvida no contexto escolar.<sup>5</sup>

### Então

São os cuidados e a educação recebidos na primeira infância, aliados às interações sociais saudáveis, que propiciarão maiores chances de sucesso posterior das crianças na escola, repercutindo em sua vida adulta e refletindo na formação de cidadãos responsáveis.<sup>1</sup>

Apesar da escola não ser o único espaço alfabetizador, trabalha o processo de alfabetização de modo sistemático, no qual educadores assumem um papel fundamental, pois são os facilitadores e condutores da criança no caminho para uma alfabetização significativa.<sup>8</sup>

relevância para o desenvolvimento da fala, que está se iniciando e tem grande evolução aos 2 anos de idade, com uma expansão significativa do vocabulário, que se dá principalmente pela interação com a família, com os educadores e com outras crianças. Por isso, esse deve ser um momento da escolarização rico em experiências positivas.

O processo de aprendizagem no Ensino Fundamental (6 a 14 anos) pode demandar muito mais das habilidades dos alunos, sendo importante avaliar e observar o nível de vocabulário e a compreensão de leitura, que são importantes para o desenvolvimento escolar. A educação nas séries iniciais, que consequentemente coincide com o período de início da alfabetização, é a base da estrutura da educação que se desenvolverá subsequentemente.<sup>7</sup>

A escola deve contribuir de forma significativa para a aquisição e desenvolvimento da linguagem, propiciar experiências sociais a partir de situações diversificadas de comunicação, promover e mediar a construção da aprendizagem. O ambiente na educação deve estimular o desejo de querer aprender a ler e a escrever, garantir que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética, onde o ensino da leitura e escrita seja entendido como prática de um sujeito agindo sobre o mundo para transformá-lo.

Segundo a Política Nacional de Alfabetização (2019),<sup>9</sup> alfabetizar consiste no ensino, de modo explícito e sistemático, do código alfabético e ortográfico. Quando se ensina a ler e a escrever em um sistema alfabético, o que se ensina é um modo de representação gráfica que relaciona sons e letras, exigindo-se a consciência dos sons que compõem a fala (habilidades metafonológicas). Ao aprender as primeiras regras de correspondência entre letra e som (grafema-fonema/fonema-grafema) a pessoa começa a ler e escrever, tornando-se capaz de decodificar (extrair de uma sequência de letras escritas a sua forma fonológica), e codificar (combinar em sinais gráficos os sons produzidos na fala).

Entretanto, ler e escrever não se limita a conquista da codificação e decodificação, mas envolve também seu uso em práticas sociais. Assim, no Brasil, a partir da década de 1990, passou a ser usado o conceito de letramento, na tentativa de ampliar o conceito de alfabetização.<sup>10</sup>

O letramento corresponde a um processo de desenvolvimento de habilidades reflexivas sobre a língua escrita, constituindo-se em um conjunto de conhecimentos e capacidades necessárias para uma participação ativa e competente em práticas sociais de leitura e escrita.

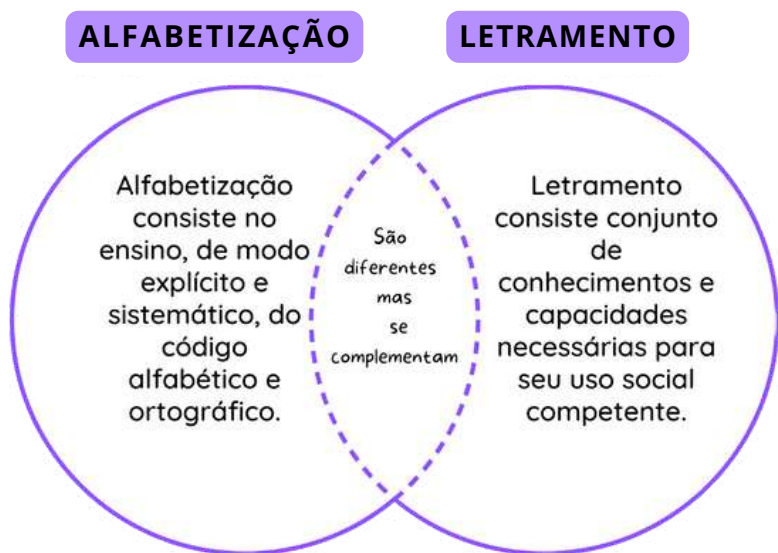
Desde muito cedo, as crianças são expostas a situações de letramento, através do contato

Atualmente a sociedade, extremamente grafocêntrica, requer a utilização da linguagem escrita em inúmeras situações lendo e produzindo textos com competência. É importante que a leitura e a escrita tenham sentido na vida dos indivíduos.<sup>11</sup>

contato com materiais escritos como livros por exemplo, sendo esse um processo que se estende por toda a vida.

Segundo Soares e Batista,<sup>11</sup> uma pessoa pode ser alfabetizada e não ser letrada, quando não cultiva e exerce práticas sociais de leitura e escrita, apesar de saber decodificar e codificar, não sendo capaz de compreender o significado da leitura. Assim como há pessoas que podem não ser alfabetizadas (analfabetas), mas podem ser consideradas letradas ou ter certo nível de letramento, quando não sabem ler e escrever, mas usam a língua escrita em seu cotidiano e conhecem suas funções, além de ter contato com a leitura e escrita por meio de pessoas alfabetizadas, que podem ler ou escrever para elas.

**Figura 5.1.** Conceito de Alfabetização e Letramento



Fonte: Soares e Batista, 2005; Albuquerque e Santos, 2007

Embora a alfabetização e o letramento sejam conceitos diferentes, podem ser entendidos como complementares e não opostos.

Enquanto a alfabetização trata da aquisição e apropriação do sistema convencional de escrita, sendo uma prática centrada na individualidade, o letramento se relaciona à função social da linguagem escrita.<sup>7</sup> Dessa forma, é importante que ambos se desenvolvam de forma integrada para que se possa fazer uso efetivo da leitura, escrita e de sua compreensão como ferramentas de comunicação. Alfabetizar letrando oportuniza que os alunos tenham acesso à língua escrita e às situações sociais de seu uso, desenvolvendo a capacidade de fazer uso da leitura e da escrita de forma competente e autônoma.<sup>12</sup>

Existe ainda o conceito de literacia, que é definido como o conjunto de conhecimentos e habilidades da leitura e da escrita e também de sua prática produtiva. A literacia possui níveis, como o da literacia emergente, habilidades importantes pré-alfabetização, à níveis mais complexos, como o da literacia disciplinar, habilidades aplicáveis nas disciplinas diferentes.<sup>4</sup>

Para ler e escrever, uma série de habilidades são adquiridas antes da alfabetização e desenvolvidas e estabelecidas depois dela, alcançando níveis progressivos de literacia, isto é, domínio sob essa capacidade que consiste em seu uso efetivo.

**Figura 5.2. Conceito de Literacia**



Fonte: Brasil, 2019

É chamada *literacia emergente* um conjunto de conhecimentos, atitudes e vivências relacionadas à leitura e à escrita que surgem antes da alfabetização. Quando escutam histórias contadas ou lidas, recitam parlendas e poemas, conhecem e manipulam materiais escritos, são introduzidos às letras e as reconhecem, seja em casa ou na pré-escola, as crianças estão tendo experiências lúdicas e adequadas que envolvem linguagem oral e escrita. Todas essas experiências vivenciadas antes da alfabetização compõem uma bagagem de conhecimentos sobre a leitura e a escrita que ajudam a formar uma base sólida para o aprendizado.

Do mesmo modo, é chamada de *literacia familiar* as experiências e práticas relacionadas à linguagem oral e escrita no ambiente familiar antes e durante o ensino formal. Em casa, algumas práticas simples e que demandam

pouco tempo podem ser muito ricas para a criança. Por exemplo, a leitura de histórias do adulto em conjunto com a criança, uma prática que cabe no dia a dia, pode ajudar a desenvolver vocabulário, compreensão de linguagem, introduzir o objetivo da leitura e aproximar o vínculo familiar. A conversa, contação de histórias, contato com livros ilustrados, brincadeiras do cotidiano, jogos de letras e palavras, são algumas das atividades de literacia familiar que estimulam muito do ponto de vista da linguagem, por isso, também a leitura e a escrita.<sup>9,21</sup>

Ainda, existem níveis de literacia, na base está a literacia básica (da pré-escola ao fim do 1º ano do ensino fundamental), que inclui habilidades preditoras da alfabetização (Literacia emergente), como vocabulário expressivo e receptivo e a consciência fonológica, assim como outras habilidades adquiridas durante o processo de aprendizagem, como decodificação e codificação.<sup>9</sup>

O conceito de literacia emergente contempla experiências e conhecimentos sobre a leitura e a escrita que são adquiridos de modo formal ou informal, de uma maneira lúdica e adequada à idade da criança, antes de aprender a ler e a escrever.

No próximo nível, está a literacia intermediária (do 2º ao 5º ano do ensino fundamental), relacionada às habilidades mais complexas, como fluência em leitura oral,

No âmbito educacional, o trabalho fonoaudiológico visa criar condições favoráveis e eficazes para que as habilidades dos estudantes possam ser aprimoradas, a fim de favorecer o processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, o fonoaudiólogo deve ter um olhar direcionado ao desenvolvimento global, além de colaborar por meio de seus conhecimentos. Também é responsável, em conjunto com a comunidade escolar, pelo desenvolvimento de ações de promoção e prevenção em saúde no que se refere à área de comunicação.<sup>5</sup>

necessária para compreensão de textos, por exemplo.

No último nível está o nível de literacia disciplinar, esperada do 6º ano em diante, que compreende habilidades de leitura aplicáveis à matérias e disciplinas específicas, como por exemplo português, história, ciências, etc.

Essa visão é corroborada pela a Resolução CFFa 605,<sup>4</sup> que destaca que o fonoaudiólogo educacional deve participar do processo de ensino-aprendizagem juntamente com outros agentes educacionais, potencializando a aquisição, o desenvolvimento e o aprimoramento da linguagem em suas diferentes modalidades (oral, escrita e visual espacial), da voz, da audição, das funções e estruturas orofaciais e identificando riscos para a saúde vocal e auditiva do educador e do estudante.

## **Promoção de estratégias de comunicação e acessibilidade**

Os profissionais da Fonoaudiologia devem trabalhar em conjunto com a escola e seus componentes, para um bom desenvolvimento educacional em todos os níveis de ensino. Ações interdisciplinares voltadas ao coletivo devem ser priorizadas, com o objetivo de aperfeiçoar as técnicas de ensino. Portanto, essa atuação deve ser pautada em uma perspectiva educacional e não clínica.

De acordo com a Resolução CFFa 387 de 2010,<sup>3</sup> o fonoaudiólogo precisa conhecer as políticas de educação para atuar em conformidade com elas. Além disso, pode participar da formação continuada dos profissionais que fazem parte das instituições de ensino, do atendimento educacional especializado (AEE), da educação especial e da educação bilíngue para surdos.

O Fonoaudiólogo pode contribuir ainda com seu conhecimento nessas áreas, e compartilhá-los por meio de palestras,

mini cursos, leituras e rodas de conversas, fornecendo informações sobre o desenvolvimento infantil típico e atípico, o processo de aquisição da linguagem e da comunicação.

Realiza também recomendações técnicas, orientando a execução de atividades lúdicas para o desenvolvimento da motricidade oral, ou de melhores alternativas de métodos de alfabetização, incluindo a leitura de histórias e a estimulação da escrita, através de atividades que fazem parte de seu contexto cultural.<sup>13</sup>

No estudo de Mendonça e Lemos,<sup>14</sup> a implementação de oficinas de promoção de saúde, abordando temas como “Audição e Processamento Auditivo” e “Saúde Vocal” mostrou-se eficaz aos educadores, sendo possível notar que adquiriram um maior conhecimento sobre a saúde auditiva e da voz, e também souberam responder corretamente a avaliação da pesquisa dada após as palestras, sobre a importância do balbucio, da linguagem oral e gestual, da leitura de histórias e da compreensão da linguagem pela criança, obtendo como resultado um sentimento de maior preparo ao ensinar alunos que apresentam dificuldades. Outros temas pertinentes a serem discutidos por meio de palestras seriam:

- o desenvolvimento da fala e de linguagem;

- a preservação da voz;
- como lidar com a gagueira e/ou deficiência auditiva em sala de aula;
- estratégias para inclusão no ambiente escolar.

Tais assuntos são relevantes tanto para a formação continuada, como para a rotina e para a saúde do professor.<sup>13</sup>

É esperado que quando as crianças chegam ao ensino fundamental elas já possuam uma grande quantidade de experiências pessoais que as ajudaram a desenvolver uma boa bagagem linguística, isto é, conhecimentos e experiência do dia a dia, vocabulário, semântica, sintaxe, morfologia, entre outros.

A linguagem é um dos fundamentos para a aprendizagem da leitura e da escrita. Assim, é importante cultivar um ambiente estimulante e instigante para o desenvolvimento da linguagem das crianças desde a primeira infância, dado a sua importância na vida diária.

Visto que a aprendizagem da leitura e da escrita está ligado ao desenvolvimento de linguagem, é possível afirmar que existem habilidades importantes que predizem um processo de alfabetização efetivo. Essas habilidades do processamento fonológico permitem pensar nos sons da fala, usar a memória para armazenar sequências e acessá-las no léxico mental, e são preditoras do sucesso da alfabetização. Também chamadas de habilidades metafonológicas,

Envolvem a consciência fonológica, acesso lexical e memória operacional fonológica.

Essas habilidades de consciência fonológica, acesso lexical, memória operacional fonológica, assim como, conhecimento e escrita de letras e a escrita do próprio nome são preditoras da alfabetização e devem ser trabalhadas antes e durante o ensino fundamental com o objetivo de possibilitar o aprendizado de maneira efetiva.

O fonoaudiólogo deve conscientizar a comunidade escolar sobre a importância da promoção da linguagem oral, a introdução de palavras novas ao vocabulário, e de uma melhor argumentação, como, por exemplo, em algum momento em que os profissionais podem participar de conversas com as crianças, podem inserir reflexões, novos conceitos e ideias, explorando de forma mais ampla essas habilidades comunicativas e provocando um maior impacto na constituição de linguagem de seus alunos.<sup>15</sup>

Já no Ensino Fundamental, a atuação fonoaudiológica pode acontecer na análise de redações, dando atenção para as dificuldades ortográficas, e realizando discussões com os docentes para a observação de possíveis fatores subjacentes aos problemas na escrita, como a influência da oralidade e a variação linguística, com o intuito de compreender a ocorrência desse fenômeno e elaborar estratégias didáticas próprias e individualizadas para ajudar esses alunos.<sup>16</sup>

A consciência fonológica é uma dessas habilidades que abrange a capacidade de refletir sobre a linguagem oral e seus componentes, incluindo, por ordem de desenvolvimento, a consciência de frases e palavras, aliteração e rima, sílabas, e fonemas. Ela emerge das experiências e brincadeiras infantis antes do ensino fundamental e do aprendizado do princípio alfabético no ensino fundamental, no caso dos fonemas (consciência fonêmica).

A memória operacional fonológica, também chamada de memória de curto prazo fonológica, é o sistema que permite armazenar e manipular as informações verbais de forma rápida, que podem ou não ser retidas.

O acesso ao léxico fonológico ou nomeação automática rápida é a capacidade de acessar certa informação fonológica o mais rápido possível.

Segundo Cárnio et al.,<sup>17</sup> essa atuação pode se expandir para um melhor desenvolvimento do letramento, da narrativa oral e das habilidades de consciência fonológica, por meio de atividades lúdicas e do uso de livros de histórias, o que consequentemente beneficia as competências de compreensão de texto e crítica.

Um outro exemplo do papel do fonoaudiólogo, é a assistência na acessibilidade de alunos com algum tipo de deficiência auditiva, que são usuários de implante coclear ou de aparelhos auditivos, tanto no processo da comunicação, quanto em relação aos níveis de ruído presentes no ambiente de ensino, analisando se estão de acordo com a Norma Brasileira, NBR 10.152 da ABNT (1990), e investigando, juntamente com a escola, maneiras de reduzir suas consequências no processo de aprendizagem, podendo ser implementadas medidas de baixo custo, como o uso de materiais que absorvem ruídos (cortinas, carpetes e revestimento de paredes), e de alto custo, como a elaboração de espaços de ensino com acústica adequada.<sup>18</sup>

O fonoaudiólogo que conhece seu papel na escola pode trabalhar com toda a equipe escolar, causando impacto positivo nos processos de ensino e aprendizagem. Seu olhar diferenciado pode contribuir para que as melhores estratégias sejam adotadas a fim que a comunicação seja oportunizada e otimizada no contexto escolar.

## Referências bibliográficas

1. Comitê Científico do Núcleo da Ciência pela Infância. Estudo nº I: O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem. 2014 [citado 3 de abril de 2023]. Disponível em: <https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2018/07/O-IMPACTO-DO-DESENVOLVIMENTO-NA-PRIMEIRA-INFANCIA-SOBRE-A-APRENDIZAGEM.pdf>
2. Brasil. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [Internet]. Diário Oficial da União; dez 23, 1996 [citado 20 de dezembro de 2022]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>
3. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa nº 387, de 18 de setembro de 2010. Diário Oficial da União, 14 out. 2010 [citado 3 de abril de 2023]. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_387\\_10.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_387_10.htm)
4. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa nº 605 de 17 de março de 2021. Diário Oficial da União, 18 mar. 2021 [citado 3 de abril de 2023]. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_605\\_21.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_605_21.htm)
5. Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Atuação do fonoaudiólogo educacional: guia norteador. Brasília: CFFa, 2016 [citado 4 de março de 2023]. Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wp-content/uploads/2013/07/guia-norteador.pdf>
6. Cosenza R; Guerra L. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011 [citado 3 de abril de 2023]. Disponível em: [http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/6744/1/PRODUÇÃO\\_TECNICA\\_NeurociênciaEducaçãoCerebro.pdf](http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/6744/1/PRODUÇÃO_TECNICA_NeurociênciaEducaçãoCerebro.pdf)
7. Diogo EM, Gorete M da S. Letramento e Alfabetização: Uma Prática Pedagógica de Qualidade. I seminário de representações sociais, subjetivas da educação-SIRSSE. Curitiba - Paraná. 7 a 10 de novembro 2011 [citado 3 de abril de 2023]. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/noes-basicas-em-alfabetizacao-e-letramento-apostila04.pdf>

8. Coelho S, Castro M. O Processo de Letramento na Educação Infantil. *Pedagogia em Ação*. 2010 [citado 3 de abril de 2023];2(2):79–85. Disponível em:

[http://ws4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE\\_ARQ\\_REVIS\\_ELET\\_R20121204110057.pdf](http://ws4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELET_R20121204110057.pdf)

9. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização**. Brasília - DF: MEC, SEALF, 2019 [citado 3 de abril de 2023]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno\\_pna\\_final.pdf](http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf)

10. Albuquerque EBC de. Conceituando alfabetização e letramento. In: Santos CF; Mendonça M. **Alfabetização e Letramento: conceitos e relações**. 1ed., 1reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007 [citado 3 de abril de 2023]. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/22.pdf>

11. Soares, MB; Batista, AAG. Alfabetização e letramento. Belo Horizonte - MG. Ceale/FAE/UFGM. 2005 [citado 3 de abril de 2023] Disponível em: [https://www.ceale.fae.ufmg.br/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2001%20Alfabetizacao\\_Letr\\_amento.pdf](https://www.ceale.fae.ufmg.br/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2001%20Alfabetizacao_Letr_amento.pdf).

12. Albuquerque EBC de; Santos CF. Alfabetizar Letrando. In: Santos CF; Mendonça M. **Alfabetização e Letramento: conceitos e relações**. 1ed., 1reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007 [citado 3 de abril de 2023]. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/22.pdf>.

13. Carlino FC, Denari FE, Costa M da PR da. Programa de orientação fonoaudiológica para professores da educação infantil. *Distúrbios da Comunicação* [Internet]. 2011 [citado 3 de abril de 2023];23(1). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/8039>

14. Mendonça JE, Lemos SMA. Promoção da saúde e ações fonoaudiológicas em educação infantil. *Rev CEFAC* [Internet]. 8 jul 2011 [citado 3 de abril de 2023];13(6):1017–30. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-18462011005000068>

15. Roncato CC, Lacerda CBF. Possibilidades de desenvolvimento de linguagem no espaço da Educação Infantil. *Distúrbios da Comunicação* [Internet]. 2005 [citado 3 de abril de 2023];17(2). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/11715>

16. Gomes RCV, Vasconcellos ZMC de. Intervenção fonoaudiológica junto aos docentes do ensino fundamental: relato de experiência. Rev CEFAC [Internet]. Nov 2014 [citado 3 de abril de 2023]; 16(6):2060–70. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0216201414413>
17. Cárnio MS, Alves DC, Rehem LO, Soares AJC. Práticas de narrativas escritas: atuação fonoaudiológica. Rev CEFAC [Internet]. 2012 [citado 3 de abril de 2023];14(5):792–8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-18462011005000032>
18. Campos NB de, Delgado-Pinheiro EMC. Análise do ruído e intervenção fonoaudiológica em ambiente escolar: rede privada e pública de ensino regular. Rev CEFAC [Internet]. 2014 [citado 3 de abril de 2023];16(1):83–91. Available from: <https://doi.org/10.1590/1982-0216201414312>
19. Maranhão PCS, Pinto SMP da C, Pedruzzi CM. Fonoaudiologia e educação infantil: uma parceria necessária. Rev CEFAC [Internet]. Jan 2009 [citado 3 de abril de 2023]; 11(1):59–66. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-18462008005000006>
20. Melo JKO de, Teixeira CF, Queiroga BAM de. Teachers' knowledge on Educational Speech-Language-Hearing Pathology and the relevance of communication to learning. Rev CEFAC [Internet]. 2021 [citado 3 de abril de 2023];23(1):e6720. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0216/20212316720>
21. Gabriel R. Letramento, Alfabetização E Literacia: Um Olhar a Partir Da Ciência Da Leitura. Revista Práxis [Internet]. 2017 [citado 10 de junho de 2023];2. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5255/525553743007/html/>

# COMO O FONAUDIÓLOGO PODE ATUAR NO ENSINO MÉDIO, NO ENSINO SUPERIOR E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No Censo Escolar da Educação Básica de 2022, foram registradas 7,9 milhões de matrículas no Ensino Médio no Brasil, o que representa um aumento de 1,2% em comparação ao ano anterior, apresentando tendência de aumento de 2019 a 2022.<sup>1</sup>

Apesar de a prática fonoaudiológica ainda estar muito vinculada à Educação Infantil,<sup>2</sup> a Fonoaudiologia Educacional pode desenvolver ações em todos os níveis e modalidades de ensino, a fim de potencializar não somente a aquisição, mas também o desenvolvimento e o aprimoramento dos aspectos relacionados à linguagem oral, escrita e sinalizada, voz, audição e às funções e estruturas orofaciais.<sup>3</sup>

Quando se refere ao Ensino Médio, é fundamental que o aluno alcance seu potencial máximo de aprendizado, uma vez que se trata de um momento que pode ser considerado o elo entre a base educadora e a base profissionalizante do estudante. Porém, muitas vezes, devido ao ritmo acelerado e às demandas da última etapa escolar, a cobrança por um alto rendimento acadêmico e as dificuldades emocionais características da adolescência, podem ser percebidas

## Autores

Douglas  
Sugahara

Júlia Calheiros  
Santos

Raphaela da Cruz  
Alves

Vitória Sterzza  
Dias

## Sabia que

O Ensino Médio é uma etapa da escolarização caracterizada por maiores demandas cognitivas, acadêmicas, pessoais e sociais, associada ao período da adolescência dos alunos, que envolve mudanças físicas, fisiológicas, psicossociais e culturais significativas.

**Dessa forma,** será possível elaborar ações, junto a equipe envolvida no acompanhamento dos alunos, que garantam a flexibilização, acomodação e temporalidade curricular, adaptações das atividades avaliativas e realização de ações formativas voltadas às famílias, aos alunos e a toda a comunidade escolar sobre assuntos pertinentes à Fonoaudiologia.<sup>3</sup>

dificuldades de aprendizado.<sup>4</sup>

Sendo assim, a intervenção do Fonoaudiólogo Educacional no Ensino Médio é muito importante, já que é competência deste profissional atuar nos aspectos que envolvem a comunicação, sua relação com a aprendizagem e as possíveis dificuldades que podem aparecer nesses processos.

Essas adaptações relacionadas às dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio são muito necessárias devido a alta demanda e a complexidade das atividades e avaliações. Em conjunto com a comunidade escolar, o Fonoaudiólogo Educacional pode sugerir a adoção de algumas estratégias que podem ser favoráveis para os métodos avaliativos de cada aluno, como a adoção de leitor/transcritor, maior tempo para a realização da prova (pelo menos 25% a mais), formas alternativas de avaliação, como seminários e atividades em grupo, e uma correção diferenciada, dando mais ênfase ao conteúdo das respostas e não aos possíveis erros ortográficos.<sup>5</sup>

Também é importante realizar um trabalho informativo para esses alunos com dificuldade a respeito do ingresso ao Ensino Superior, já que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) oferece um atendimento diferenciado aos alunos com transtorno de aprendizagem (fornece leitor, transcritor e um maior tempo de prova), visando equiparar todos os concorrentes para que tenham as mesmas chances de ingresso ao Ensino

Superior.<sup>6</sup>

Ainda sobre a atenção pedagógica flexível e individualizada, a Fonoaudiologia tem um papel muito importante acerca da inclusão dos estudantes, tanto em Escolas de Educação Especial quanto em Escolas de Ensino Regular, já que esse profissional está apto a participar da orientação e planejamento escolar, trabalhando aspectos preventivos ligados a assuntos

**Tabela 6.1.** Tabela dos números de matrícula na educação especial nos últimos 4 anos em todos os anos de escolarização

| Ano  | Etapa de Ensino |            |            |           |               |         |
|------|-----------------|------------|------------|-----------|---------------|---------|
|      | Total           | Educ. inf. | Ens. fund. | Ens. méd. | Prof. con/sub | EJA     |
| 2018 | 1.181.276       | 91.394     | 837.993    | 116.287   | 5.313         | 130.289 |
| 2019 | 1.250.967       | 107.955    | 885.761    | 126.029   | 4.784         | 126.438 |
| 2020 | 1.308.900       | 110.738    | 911.506    | 148.513   | 6.206         | 131.937 |
| 2021 | 1.350.921       | 114.758    | 928.359    | 173.935   | 6.019         | 127.850 |
| 2022 | 1.527.794       | 183.510    | 1.001.139  | 204.233   | 8.830         | 130.082 |

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar (Brasil. Inep, 2022c).

A Fonoaudiologia pode atuar nesse quesito de fortalecimento da inclusão no Ensino Médio, principalmente por ser uma profissão cujo conhecimento é voltado para a comunicação. Portanto, o fonoaudiólogo será um facilitador na elaboração e na produção de conhecimento, além de colaborar nas vivências e trocas em grupo, tanto em relação aos outros alunos, quanto em relação aos professores.<sup>7</sup>

Há ainda outros aspectos, além das dificuldades de aprendizagem na Educação Especial e Regular, nos quais o Fonoaudiólogo Educacional pode atuar, inserido no Ensino Médio. Um que vale a pena ressaltar são os cuidados vocais, já que é comum que adolescentes apresentam alguns hábitos prejudiciais como falar mais alto que o ruído ambiental, cantar, consumir álcool, chorar, falar muito, entre outros, que podem, futuramente, desencadear alterações vocais.

Além disso, os hábitos vocais estão muito relacionados com a autoimagem de cada indivíduo: a maioria dos adolescentes que alega se comunicar bem possui uma autoimagem positiva, enquanto os que mencionaram não se comunicar bem têm uma autoimagem negativa.<sup>9</sup>

Portanto, além de ser imprescindível que o Fonoaudiólogo Educacional elabore uma ação de conscientização em relação ao uso vocal nesta faixa etária, também é importante oferecer mecanismos de proteção ao adolescente como um todo, fazendo-o conhecer as modificações que estão ocorrendo em seu corpo, inclusive em sua voz, incorporando a sua nova autoimagem e, consequentemente, se comunicando melhor.<sup>9</sup>

Outro comportamento de risco condizente com o campo de atuação da Fonoaudiologia é o uso inadequado dos fones de ouvido. Os estudantes dessa faixa etária têm uma tendência maior a utilizar esse equipamento por mais tempo e em maior intensidade. Esse uso abusivo no que se diz ao tempo de duração de uso, a intensidade e a frequência pode causar efeitos nocivos ao sistema auditivo, levando a queixas como zumbido, otite e dificuldades na inteligibilidade de fala.<sup>10</sup> Dessa forma, o Fonoaudiólogo Educacional inserido no Ensino Médio pode elaborar e realizar ações de promoção dos cuidados auditivos, reforçando o uso saudável dos fones de ouvido, que devem ser

usados em intensidade média e por uma quantidade reduzida de tempo. Essas ações visam diminuir o impacto que esse hábito deletério pode causar na saúde auditiva desses estudantes no futuro.<sup>11</sup>

Um outro ponto importante que pode ser trabalhado pelo Fonoaudiólogo é a melhora da comunicação entre pais e filhos. Na adolescência, é comum que haja maiores confrontos familiares, já que há uma tendência de que o indivíduo se afaste das figuras parentais e se aproxime de seus iguais em busca da sua própria identidade. Porém, apesar desse fato ser característico dessa fase do desenvolvimento, uma comunicação efetiva entre os membros da família pode tornar esse relacionamento mais saudável e satisfatório para ambas as partes.<sup>12</sup>

Sendo assim, o Fonoaudiólogo Educacional pode realizar ações com as famílias abordando as características dessa fase do desenvolvimento, a tendência do adolescente a contestar e ser mais instável, além de, muitas vezes, questionar as regras.

## **A atuação no Ensino Superior**

Como mencionado anteriormente, o Fonoaudiólogo Educacional é muito associado ao público infantil, no entanto, é um profissional que, por sua qualificação em linguagem e comunicação, pode atuar em todos os níveis e modalidades de ensino. Atualmente, há uma carência de pesquisas

Pode-se enfatizar a importância de uma comunicação efetiva nesse período, que respeite o adolescente como um indivíduo único e diferenciado, voltando a atenção a possíveis comportamentos de risco, além de proporcionar um ambiente de segurança, equilíbrio e limites a ele.

que tratam da atuação fonoaudiológica no Ensino Superior.

Antes de tratar da atuação fonoaudiológica no Ensino Superior, é necessário fazer algumas considerações sobre este nível de ensino no Brasil. Uma série de mudanças e iniciativas desde 1996, ano da criação da LDB, fez com que o número de matrículas no Ensino Superior aumentasse até alcançar a marca de 8.987.120 de ingressantes no ano de 2021.<sup>13</sup>

Contudo, o Brasil é um país que ainda possui problemas relacionados à Educação Básica, que tem impacto na Educação Superior. Dados do INAF de 2018 apontam que somente 34% dos estudantes da Educação Superior podem ser classificados no nível de alfabetismo funcional pleno.<sup>14</sup> Ainda, os mesmos dados apontam que 4% dos estudantes são analfabetos funcionais, ou seja, estudantes que dominam pouco a leitura, a escrita e matemática e, por isso, não conseguem dar conta das demandas com o nível de habilidade que possuem.

Nessa perspectiva, uma ação prevista pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES,<sup>15</sup> é a criação de um Apoio Pedagógico, um núcleo que tem o objetivo de promover medidas para diminuir a disparidade entre os conhecimentos dominados pelos estudantes e os necessários no Ensino Superior.<sup>16</sup> Dessa forma, cada instituição de ensino deve propor diferentes

ações para domínio da leitura, da escrita e de matemática, e também gêneros acadêmicos, artigos, entre outros. O Apoio Pedagógico também pode ficar responsável pelo atendimento de alunos com Transtornos Funcionais Específicos a depender da instituição.<sup>17</sup>

Nesse sentido, existe uma perspectiva para atuação do fonoaudiólogo, tendo em vista que é um profissional qualificado para trabalhar questões de linguagem no Ensino Superior, tanto quanto na Educação Básica.

Além disso, o fonoaudiólogo também pode atuar com o objetivo de garantir a inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei no 9.394, 1996) trouxe uma política pública inclusiva, prevendo o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais específicas na escola,<sup>18</sup> mas foi com a Portaria nº 3.284,<sup>19</sup> que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, e recentemente a Lei nº 13.146/2015,<sup>20</sup> Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que se buscou garantir o acesso de pessoas com deficiência nos diferentes níveis de ensino.<sup>21</sup>

Um dos profissionais que pode ajudar nessa tarefa de inclusão é o Fonoaudiólogo Educacional, que juntamente com outros profissionais, como psicólogos e pedagogos, poderiam propor metodologias e técnicas

#### **Acesso x Inclusão**

Entretanto, somente garantir o acesso não significa garantir a inclusão. É preciso também gerar condições para que seja possível a permanência para todos os alunos. Não é suficiente apenas que o professor esteja preparado no quesito conhecimento. É preciso também saber como atuar no ensino levando em conta as diferenças de cada aluno.

para dar suporte ao ensino. Além disso, toda a comunidade educacional precisa estar envolvida nas estratégias propostas pela equipe de apoio educacional.<sup>21</sup>

Nesse sentido, uma das estratégias que podem ser adotadas no Ensino Superior para dar suporte aos diferentes perfis de aprendizagem é a disponibilização, por parte da instituição de ensino, de um serviço de apoio a alunos e professores, preferencialmente com a participação de um Fonoaudiólogo Educacional. O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) é uma política que tem por objetivo entregar acessibilidade e permanência à vida acadêmica e que prevê, entre as medidas, a criação de Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior.<sup>17-22</sup>

Esses núcleos visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.<sup>23</sup> Em Universidades estaduais e particulares não existem programas instituídos, por isso, não há obrigatoriedade da criação ou padronização desses núcleos, no entanto existem relatos sobre a criação em diversas instituições.

Tomelin e colaboradores, por exemplo, relatam a criação de um núcleo de apoio ao discente e docente (NADD) em dois Centros Universitários do município de São Paulo.<sup>24</sup>

O núcleo desenvolveu ações de inclusão no contexto universitário, focando no acolhimento e apoio aos estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem, entre outros quadros.

Nesse caso, existiu uma estratégia multiprofissional de intervenção, de encaminhamento e de orientação. Em um programa como esse, o fonoaudiólogo educacional pode atuar em palestras, com o objetivo de orientar professores, estudantes e colaboradores sobre os temas relacionados à inclusão, aos diferentes públicos e suas diferenças, sejam elas físicas, intelectuais ou sociais. Além disso, podem ser feitos encaminhamentos de alunos para uma avaliação clínica mais precisa e para uma possível intervenção.

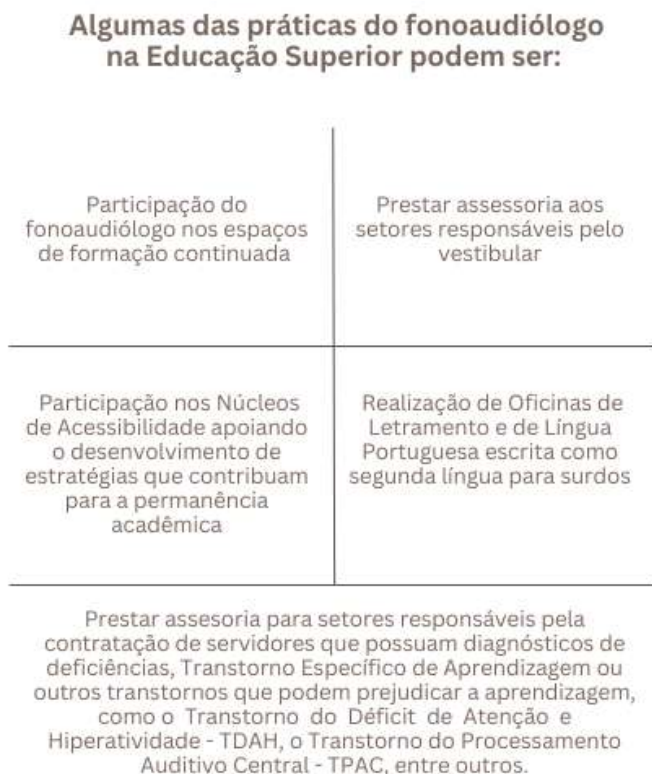
Uma pesquisa realizada no ano de 2021 apontou que, apesar da ampla área de atuação, a presença do Fonoaudiólogo Educacional no Ensino Superior é mínima. Ainda, prevalece o desconhecimento sobre o trabalho do fonoaudiólogo e sua atuação na Educação, especialmente no Ensino Superior.<sup>17</sup>

Assim, é necessário difundir a atuação do fonoaudiólogo na Educação, descrever suas ações e contribuições, para que a Fonoaudiologia possa ser reconhecida como uma profissão que pode e deve fazer parte do conjunto de profissionais que trabalham na Educação.

Em geral, o Fonoaudiólogo Educacional é um colaborador envolvido nas instituições de ensino que trabalha como parte de uma equipe, buscando promover a aprendizagem.

Em conclusão, segundo as fonoaudiólogas Santana e Soltosky<sup>25</sup>

**Figura 6.1.** As práticas do fonoaudiólogo na Educação Superior



Fonte: Santana; Soltosky, 2014; Palmeiro; Donida; Santana, 2021

## **A atuação na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

A Educação para Jovens e Adultos constitui-se como uma modalidade específica da Educação Básica. Seu objetivo principal é atender ao público que, por alguma circunstância, não obteve acesso à educação durante a

infância e/ou adolescência, sendo as causas mais comuns, as ofertas irregulares de vagas, inadequações do sistema educacional ou até mesmo por condições socioeconômicas desfavoráveis.

O fonoaudiólogo, nesse contexto educacional diferenciado, acaba sendo colocado como parceiro dos educadores, buscando promover a saúde, melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e, de certa forma, promover a construção de sua cidadania.<sup>27-29</sup> Questões como faixa etária diversificada numa mesma sala, comunicação restrita devido aos diferentes interesses e dificuldades envolvendo esferas de aprendizagem distintas, dificultam a unificação e atuação eficaz do professor.<sup>26</sup>

Portanto, cabe ao fonoaudiólogo tornar esse contato entre professores e alunos mais eficaz, dinâmico e efetivo. Para isso, deve, juntamente com os demais profissionais responsáveis, criar/planejar ações que estimulem e desenvolvam a concentração, a memória, a imaginação e a criatividade. Por meio do aperfeiçoamento da linguagem oral e escrita, é possível proporcionar um resgate da autoestima, gerar oportunidade de desenvolvimento das habilidades comunicativas, promover a autonomia e auxiliar os educandos a tornarem-se sujeitos críticos e reflexivos.<sup>27-29</sup>

Além disso, cabe ao fonoaudiólogo contribuir para a acessibilidade e permanência de

A atuação no EJA, centrada na observação da comunicação (oral, escrita, voz, corporalidade) e na formação do indivíduo crítico, possibilita portanto, uma constante reflexão sobre a importância do fonoaudiólogo educacional em todos os âmbitos educacionais. De maneira conjunta, ele é um dos responsáveis por promover um ensino igualitário, justo, global e eficiente, enfrentando ambientes com contrastes de personalidades, realidades e idades, e possibilitando o redimensionamento das ações, embasado em especificidades e diversidades culturais dos sujeitos atendidos.<sup>26</sup>

A atuação fonoaudiológica pode trazer benefícios amplos, com foco na elaboração de estratégias de prevenção e promoção de saúde, em diálogo constante com familiares e professores, com acompanhamento sistemático e contínuo das ações desenvolvidas com os educandos, equipes escolares, pais ou responsáveis.<sup>27</sup> O trabalho conjunto no contexto escolar se mostra importante durante todas as fases da escolarização, podendo auxiliar na garantia de aprendizagem a todos os alunos.

alunos com deficiência e Transtornos Funcionais Específicos por meio da promoção da comunicação, linguagem oral e sinalizada, linguagem escrita, entre outros, junto com os demais colaboradores de modo interdisciplinar, com diferentes ações que tornem o ambiente favorável para a aprendizagem.

## **Perspectiva Interdisciplinar de Atuação na Escola**

Como já vimos anteriormente, o trabalho do fonoaudiólogo educacional depende da ação conjunta com os professores e demais profissionais presentes na escola. De acordo com Zorzi, a atuação se expande à aliança com os pais e os próprios alunos a fim de favorecer o processo de ensino-aprendizagem.<sup>30</sup>

A ação colaborativa envolve a compreensão da coletividade, a fim de favorecer as potencialidades e aprimorá-las nos campos da linguagem, audição, voz e motricidade orofacial que interfiram na aquisição de conhecimentos dentro da escola.

O foco no desenvolvimento integral do aluno depende sobretudo, da contribuição entre os profissionais para que haja a instituição de verdadeiras práticas inclusivas e os direitos sejam respeitados. A escola e a família devem trabalhar em conjunto, buscando envolver a comunidade onde estão inseridas, para que os direitos dos alunos sejam respeitados e cumpridos pelas Instituições Governamentais

e demais responsáveis pela educação.<sup>31</sup>

As condições de trabalho conjunto associadas ao âmbito escolar determinam o sucesso da educação, sendo fundamentais para garantir o acesso e permanência do aluno na escola, através da contribuição de um suporte teórico e técnico oferecido pela equipe. Assim, deve-se considerar a prática educativa de forma completa, interligando a ação fonoaudiológica ao trabalho docente, consolidando a aliança entre saúde e educação, em favorecimento a melhores resultados na aquisição da linguagem oral e escrita, no desenvolvimento motor, auditivo e cognitivo.<sup>32</sup>

Mesmo que o papel da escola esteja além de ensinar a ler, escrever e contar, o foco no processo de aprendizagem representa um objetivo mais concreto. Nesse sentido, a contribuição da equipe multiprofissional permite a adaptação das práticas de ensino, pensadas para propiciar condições de aprendizagem que não excluam nenhum aluno e que buscam dar respostas às necessidades educacionais específicas, criando condições favoráveis à aprendizagem em uma perspectiva inclusiva.<sup>33</sup>

No contexto colaborativo, é necessária uma visão mais voltada para o cotidiano escolar e sua realidade. Dentre as atribuições fonoaudiológicas, o conhecimento da cultura escolar pode ser considerado o ponto de

O fonoaudiólogo pode auxiliar nas discussões acerca do papel da escola. Ao possibilitar aos alunos o domínio dos conhecimentos culturais e científicos, a educação escolar é capaz de desenvolver capacidades cognitivas e operacionais para que haja melhores resultados acadêmicos e conquista efetiva de direitos pelos cidadãos.

partida para as ações. Essa abordagem permite que o fonoaudiólogo identifique necessidades que a escola apresenta e planeje ações a partir dessas demandas. As ações colaborativas dependem da prática de professores e da equipe escolar, estabelecendo metas comuns para que o trabalho esteja integrado, permitindo que resultados concretos sejam alcançados.<sup>34</sup>

A intervenção é apresentada para evitar o aparecimento de dificuldades de aprendizagem e comportamento, por meio da estimulação das capacidades individuais. Na sequência, conforme os alunos apresentam dificuldades, a equipe multiprofissional apresenta a função de suporte na identificação de demandas e no planejamento de ações conjuntas a serem aplicadas no contexto escolar. O trabalho da equipe deve valorizar a intervenção ao elencar propostas para a sala de aula, que atuem nos problemas de aprendizagem dos alunos, na tentativa de reduzir suas dificuldades.

<sup>35</sup>  
As necessidades dos alunos precisam ser consideradas quanto aos recursos e apoios de acessibilidade do ambiente, comunicação, atitudes, métodos, instruções e programas de apoio escolar (recuperação escolar, apoio pedagógico e Atendimento Educacional Especializado). A orientação às famílias e a identificação das necessidades dos alunos devem ser feitas com a intenção de oferecer apoio ao processo educativo junto aos

professores.

Reafirmando as orientações da Resolução CFFa nº 387,<sup>36</sup> a ação interdisciplinar favorece o desenvolvimento do trabalho de interesse geral, sem realizar atendimento clínico e terapêutico dentro de instituições escolares.

Durante a execução da prática educacional, a proposta de planejamento conjunto com os educadores para avaliação das ações pode traçar metas para melhor corresponder às demandas do grupo. Embora o fonoaudiólogo não atue no conteúdo pedagógico, este pode contribuir com o diferencial de sua especialidade para as atividades elaboradas, favorecendo a aprendizagem como um direito que busque promover práticas de educação e cuidados de saúde.<sup>38</sup>

Considerando que a formação dos profissionais deve se voltar para as situações vividas no cotidiano da comunidade escolar, é preciso propor reflexão sobre a coletividade escolar e planejar cursos e palestras, partindo de temas abrangentes e ministrá-los aos professores, a fim de contribuir para a mudança nas práticas pedagógicas. Quanto ao professor, este precisa sempre ser orientado sobre a importância da atuação fonoaudiológica, compondo a possibilidade de ampliar os conhecimentos sobre as necessidades educacionais dos alunos, de discutir acerca das adaptações no currículo e no método de ensino e aprimorar as práticas inclusivas, além de sugerir propostas que

Quanto ao trabalho com o aluno, a fonoaudiologia pode focar na detecção precoce das alterações fonoaudiológicas e o encaminhamento do aluno para profissionais clínicos quando necessário, além de orientação aos pais, professores e equipe escolar. O trabalho pode ser voltado à instrução do docente quanto ao desenvolvimento da fala e linguagem dos alunos, capacitando-o a identificar possíveis alterações fonoaudiológicas, sugerindo estratégias de intervenção que colaborem para a inclusão social e escolar e modificando as relações dentro da escola.<sup>37</sup>

contribuam para mudanças no espaço escolar e na comunidade.<sup>39</sup>

As etapas desse trabalho podem incluir o planejamento e a execução de atividades conjuntas entre o fonoaudiólogo e o professor em sala de aula. O fonoaudiólogo, por sua vez, também pode compartilhar conhecimentos que beneficiem a interação entre professores e alunos, promovendo acessibilidade e o sucesso na comunicação entre todos os participantes da comunidade escolar.<sup>27</sup>

O professor aparece nesse contexto como aliado do fonoaudiólogo, compondo a ação conjunta, com uma proposta de trabalho voltada aos alunos. Nos casos de trabalho em sala de aula, realiza-se levantamento das demandas específicas e prioridades do grupo para se traçar metas, promovendo situações de diálogo e integração com familiares e alunos.

O trabalho com a gestão escolar parte do acompanhamento do trabalho realizado. Nesse caso, o trabalho deve envolver a gestão e a equipe como um todo, a fim de auxiliar a equipe gestora da escola na formação e no gerenciamento de sua comunidade escolar. Aliado à coordenação pedagógica, quando necessário, o fonoaudiólogo auxiliará no planejamento de estratégias e atividades para os professores, que permitam ampliar a ação do educador em sala de aula.<sup>35</sup>

## Referências bibliográficas

1. Brasil. Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2023.
2. Küester AM de B, Casteleins VL. A fonoaudiologia educacional e a escola: muito a fazer, muito a pensar, muito a estudar. Revista Diálogo Educacional. 17 de julho de 2001 [citado 25 de junho de 2023];2(4):129–38. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3910/3823>
3. Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Fonoaudiologia na Educação. Brasília: CFFa, 2018 [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.fonoaudiologia.org.br/comunicacao/cartilha-fonoaudiologia-na-educacao/>
4. Guedes KC. Dificuldades de aprendizagem: a dislexia no ensino médio. In: Anais I CONBRALE... Campina Grande: Realize Editora, 2017 [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/30286>.
5. Navas AL, Ciboto T. A trajetória da pessoa com dislexia da Educação Básica à Superior: da identificação ao apoio educacional. In: Nunes DR de P et al. Educação Inclusiva: conjuntura, síntese e perspectivas. Marília: ABPEE, 2021 [citado 25 de junho de 2023];79 - 92. Disponível em: <https://www.abpee.net/pdf/livros/educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva.pdf>
6. Instituto ABCD. Guia para escolas e universidades sobre o aluno com dislexia e outros transtornos de aprendizagem [Internet]. 2016 [citado 17 de julho de 2023]. Disponível em: <https://institutoabcd.kinsta.cloud/dislexico/>
7. Ramos A de S, Alves LM. A fonoaudiologia na relação entre escolas regulares de ensino fundamental e escolas de educação especial no processo de inclusão. Rev Bras Educ Espec. 2008 [citado 25 de junho de 2023];14:235–50. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382008000200007>

8. Instituto Unibanco. Inclusão aumenta, mas acesso ao ensino médio ainda é desafio [Internet]. Aprendizagem em foco. 2016 [citado 25 de junho de 2023], n. 15. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/15/>

9. Almeida AAF de, Ferreira LP. Cuidados com a voz: uma proposta de intervenção fonoaudiológica para adolescentes. Distúrbios da Comunicação [Internet]. 2007 [citado 25 de junho de 2023];19(1). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/11850>

10. Pereira AM, Campos AG, Duarte L, Freitas ML, Rossi-Barbosa LAR. Comportamento e conhecimento de adolescentes em relação ao uso inadequado de fones de ouvido. Bionorte. 2020 [citado 25 de junho de 2023];9(1):4–8.

11. Farias TRF de, Nunes AD da S, Barros VV de, Xavier AR da S, Freire PA, Arrais RF, et al. Programa Saúde Auditiva do Escolar: Uma integração entre pesquisa e extensão. Revista Brasileira de Extensão Universitária. 30 de abril de 2021 [citado 25 de junho de 2023];12(2):135–46.

12. Wagner A, Falcke D, Silveira LMB de O, Mosmann CP. A comunicação em famílias com filhos adolescentes. Psicol Estud. junho de 2002 [citado 25 de junho de 2023];7:75–80. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000100010>.

13. Semesp [Internet]. Instituições e Matrículas – Dados Brasil – 11º Mapa do Ensino Superior. [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/brasil/instituicoes-e-matriculas/>

14. Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro. Alfabetismo no Brasil [Internet]. Inaf. [citado 17 de julho de 2023]. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>

15. Brasil. Ministério da Educação. Decreto nº 7234 [Internet]. [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)

16. Ministério da Educação [Internet]. Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior/pnaes>

17. Palmeiro K, Donida LO, Santana AP. Práticas voltadas à inclusão: A fonoaudiologia na educação superior. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. 1º de julho de 2022;2024–44. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17090>

18. Poker RB, Valentim FOD, Garla IA. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. Psicol Esc Educ. 2018 [citado 25 de junho de 2023];22:127–34. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/010>

19. Brasil. Ministério da Educação. Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da União 11 nov 2003 [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>

20. Brasil. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União 7 jul 2015 [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm).

21. Alves JS de S, Silva DO da. Fonoaudiologia e pessoas com deficiência no ensino superior. Rio de Janeiro. Revista Interface - Integrando Fonoaudiologia e Odontologia. 30 de dezembro de 2020 [citado 25 de junho de 2023];1(2):50–4. Disponível em: <http://www.revistas.uniflu.edu.br:8088/seer/ojs-3.0.2/index.php/interface/article/view/353>

22. Ministério da Educação [Internet]. Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir). set 2022 [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior/incluir>

23. Brasil. Decreto Nº 7.611 de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União 18 nov 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)

24. Tomelin KN, Dias APL, Sanchez CNM, Peres J. Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. Revista Psicopedagogia. 2018 [citado 25 de junho de 2023];35(106):94–103. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862018000100011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862018000100011)

25. Santana AP, Soltosky M. Atuação fonoaudiológica na educação superior: Do ingresso à permanência. In: Marchesan IQ, Dilva HJ, Tomé MC. Tratado das especialidades em fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 2014.

26. 1. Di Pierro MC, Joia O, Ribeiro VM. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. Cad CEDES. novembro de 2001 [citado 25 de junho de 2023];21:58–77. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005>

27. Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Contribuições do fonoaudiólogo educacional para seu município e sua escola. Brasília: CFFa, 2015 [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: [https://www.sbf.org.br/portal2017/themes/2017/departamentos/artigos/materiais\\_21.pdf](https://www.sbf.org.br/portal2017/themes/2017/departamentos/artigos/materiais_21.pdf)

28. Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Fonoaudiologia na Educação. Brasília: CFFa, 2018 [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.fonoaudiologia.org.br/comunicacao/cartilha-fonoaudiologia-na-educacao/>

29. Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Guia Norteador: Atuação do Fonoaudiólogo Educacional. Brasília: CFFa, 2016 [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.fonoaudiologia.org.br/comunicacao/cartilha-fonoaudiologia-na-educacao/>

30. Zorzi JL. Possibilidades de Trabalho do Fonoaudiólogo no âmbito Escolar-Educacional [Internet]. [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: <http://www.profala.com/arttf95.htm>

31. Oliveira NAQ de. Interação entre escola e família no processo de ensino e aprendizagem da criança: análise da revista brasileira de educação especial [Internet]. TCC [Licenciatura em Pedagogia] - Universidade Federal da Paraíba; 2018 [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14172?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14172?locale=pt_BR)

32. Moura TFOR de, Maldonade IR. Visão de professores e equipe de saúde sobre a atuação da Fonoaudiologia na educação infantil. Distúrbios da Comunicação. 24 de setembro de 2018 [citado 25 de junho de 2023];30(3):440–53. Disponível em:

[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/321067/1/Moura\\_THaisFernandaOliveiraRolimde\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/321067/1/Moura_THaisFernandaOliveiraRolimde_M.pdf)

33. Rosin-Pinola AR, Del Prette ZAP. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. Rev bras educ espec [Internet]. Jul 2014 [citado 25 junho 2023];20(3):341–56. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000300003>

34. Caramori PM. Estratégias pedagógicas e inclusão escolar: um estudo sobre a formação continuada em serviço de professores a partir do trabalho colaborativo. Araraquara. Tese [Doutorado em Educação Escolar] - Unesp; 28 de agosto de 2014 [citado 25 de junho de 2023];299 p. : il. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115668>

35. Silva MAB da, Mendes EG. A atuação de uma equipe multiprofissional no apoio à inclusão escolar. Revincluso - Revista Inclusão & Sociedade. 20 de dezembro de 2021 [citado 25 de junho de 2023];1(1):33–56. Disponível em:

[https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7545/DissMABS.pdf%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy&ved=2ahUKEwiIof3j7OXwAhXsEbkGHSjUC\\_AQFjAAegQIBRAC&usq=AOvVaw2EZ3WfvV\\_yJ2SbNZqjAdD9](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7545/DissMABS.pdf%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy&ved=2ahUKEwiIof3j7OXwAhXsEbkGHSjUC_AQFjAAegQIBRAC&usq=AOvVaw2EZ3WfvV_yJ2SbNZqjAdD9)

36. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa nº 387, de 18 de setembro de 2010. Diário Oficial da União, 14 out. 2010 [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_387\\_10.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_387_10.htm)

37. Gertel MCR, Maia SM. O fonoaudiólogo e a escola - reflexões acerca da inclusão escolar: estudo de caso. Rev CEFAC [Internet]. 2011Sep;13(5):954–61. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1516-18462010005000032>

38. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução Nº 177, de 11 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/Resoluo177Conanda.pdf>

39. Anjos PG dos. Reflexões sobre a formação continuada de professores na perspectiva da Educação Inclusiva e suas implicações no trabalho docente. Manaus. Dissertação [Mestrado em Educação] - Universidade Federal do Amazonas; 27 de julho de 2018 [citado 25 de junho de 2023]; Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6564>

40. Santos PC, Nascimento MFS. A colaboração da Fonoaudiologia educacional em prol de um sistema de ensino igualitário. Research, Society and Development. 2 de janeiro de 2021 [citado 25 de junho de 2023];10(1):e3810111432–e3810111432. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11432>

41. Ministério da Educação [Internet]. Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir). set 2022 [citado 25 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior/incluir>

# AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ORAL: ORIENTAÇÕES PARA PAIS E PROFESSORES

Refletindo sobre a relação única que os seres humanos possuem com a Linguagem, podemos nos perguntar, a Linguagem é inata ou aprendida? Essa questão faz parte de um debate iniciado há muitos anos e que ainda desperta muitas dúvidas. Hoje, sabe-se que a linguagem é uma função do cérebro que se sustenta em um componente biológico, determinado pela interação dos genes e a atividade cerebral, em contínua interação com o ambiente social.<sup>1</sup>

Ao longo dos anos, a Linguagem foi estudada por diversas perspectivas. Uma de suas definições possíveis é:

A Linguagem é um sistema de representação de significados, por meio de códigos, em uma dada cultura. Refere-se à capacidade de comunicação, com uma via dupla, na qual o sujeito pode receber informações e/ou expressá-las, possibilitando também o aprendizado e a interação social. Além disso, a Linguagem pode ser usada como meio de estruturação e organização de ideias, pensamentos, sentimentos, emoções e desejos, sem existir, necessariamente, um interlocutor.<sup>2-6</sup>

## Autores

Carolina Isaura  
do Nascimento

Maria Eduarda  
Godinho Freire

Mariana Barboza  
Sena

Mayra Alexandra  
Misugi

Rute Raabe  
Rocha dos Santos

## Sabia?

Existem diversas teorias e estudos realizados ao longo do século 20 com o objetivo de explicar a aquisição e o desenvolvimento da linguagem.

Este conceito amplo pode ser dividido de algumas formas, entre elas: Linguagem Verbal e Linguagem Não Verbal.

A primeira forma de comunicação do ser humano é expressa pela linguagem não verbal, constituída basicamente por expressões faciais e/ou corporais, gestos e figuras, como por exemplo, o choro de um bebê. Sabe-se que é fundamental conhecer estes componentes da Linguagem Não Verbal e saber interpretá-los, já que eles podem aprimorar a comunicação, complementando ou contradizendo a Linguagem Verbal. Nesta, há necessariamente a presença de palavras, sejam elas faladas ou escritas. Essas categorias possuem inter-relação e também podem originar a Linguagem Mista, na qual encontram-se unidos os elementos das linguagens não verbal e verbal. A figura 1. representa a divisão referida anteriormente.<sup>6-8</sup>

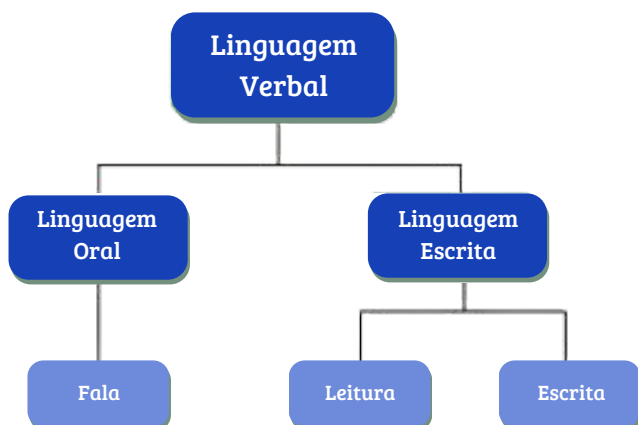
**Figura 7.1.** Tipos de Linguagem



A Linguagem Verbal pode ser subdividida, ainda, em Linguagem Oral e Linguagem Escrita. A primeira baseia-se na fala e pressupõe: (1) capacidade motora e articulatória para a emissão de sons e (2) habilidade auditiva para a recepção desses.

Por outro lado, a Linguagem Escrita é baseada em um conjunto convencional de símbolos linguísticos, que permitem a Leitura (conversão de letras grafadas em sons da fala, com objetivo de compreensão textual) e a Escrita (conversão de sons da fala em letras grafadas, objetivando a produção textual). Essa categorização pode ser vista na figura 2.<sup>2,5,9</sup>

**Figura 7.2.** Subdivisões da Linguagem Verbal

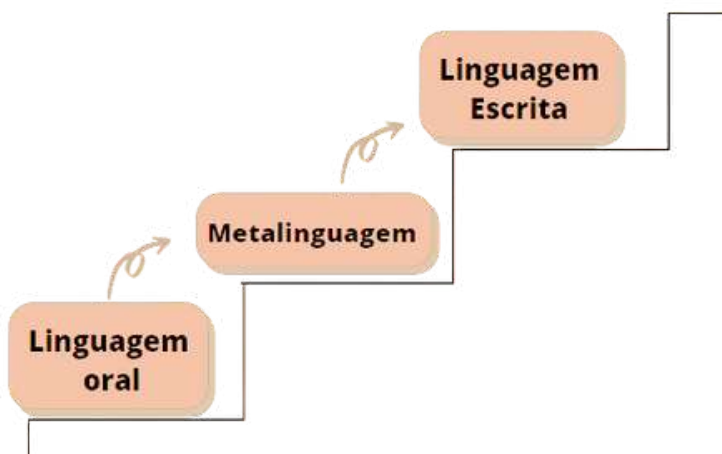


Enquanto a Linguagem Oral é aprendida de forma instintiva e natural, a Linguagem Escrita precisa ser ensinada objetivamente. O bebê recebe estímulos da fala na interação com os indivíduos ao seu redor desde que nasce. Ele internaliza-os e começa a emitir as primeiras palavras quando completa um ano de idade, em média, considerando o desenvolvimento típico. Entretanto, a criança vai aprender

a ler e a escrever apenas durante a alfabetização escolar, por volta dos seis anos de idade, sendo necessária a instrução formal, tendo em vista que a Linguagem Escrita é uma invenção humana e cultural. Seu aprendizado exige reorganizações cerebrais que não aconteceriam naturalmente.<sup>9-11</sup> Esse fenômeno será abordado de forma mais detalhada no próximo capítulo deste Manual.

Vale destacar, ainda, que a Linguagem Oral dá base para o desenvolvimento da Linguagem Escrita. O aprendizado da leitura e da escrita requer certa maturação cognitivo-linguística, para que a criança seja capaz de pensar sobre os sons da própria língua (metalinguagem). Tal habilidade é fundamental para que ocorra a associação entre os sons da fala e as letras que os representam. Assim, conclui-se que a Linguagem Oral pode ser codificada pela Linguagem Escrita, e fica claro que existe um continuum entre elas, assemelhando-se à uma escada com os seus degraus, como mostra a figura 3.<sup>9-12</sup>

**Figura 7.3.** Continuum entre a Linguagem Oral e a Linguagem Escrita.



Em resumo, a Linguagem é uma faculdade humana, com função simbólica, estabelecida em um aparato biológico e nas experiências sociais. O desenvolvimento da linguagem está associado a um processo maturacional de origem genética, sendo sensível aos estímulos do ambiente e desenvolvimento de outras funções, como atenção, memória, percepção, inteligência, cognição e audição. Alguns aspectos da linguagem serão aprofundados a seguir, uma vez que do ponto de vista do desenvolvimento da linguagem, são muitos os agentes que tomam parte e influenciam esse processo.<sup>1</sup>

## **Aspectos Linguísticos: breve explicação**

Comunicar é um ato complexo, que requer o uso de diversas habilidades. Precisamos pensar sobre o que vamos falar, buscar as palavras e os sons dessas palavras, estruturá-las em frases, além de articular, o que envolve o planejamento motor, a programação motora e a execução motora da fala. Quando falamos, todas essas ações acontecem simultaneamente, mas é importante entendermos como cada uma delas ocorre individualmente. Chamamos cada um desses processos de níveis linguísticos.

Segundo Mousinho e colaboradores,<sup>2</sup> “os níveis linguísticos buscam estudar didaticamente a linguagem; por isso dividem em subpartes o que acontece no dia a dia de forma global e espontânea”.

Pode-se enfatizar a importância de uma comunicação efetiva nesse período, que respeite o adolescente como um indivíduo único e diferenciado, voltando a atenção a possíveis comportamentos de risco, além de proporcionar um ambiente de segurança, equilíbrio e limites a ele.

# Níveis

## LINGÜÍSTICOS

### NÍVEL FONÉTICO - FONOLÓGICO

Cada som que produzimos na fala é chamado de fonema. A Fonética estuda como esses sons são produzidos (do ponto de vista fisiológico e articulatório), percebidos, e quais aspectos físicos estão envolvidos em sua produção, a partir de sua transmissão do falante ao ouvinte. Cada fonema tem um ponto e um modo de articulação diferente. Além disso, eles podem ser vozeados (as pregas vocais vibram durante sua produção) ou desvozeados (quando não há vibração das pregas vocais)



**Exemplo:** Para falar o /m/ na palavra "Mão", é preciso que os lábios se encontrem e que o ar passe tanto pelo nariz quanto pela boca. Além disso, ao ser produzido, as pregas vocais vibram.

Já a Fonologia entende as particularidades de cada fonema, os armazena e organiza as diferenças combinatórias dos fonemas, a função e organização dos fonemas e dos sistemas da língua. Como exemplo, para entendermos melhor o que são os sistemas da língua que a fonologia estuda, podemos pensar nas línguas de sinais.

Os sinais das línguas de sinais, assim como os sons da fala, possuem uma organização dos sinais utilizados, assim como regras combinatórias para seu uso. Os sinais e os sons são organizados e regulados por um sistema abstrato. Cabe à fonologia o estudo desse sistema abstrato, tanto das regras universais como as particulares das diferentes línguas.

**Exemplo:** Uma criança pode saber falar "gôl" e "tatá (fonemas /g/ e /t/), mas ainda não consegue selecionar fonologicamente esses fonemas para falar "gato".

## NÍVEL

### MORFOSSINTÁTICO

A morfologia estuda a classe e a formação das palavras em uma determinada língua. A unidade de análise da morfologia é a palavra.

#### EXEMPLO:

"partir - parta - reparta  
laranja - laranjeira - alaranjado"

Os morfemas também nos mostram o número, o grau e o gênero das palavras.

Além disso, as classes de palavra podem ser divididas em classe aberta (verbo, substantivo e adjetivo) ou classe fechada (preposição, conjunção e pronome)

#### EXEMPLO:

Gatinhos → estrutura do plural e diminutivo masculino

**Exemplo:** "A menina saiu de casa" é uma frase possível no português, mas "De menina casa saiu a de não" não é

Já a sintaxe estuda a organização e estruturação de sentenças, a partir de regras pré-determinadas. A sintaxe estabelece-se a partir das relações entre as palavras.

Na Morfossintaxe estuda-se, portanto, a relação entre os tipos de palavras e a formação de sentenças.

## NÍVEL SEMÂNTICO- LEXICAL

A semântica é o estudo do significado das línguas e o léxico é o vocabulário da língua. Assim, o nível semântico-lexical é entendido como a estruturação, reconhecimento e acesso ao vocabulário.

**Exemplo:** se o vocabulário é amplo ou limitado, se o seu acesso (tempo que se leva para lembrar a palavra que se deseja usar para nomear algo) é rápido ou se demora muito para chegar à palavra pretendida, ou se usa palavras inespecíficas

## NÍVEL SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO

Entendemos que a semântica está relacionada ao significado. Já a pragmática é o uso social e funcional da linguagem compreensiva e expressiva. A habilidade pragmática está relacionada ao contexto (em saber "ler" o ambiente para se adequar a ele, e interagir de acordo com ele), e envolve tanto a semântica, quanto a sintaxe e a coerência das narrativas.

Dentre as habilidades da pragmática, podemos citar a função fática (quando o emissor busca estratégias para manter a interação com o receptor), a intenção comunicativa, a manutenção do tópico discursivo, as pistas não linguísticas e a troca de turno

As pistas não linguísticas podem ser a variação da entonação para enfatizar palavras-chave em uma frase, a mudança da expressão facial (que pode demonstrar contentamento, tristeza, etc.), e o uso dos gestos enquanto falamos. Já a troca de turno é um elemento colaborativo, que requer um entendimento mútuo, no qual a criança precisa "aprender o papel de emissor e ouvinte, preenchendo seus turnos quando necessário e permitindo que seus interlocutores preencham o seus", ou seja, é necessário entender que cada um tem a sua vez para falar.

Fonte: Mousinho et al, 2018

A Figura 4. abaixo representa os componentes da linguagem em suas diferentes modalidades.

**Figura 7.4.** Habilidades componentes da linguagem em suas diferentes modalidades



Fonte: Giachet et al, 2014

## Habilidades associadas

Além dos aspectos linguísticos citados, existem outras habilidades associadas que são extremamente importantes na construção da linguagem. Elas são chamadas de funções executivas. Esse é um termo “guarda-chuva” que envolve as funções mais sofisticadas do cérebro, que servem de base para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e sociais.

Segundo Engel de Abreu,<sup>14</sup> as funções executivas se referem a um conjunto de processos cognitivos utilizados para controlar pensamentos, ações e emoções. As funções executivas são parte das tarefas diárias de qualquer indivíduo, para lembrar informações, controlar emoções e desejos, direcionar o foco para alguma atividade, entre outras situações.

Em resumo, as funções executivas são um conjunto de habilidades que nos permitem direcionar o nosso comportamento para metas e objetivos, flexibilizar estratégias e pensamentos, autorregular-se, controlar os impulsos, tomar decisões, realizar planos e solucionar problemas, sempre monitorando nosso progresso.<sup>14</sup> Essas habilidades são essenciais para o indivíduo tomar decisões, pensar e viver com autonomia e independência. Dessa forma, estão associadas a uma melhor qualidade de vida, melhor aproveitamento escolar e realização profissional.<sup>15</sup>

### **Acessoria, consultoria, e formação**

São os tipos de trabalhos que podem ser desenvolvidos pelo Fonoaudiólogo no âmbito escolar.

O desenvolvimento das Funções Executivas ocorre principalmente na primeira infância (dos zero aos seis anos de idade), e é influenciada pela qualidade e quantidade de experiências que as crianças podem ter. Intervenções com foco no desenvolvimento das Funções Executivas na primeira infância demonstraram benefício nas habilidades iniciais de alfabetização e matemática.<sup>14-15</sup>

**Figura 7.5.** Funções Executivas



**Fonte:** Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância, 2016

## Marcos do desenvolvimento na linguagem oral

Desde os primeiros meses de vida, o bebê emite sons em resposta aos estímulos dos adultos, buscando exteriorizar o que sente e o que pensa. Ele é capaz de perceber os estímulos auditivos, pode chorar, gemer e, finalmente, produzir sons que têm valor de comunicação e que equivalem a manifestações de seus desejos, expectativas e sensações.<sup>16</sup> É também capaz de observar como o adulto produz determinados sons. A tentativa de imitá-los se transforma em uma ferramenta facilitadora do desenvolvimento da oralidade, que permite a evolução da expressão global (com o corpo todo) para a oralidade e, futuramente, para a fala.

Em uma criança com desenvolvimento típico e audição presente, em torno do segundo ou terceiro mês após o nascimento, há a emissão dos primeiros sons, chamados de balbúcio ou gorjeio, que evoluem para uma percepção mais discriminada dos sons, como a produção de vogais e algumas sílabas. Em torno dos 4 meses de vida, ela é capaz de reagir a ruídos e a vozes familiares, dirigindo o olhar e a cabeça. Suas condições visuais, auditivas e sua interação amadurecem, passando a interagir com o meio e com as pessoas que a cercam.

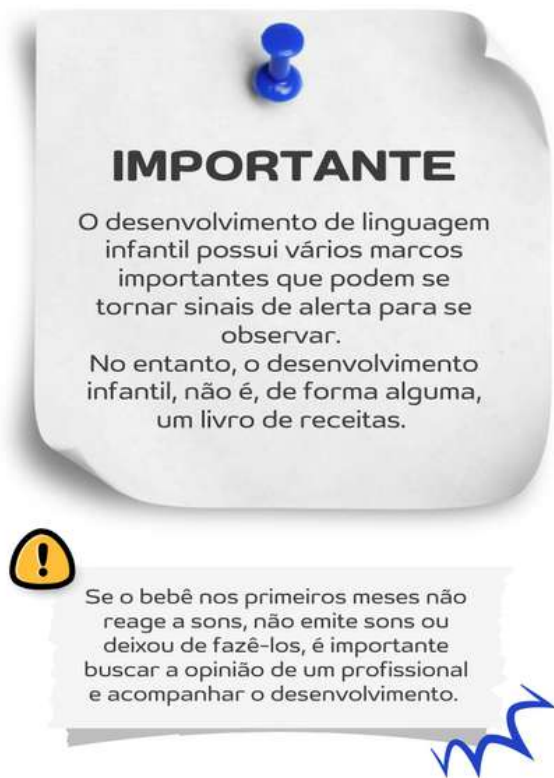
Por volta do quinto mês de vida, os bebês podem imitar alguns sons emitidos pelos adultos, reagir às diferentes entonações com

### Lembra?

O Fonoaudiólogo Educacional é um colaborador, apenas parte de uma equipe, buscando promover a aprendizagem nas instituições de ensino em parceria com os outros profissionais envolvidos no processo.

significado expressas pelo interlocutor, sorrindo ou tranquilizando-se com falas mais doces e reconfortantes, ou mesmo mudando a face e chorando se um tom de voz mais forte ou um grito for utilizado.<sup>17</sup>

**Figura 7.6.** Funções Executivas



Fonte: Friedmann et al, 2011

No nível receptivo da fala, a criança pode, antes dos 6 meses, distinguir os contrastes que pertencem ou não à sua língua materna. Compreender gestos como “não” por movimento

do dedo indicador ou por gestos laterais da cabeça do cuidador se torna comum nessa idade, assim como a presença das vocalizações de sílabas, período nomeado como lalação, em que no português brasileiro e europeu, as crianças começam a produzir sílabas com consoante-vogal.

Dos 10 aos 12 meses, a fase do balbucio evolui para a produção de sílabas que incluem vogal - consoante - vogal (VCV) ou consoante - vogal - consoante duplicado (CVC). Tanto as consoantes como as vogais podem variar de uma sílaba para outra, dando origem às primeiras palavras emitidas pela criança.<sup>16</sup>

No primeiro ano de vida, o bebê desenvolve e aprimora uma linguagem básica e pré-verbal dando início ao uso da linguagem oral, que lhe permite interagir intencionalmente com o adulto, sendo capaz de distinguir sua língua materna de outra língua, de diferenciar a voz cantada de uma música instrumental e, de combinar informações visuais e auditivas, dando-se conta de que os movimentos dos lábios e os sons da fala estão unidos.<sup>16</sup> Nessa mesma faixa etária, ele atende quando chamado pelo nome, se interessa por canções, brincadeiras e a repetição delas, utiliza gestos para apontar e solicitar o que quer e compreende mais rapidamente o que lhe é solicitado.

Por volta dos dois anos, o desenvolvimento ativo da linguagem expande a capacidade da criança em realizar esquemas simbólicos.

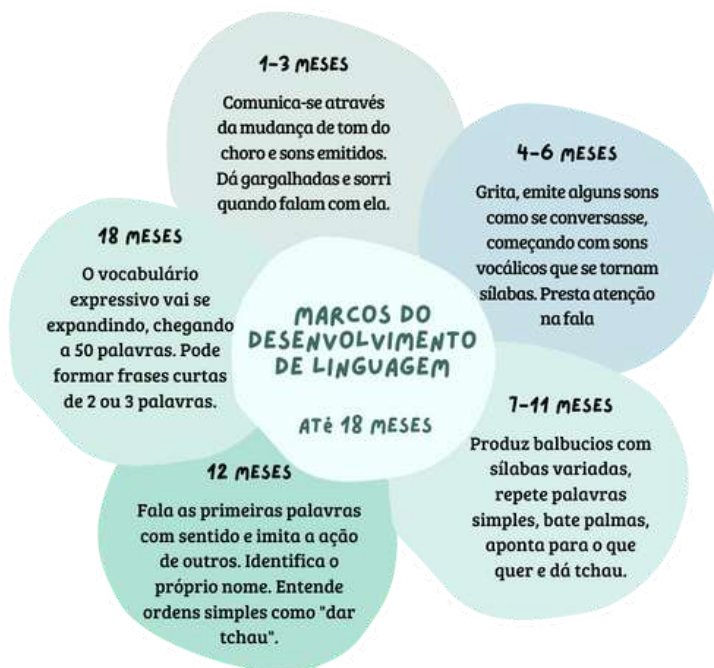
### **Desenvolvimento**

É importante  
estimular os bebês  
desde cedo quanto à  
linguagem e audição.  
Ambientes  
estimulantes são  
favoráveis ao  
desenvolvimento  
infantil.

A linguagem oral tem o intuito de favorecer a interação no cotidiano com as demais pessoas. Sendo assim, a fala passa a ser a principal fonte dos conhecimentos adquiridos pela criança nessa faixa etária.<sup>12</sup>

O vocabulário se expande significativamente, os diálogos já apresentam compreensão das funções comunicativas com trocas de turno (quem pergunta e quem responde), há o aumento do tempo de atenção à fala e da compreensão linguística de frases simples, emitindo inicialmente dissílabos (mamá, papá). Em relação à fala, a criança consegue pedir o que deseja com gestos e palavras. Depois, começa a compreender noções mais abstratas como “dentro” e “fora” ou “em cima” e “em baixo”, e então começa a juntar palavras em frases.<sup>17</sup>

**Figura 7.7** Marcos do desenvolvimento de linguagem até os 18 meses



Fonte: Conselho Federal de Fonoaudiologia, 2023

Dos dois aos três anos, a evolução da linguagem é exorbitante. As crianças apresentam perguntas, solicitações e comentários, com uso de pronomes e preposições. O vocabulário aumenta, as frases se tornam melhor construídas, com a presença de 5 ou 6 palavras, a narrativa se apresenta com pequenas histórias ou curtos relatos. As frases são compreendidas sem a necessidade de pistas contextuais, o tempo de atenção é bem maior, a criança expressa suas vontades desejos, sabe nomear a maioria dos objetos de seu ambiente, sabe seu nome, reconhece e diferencia dentro/fora, alto/baixo e é capaz de seguir ordens com duas ou três ações solicitadas.

**Figura 7.8.** Marcos do desenvolvimento de linguagem até os 5 anos



Segundo Rondal et.al,<sup>18</sup> aos 4 anos, a articulação da criança está mais precisa, porém podem persistir algumas omissões e distorções de sons.

Considera-se que, aos 5 anos, a criança já é capaz de produzir corretamente a maioria dos sons da fala, se não todos, de sua língua materna. Além dos sons próprios da língua materna, a criança deve também aprender a conhecer os contornos da entonação da língua.

### **A importância do brincar**

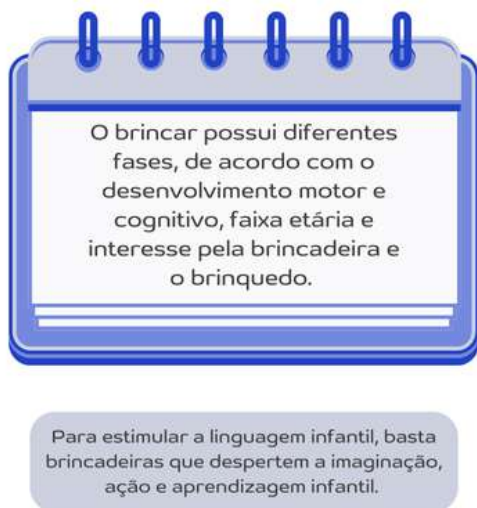
O brincar, antes de tudo, é um marcador da infância. É nessa época que as crianças aprendem sobre o mundo e armazenam informações sobre tudo que as rodeiam, podendo utilizar de seus aprendizados, posteriormente, na vida adulta.

Segundo Piaget,<sup>18</sup> no primeiro estágio do desenvolvimento infantil (0-24 meses), as ações e reações sensoriais estão muito presentes na vida dos bebês. Atos como os de levar à boca mãos, dedos, brinquedos, toalhas e panos, são formas de experimentar texturas, sabores e de conhecer o mundo à sua volta.

Com o tempo, brinquedos que antes passariam por um teste gustativo, tornam-se aos poucos, objetos com funcionalidades diversas: brinquedos de empilhar, com formas geométricas e blocos de montar ganham outras possibilidades de uso para a criança. É no período pré-operatório (entre 2-7 anos de idade) que o brincar torna-se um meio experimental, recheado de vivências e

interações delineadoras de um desenvolvimento cognitivo e social saudáveis. É a partir do período pré-operatório que o ambiente com estímulos sadios e a atuação do educador, aliado ao acolhimento da família podem proporcionar ações lúdicas facilitadoras do crescimento e maturação infantil.<sup>18</sup>

**Figura 7.9.** O brincar



Fonte: Ministério da Saúde, 2016

Tratando-se esse capítulo de linguagem, é de suma importância comentar que a comunicação é parte fundamental das interações humanas, e é por meio das relações e os vínculos criados durante a infância e adolescência na escola, e em outros ambientes frequentados, que a criança pode desenvolver as habilidades de interação, aprendendo a lidar com situações que exijam capacidades linguísticas, emocionais e cognitivas. Estas habilidades podem ser aprendidas e desenvolvidas por meio de atividades e brincadeiras propostas pelos pais e professores. Orientações sobre o que deve-se estar atento e o que pode ser observado em sala de aula serão apresentadas a seguir.

| IDADE                                              | BRINCADEIRAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|----------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>0-24 meses</b><br/><b>Sensório Motor</b></p> | <p>De forma natural, nomeie os objetos (brinquedos, alimentos, roupas, utensílios etc.) e as atividades cotidianas (brincadeira, banho, troca de fralda, passeio etc.), ajudando nas associações entre as palavras e as coisas; entre as palavras e seus contextos de ocorrência;</p> <p>Leia e mostre figuras em um livro, nomeando os personagens;</p> <p>Se já for falante permita que a criança conclua seus enunciados antes de retomar a palavra ou de mudar de assunto.</p> <p>Propor a exploração do ambiente através de estímulos motores como empurrar uma cadeira, possibilita os movimentos livres do bebê, bem como a exploração do ambiente.</p> <p>Oferecer à criança estímulos que combinem diferentes consistências, texturas e temperaturas (ex: argila, gelatina, sagu etc) para que ela explore com as mãos e os pés.</p> <p>A famosa brincadeira de “cadê o bebê?” o auxilia a entender que pessoas e objetos não deixam de existir mesmo que estejam fora de seu campo visual;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <p><b>2 a 7 anos</b><br/><b>Pré-operatório</b></p> | <p>É fundamental brincadeiras que permitam a criatividade e autonomia como: brincar de casinha, alimentar bonecos e trocar suas roupas, brincar de escolinha e do que a imaginação permitir;</p> <p>Promover brincadeiras com tinta guache, lápis de cor, canetinha, giz de cera entre outros. Esteja sempre atento a objetos que possam ser tóxicos;</p> <p>Práticas motoras continuam importantes! Estimule brincadeiras com bastante movimento, como correr (pega-pega, patins, corrida de saco), jogar bola (vôlei, futebol, queimada), brincar de peteca, esconde esconde, morto-vivo, detetive, entre outras;</p> <p>Atividades lúdicas utilizando quebra cabeça, brinquedos de montar e desmontar (lego), com formas geométricas, blocos de empilhar e etc;</p> <p>A imaginação está sempre muito presente, por isso, são bem-vindas brincadeiras e atividades com: papel, lápis, tesoura, livro de história, fantoches, fantasias, casa de boneca, brinquedos em miniaturas (instrumentos médicos, carros, jogo de chá), gravador, bola de gude, canções de roda, - Jogos da memória, dama e dominó são jogos simples que podem ser jogados com crianças um pouco mais velhas;</p> <p>Nessa fase, em geral a criança já está introduzida ao ambiente escolar sendo crucial a participação dos pais e da família nas atividades escolares.</p> |

**A partir  
de 7 anos**

Nessa fase já é possível entender e respeitar as regras de jogos coletivos, com troca de turno, jogar para ganhar, mas também aprender a perder. Podem ser utilizados jogos de sorte, estratégia, dedução, usando tabuleiros, cartas ou dados. Tradicionais ou modernos, os jogos estimulam o raciocínio, desenvolvem a linguagem, a imaginação e a interação humana, podendo proporcionar momentos agradáveis em família ou com os amigos.- Acompanhar as crianças, jogar com elas, observar suas reações, perceber o que as encanta, ver a satisfação com que a criança faz uma jogada, observa uma carta, vibra com um lance de dados. O principal fator dos jogos é a interação. Lidar com pessoas, além de ser muito prazeroso, é uma necessidade humana. Os jogos de tabuleiro e de cartas propiciam uma integração saudável e agradável. Também é importante que os responsáveis pela criança acompanhem as tarefas de casa, suas demandas e necessidades, e possíveis dificuldades de leitura e escrita.

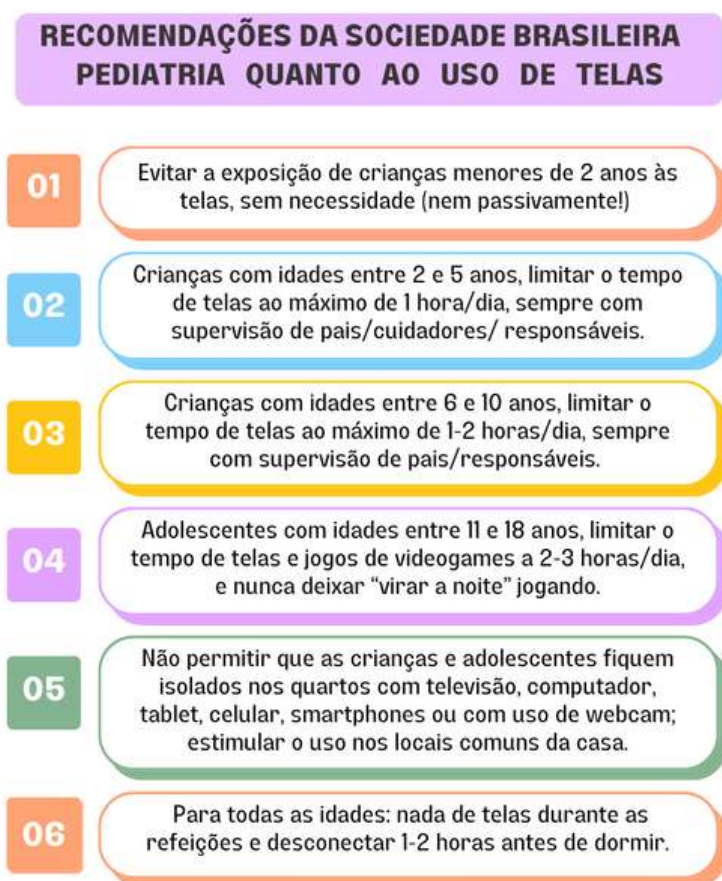
**Fonte:** Piaget, 1999; Sendin, 2011;Ministério da Saúde, 2016; Mousinho et al, 2018

## **Orientação aos pais: ao que devem-se estar atentos?**

As interações cuidador-bebê e cuidador-criança são fundamentais para que o desenvolvimento infantil aconteça de forma plena e saudável, desde o nascimento. Assim também é para a linguagem: por meio da troca comunicativa entre o adulto e a criança, esta pode praticar o aprendizado, errando e sendo corrigida, e, dessa forma, ela consolida os aspectos da linguagem. Os adultos apresentam um modelo de fala a ser alcançado pelas crianças. Portanto, quando aqueles possuem fluidez e clareza em sua comunicação, a expressão da fala ocorre mais precocemente nas crianças. Além disso, quanto mais numerosos e qualitativamente melhores forem os estímulos linguísticos apresentados, mais rico será o vocabulário da criança e, conseqüentemente, melhor se dará o desenvolvimento da linguagem.

Por outro lado, a limitação de exposição apenas às telas, como as televisões e os celulares, não promove o desenvolvimento adequado da criança e pode prejudicar este processo. Isso porque há diminuição considerável das oportunidades de diálogos, interações, brincadeiras e afetividade entre a criança e o adulto. Esses são componentes muito importantes para o progresso da comunicação.<sup>2,3,5,12</sup>

**Figura 7.10.** Recomendações da Sociedade Brasileira de Pediatria sobre uso de telas



07

Oferecer alternativas para atividades esportivas, exercícios ao ar livre ou em contato direto com a natureza, sempre com supervisão responsável.

08

Nunca postar fotos de crianças e adolescentes em redes sociais públicas, por quaisquer motivos

09

Criar regras saudáveis para o uso de equipamentos e aplicativos digitais, além das regras de segurança, senhas e filtros apropriados para toda família, incluindo momentos de desconexão e mais convivência familiar.

10

Encontros com desconhecidos online ou off-line devem ser evitados, saber com quem e onde seu filho está, e o que está jogando ou sobre conteúdos de risco transmitidos (mensagens, vídeos ou webcam), é responsabilidade legal dos pais/cuidadores.

11

Estimular a mediação parental das famílias e a alfabetização digital nas escolas com regras éticas de convivência e respeito em todas as idades e situações culturais, para o uso seguro e saudável das tecnologias.

Fonte: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019

Sabe-se que alguns dos transtornos comunicativos poderiam ser evitados ou teriam menores impactos se houvesse a estimulação da linguagem por parte da família e a detecção dos sinais precoces de tais déficits. Vale destacar também que a privação de estímulos, a superproteção, a desvalorização e o abandono da criança por parte dos pais são fatores negativos para o desenvolvimento infantil e podem gerar atrasos na aquisição de linguagem.<sup>23</sup>

Figura 7.11. Sinais de alerta durante o desenvolvimento infantil

## SINAIS DE ALERTA

Durante o desenvolvimento infantil



Fonte: Prates e Martins, 2011

Cabe dizer ainda que é possível que os cuidadores se acostumem com os déficits apresentados pela criança, como, por exemplo, as trocas feitas na produção dos sons da fala, e normalize-os. Esse fato ressalta a importância do conhecimento acerca do desenvolvimento da linguagem, de forma que os responsáveis pela criança possam solicitar ajuda quando necessário e sejam capazes de promover ações potencializadoras deste processo, tornando-o mais agradável e natural.<sup>5,10</sup>

**Figura 7.12.** Orientações e dicas para estimulação do desenvolvimento auditivo-linguístico na infância

## DICAS PARA ESTIMULAÇÃO do desenvolvimento auditivo-linguístico na infância



Se posicione ao nível da criança durante a conversa para proporcionar um bom acesso aos movimentos labiais e expressões faciais



Use frases curtas e objetivas na comunicação com o bebê ou com a criança. Lembre-se de falar devagar e com clareza



Chame a atenção do bebê e/ou da criança para os sons, reproduza-os e explique de onde vêm



Cante músicas com o bebê ou criança, isso ajuda a desenvolver vocabulário e auxilia na aquisição de ritmo e entonação presentes na fala



Relacione o som ao seu significado através de gestos, onomatopeias ou palavras



Utilize objetos ou brinquedos sonoros (em baixa intensidade) na interação com o bebê, estimulando a habilidade de localização sonora



Demonstre interesse pelo que a criança fala



Faça perguntas diretas e simples



Conceda o tempo que for preciso para que a criança diga ou responda algo enquanto conversam



Permita que a criança se expresse sem interromper a sua fala. Permita que ela faça escolhas e gerencie as próprias atividades.

Fale **com** a criança, não por ela



Evite a infantilização excessiva





Ofereça apoio e atenção especial à criança nas ações do cotidiano, como durante o almoço ou jantar, assim como nos momentos de maior desregulação emocional

Nomeie pessoas, lugares, objetos e ações do dia a dia e peça para que a criança o faça



Aproveite para estimular a fala do bebê e/ou da criança durante as atividades simples de vida diária, como no banho ou preparando a refeição. Você pode narrar o que está fazendo, nomear partes do corpo ou alimentos, por exemplo.

Estabeleça um relacionamento que transmita segurança à criança e explique a razão de certas regras e ações para que a criança compreenda as relações sociais

Nas brincadeiras, use e abuse das cores



Direcione sua atenção à criança enquanto estiver brincando ou interagindo com ela

Explique o uso de gestos quando os fizer, como o "jôia", com o dedo polegar, e o "tchau", com o balanceio da mão

Leia histórias. Isso irá estimular diferentes habilidades, como a auditiva, linguística, visual e atencional e pode e deve ser realizado com crianças de qualquer idade

Peça que a criança conte histórias. Isso irá favorecer uma série de habilidades, entre elas a criatividade

Brinque com a sua criança ou bebê. Independente da faixa etária, a brincadeira é muito importante para o desenvolvimento. Use brinquedos e materiais adequados para a idade e entre na brincadeira junto com a criança, deixando que ela estabeleça o cenário

"Considerando-se que o contato com o maior número possível de situações comunicativas e expressivas resulta no desenvolvimento das capacidades linguísticas das crianças, uma das tarefas da educação infantil é ampliar, integrar e ser continente da fala das crianças em contextos comunicativos para que ela se torne competente como falante" -  
**Ministério da Educação e do Desporto, 1998, p. 134**

## **Orientação aos professores: manifestações em sala de aula e o que deve ser observado**

Para muitos educadores, dentro do que é cabível em seus papéis, as manifestações de alterações na comunicação oral, como os quadros de Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem, Transtorno do Espectro do Autismo, Transtornos da Fluência e Transtorno dos Sons da Fala, ainda são muito complexos para uma identificação de demandas que possam comprometer o aprendizado e a socialização. Ademais, é comum que muitos profissionais no âmbito escolar ainda tenham dúvidas sobre o que é, em termos de linguagem oral, esperado para a idade. Ou, ainda, como proporcionar de maneira adequada, um ambiente estimulante e que aperfeiçoe os aprendizados e o desenvolvimento. O professor, em conjunto com profissionais especializados no processo de ensino-aprendizagem, deve contribuir diretamente na criação de ações que aperfeiçoem as habilidades e oportunizem o aprendizado.<sup>22</sup>

Para começar, a linguagem oral é uma via essencial para a ampliação das possibilidades de integração e socialização, além de ser uma base indispensável para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.<sup>23</sup>

A seguir, serão apresentados alguns dos quadros com repercussão na comunicação oral, a fim de elucidar alguns pontos.

## **Transtorno dos Sons da Fala (TSF)**

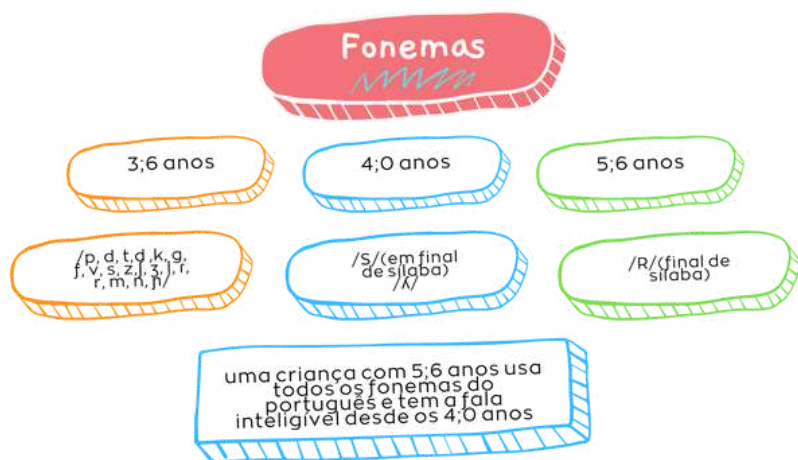
É uma alteração, na qual os sons são utilizados de forma inadequada, envolvendo erros na produção, percepção ou organização dos sons, interferindo na comunicação, no rendimento escolar e profissional. Na fala, o TSF tem como características as possíveis substituições, omissões e/ou distorções dos sons da fala em idade inadequada, e tem gravidade variável, afetando mais ou menos a inteligibilidade de fala. Assim, o transtorno pode estar relacionado à um comprometimento articulatorio, diretamente ligado ao processamento motor da fala, à um comprometimento na percepção ou organização dos sons da fala, envolvido com o processamento perceptivo-auditivo e processamento cognitivo-linguístico, ou à um comprometimento em ambos, relacionado aos domínios perceptivo-auditivo, cognitivo-linguístico e motor da fala. Na alfabetização, crianças com Transtorno dos Sons da Fala podem precisar de uma maior atenção, visto que em alguns casos, principalmente os relacionados à percepção e organização dos sons, essas crianças podem apresentar certa dificuldade em compreender a relação fonema-grafema.

Apesar da importância da comunicação e da interação social para a aprendizagem, dentro do ambiente escolar encontram-se diversas situações complicadas na vida dos alunos com dificuldades nesses campos, gerando nos pais angústia e preocupação e nos alunos,

bloqueios e baixa autoestima. Na pesquisa de Melo, Backes e Mota, sobre a percepção de pais e responsáveis de crianças com Transtorno do Sons da Fala, a grande maioria referiu o bullying na escola como uma de suas maiores preocupações, devido aos déficits linguísticos.

Anteriormente neste capítulo, citamos que crianças com 5 anos já possuem o domínio sobre todos os sons da fala. A seguir, na imagem 7. apresentamos a idade de aquisição dos fonemas.

**Figura 7.13.** Fonemas esperados para cada idade



Fonte: Britto, Lamônica, 2016; Goulart, Chiari, 2012;

Os reflexos das dificuldades de fala e linguagem são bem evidenciados no ambiente escolar, uma vez que as demandas sociais aumentam e a falta de uma base bem consolidada na linguagem oral pode refletir negativamente no aprendizado de leitura e na escrita. Em alguns casos, muitas crianças sentem-se frustradas, com baixa autoestima e isolam-se devido ao bullying e à chacota de outros colegas.

Por isso, para educadores, cabe atentar-se às crianças que:

- Demonstram timidez exacerbada;
- Dificuldades de interação; e
- Se há, por parte dos alunos, estigmatização e brincadeiras maldosas direcionadas aos alunos com Transtorno dos Sons da Fala, disfluências ou qualquer tipo de alteração na linguagem oral.

É importante e cabe ao professor analisar o quanto o desenvolvimento da linguagem da criança está influenciando sua aprendizagem e suas relações sociais. Sabemos que as crianças tendem a manifestar problemas na comunicação na fase em que estão interiorizando conceitos humanos e a linguagem, e que, alterações nessa fase podem comprometer seu desenvolvimento global. Por isso, é imprescindível que haja um trabalho em conjunto para o encaminhamento e detecção precoce, a fim de diminuir as comorbidades.<sup>27</sup>

### **Transtorno de Desenvolvimento de Linguagem (TDL)**

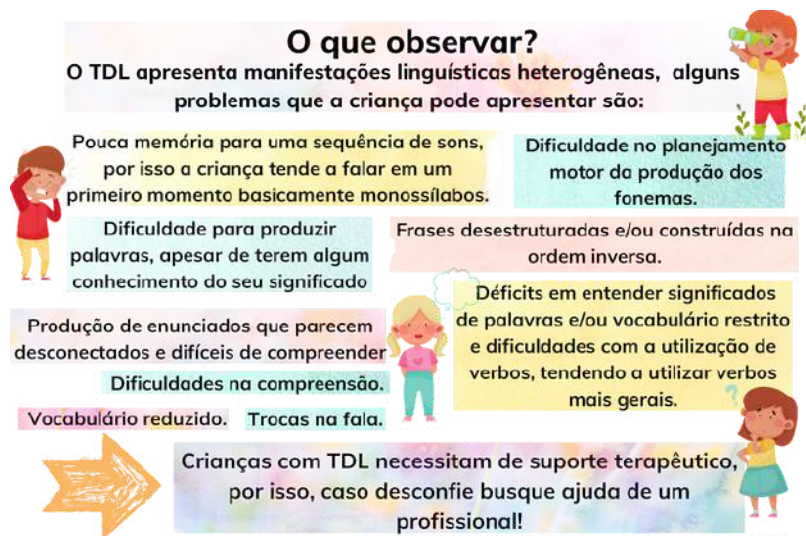
É caracterizado por alterações que acometem o desenvolvimento da linguagem sem condição etiológica conhecida. É “apresentado por crianças que provavelmente terão dificuldades com linguagem ao longo da vida, com impacto significativo no cotidiano social, nas interações e no progresso educacional.”<sup>28</sup> Crianças com TDL podem apresentar dificuldades em habilidades e funções perceptuais, motoras, de linguagem,

O fonoaudiólogo pode auxiliar nas discussões acerca do papel da escola. Ao possibilitar aos alunos o domínio dos conhecimentos culturais e científicos, a educação escolar é capaz de desenvolver capacidades cognitivas e operacionais para que haja melhores resultados acadêmicos e conquista efetiva de direitos pelos cidadãos.

raciocínio, atenção, memória verbal e visual, funções executivas, dentre outras. Pais e professores devem ficar atentos no decorrer do crescimento (atenção especial a partir dos quatro anos de idade) da criança, pois quanto mais áreas de funcionamento linguístico afetadas, maior o risco para que o transtorno seja persistente.

O TDL apresenta manifestações linguísticas heterogêneas, além disso, pode coocorrer com outras condições, como déficits em aspectos cognitivos, sensoriomotores ou comportamentais. O TDL pode, ainda, estar associado a outras questões, como no caso de TEA. Nestes casos denominamos como Transtorno de Linguagem associado ao TEA.

**Figura 7.14.** Sinais de risco para TDL



Fonte: Befi-Lopes; Soares, 2020; Mousinho, 2008

## Gagueira do desenvolvimento

É definida por rupturas involuntárias no fluxo da fala, caracterizadas por bloqueios, repetições de sons e de sílabas, prolongamentos de sons, pausas longas e intrusões, também chamadas de disfluências. Nesse caso, há uma dificuldade na produção de fala adequada de modo contínuo, suave e sem esforço. Tem início na infância, durante a fase de aquisição e desenvolvimento da linguagem. É um distúrbio crônico, mesmo que apresente períodos cíclicos de fluência.

É importante destacar o papel do professor no desenvolvimento de crianças com gagueira, pois muitas atitudes, ainda que bem intencionadas, podem acarretar em prejuízo no desenvolvimento e melhora no quadro do fluxo de fala. A figura 11 resume o que se deve evitar ao lidarmos com crianças que gaguejam.

**Figura 7.14** Como lidar com crianças que gaguejam?



## Transtorno do Espectro do Autismo

Já no Transtorno do Espectro do Autismo, os principais sintomas são manifestados em 3 áreas específicas do desenvolvimento,<sup>30</sup> conforme descrito abaixo:

Tabela 7.2 Áreas específicas do desenvolvimento prejudicadas

| 3 áreas específicas do desenvolvimento prejudicadas                                            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Déficits de habilidades sociais                                                                |
| Déficits de habilidades comunicativas (verbais e não-verbais)                                  |
| Presença de comportamentos, interesses e/ou atividades restritos, repetitivos e estereotipados |

Por isso, é importante ter em mente que o TEA é um transtorno que afeta justamente as habilidades de interação social e comunicativas. E que, por ser um espectro, pode-se encontrar manifestações muito diversas, desde crianças não-verbais até aqueles com maior autonomia e uma dificuldade social não tão acentuada. Para um maior progresso na identificação de demandas específicas, é necessário que o professor atente-se a crianças com:

- Maiores dificuldades de socialização;
- Isolamento voluntário;
- Comportamentos/interesses restritos;
- Estereotipias (movimentos repetitivos de autorregulação).

Para uma prática pedagógica pautada nas necessidades do aluno, é necessário reconhecer suas dificuldades individuais e gostos, a fim de propiciar situações que objetivem

desenvolver a atenção e concentração da criança, experiências cognitivas e possibilitar a vivência de sucessos, fazendo com que o estudante possa trabalhar sua autoestima e confiança.<sup>31</sup>

É importante, no entanto, fazer identificações com cautela, sempre dialogando com profissionais qualificados e encaminhando o aluno. Para Pozzobon, Mahendra e Marin,<sup>37</sup> a rotulação de alunos é presente em diversas escolas, o que reforça o perfil de fracasso e pode abalar a autoestima da criança. Por isso, o suporte de fonoaudiólogos educacionais, em parceria com professores, é importante para contribuir com a promoção da saúde, tanto na elaboração de estratégias, quanto no diagnóstico institucional e formação continuada de professores.

Na próxima pagina, apresentamos uma tabela que, resumidamente, enfatiza pontos importantes para o educador se atentar acerca de seus alunos.

Figura 7.15. No que se atentar nas dificuldades de linguagem?

*no que se atentar?*

## DIFICULDADES NA LINGUAGEM



**LEGENDA:**

TDL - TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO DE LINGUAGEM

TL - TRANSTORNO DE LINGUAGEM

TEA - TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

TSF - TRANSTORNO DOS SONS DA FALA

## Referências bibliográficas

1. Britto DB de O, Lamônica DAC. Tratado de linguagem: perspectivas contemporâneas. 2016; [citado 15 jul 2023].
2. Prates LPCS, Martins V de O. Distúrbios da fala e da linguagem na infância. dezembro de 2011 [citado 15 de julho de 2023];21(4):54–60. Disponível em: <http://rmmg.org/artigo/detalhes/808>
3. Farias MM, Silva GR da. O diálogo entre a fonoaudiologia e a pedagogia como forma de combate ao distúrbio de aquisição da linguagem. Revista Educação e Linguagens. 15 de setembro de 2020 [citado 15 de julho de 2023];9(18):265–80. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeducclings/article/view/6635>
4. Azoni CAS, Lira JO de. Estratégias e Orientações em Linguagem: um guia em tempos de COVID-19. Natal, 2020 [citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: [https://pais.ufba.br/sites/pais.ufba.br/files/estrategias\\_e\\_orientacoes\\_em\\_linguagem\\_-\\_um\\_gui\\_a\\_em\\_tempos\\_de\\_covid-19.pdf](https://pais.ufba.br/sites/pais.ufba.br/files/estrategias_e_orientacoes_em_linguagem_-_um_gui_a_em_tempos_de_covid-19.pdf)
5. Ministério da Saúde. Diretrizes de estimulação precoce: crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Brasília, p. 69, 2016 [citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs>
6. Silva IL e, Almeida ACMT de, Romero E, Beresford H. Percebendo o corpo que aprende: considerações teóricas e indicadores para avaliação da linguagem não-verbal de escolares do 1º. ciclo do ensino fundamental. Ensaio: Aval.Pol.PúblEduc. dezembro de 2004 [citado 15 de julho de 2023];12:995–1012. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?>
7. Silva LMG da, Brasil VV, Guimarães HCQCP, Savonitti BHR de A, Silva MJP da. Comunicação não-verbal: reflexões acerca da linguagem corporal. Rev Latino-Am Enfermagem. agosto de 2000 [citado 15 de julho de 2023];8:52–8. Disponível em <http://old.scielo.br/scielo.php?script>

8. Ramos AP, Bortagarai FM. A comunicação não-verbal na área da saúde. Rev CEFAC. fevereiro de 2012 [citado 15 de julho de 2023];14:164–70. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-18462011005000067>

9. Sargiani R de A, Maluf MR. Linguagem, Cognição e Educação Infantil: Contribuições da Psicologia Cognitiva e das Neurociências. Psicol Esc Educ. dezembro de 2018 [citado 15 de julho de 2023];22:477–84. Disponível em: <https://old.scielo.br/scielo>

10. Goulart BNG de, Chiari BM. Comunicação humana e saúde da criança: reflexão sobre promoção da saúde na infância e prevenção de distúrbios fonoaudiológicos. Rev CEFAC. agosto de 2012 [citado 15 de julho de 2023];14:691–6. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/Tnwg9yvBQBtghH4GR3krSPS/?lang=pt>

11. Mousinho, R, Schmid E, Mesquita F, Santos G dos. Brincando com a Linguagem: da língua oral à língua escrita desenvolvimento dos 3 aos 6 anos para pais e professores. Instituto ABCD, 2018 [citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.institutoabcd.org.br/>

12. Linard AM, Silva LDGS, Gonçalves FV, Batista EC. A estimulação da fala no desenvolvimento das competências cognitivas e comunicativas da criança. Rev Mundi Soc, Hum [Internet]. 28 de dezembro de 2018 [citado 15 de julho de 2023];3(3). Disponível em: <https://revistas.ifpr.edu.br/index.php/mundisociais/article/view/712>

13. Giacheti CM, Oliveira AM de, Oliveira AG de, Ferreira-Vasques AT, Tamanaha AC, Verdu ACMA, et al. Avaliação da fala e da linguagem: perspectivas interdisciplinares em fonoaudiologia [Internet]. Marília; Oficina Universitária; 2020[citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: [https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab\\_editorial/catalog/book/184](https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/184)

14. Carvalho C, Abreu N. Estimulando Funções Executivas em sala de aula: o Programa Heróis da Mente. Anais do Seminário Tecnologias Aplicadas a Educação e Saúde [Internet]. 17 de novembro de 2014 [citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/staes/article/view/951>

15. Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância. Funções executivas e desenvolvimento infantil: habilidades necessárias para autonomia: estudo III. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – FMCSV, 2016 [citado 15 de julho de 2023];3. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/funcoes-executivas-e-desenvolvimento-na-primeira-infancia-habilidades-necessarias/>

16. Rondal JA, Esperet E, Gombert JE, Thibaut JP, Comblain A. Desenvolvimento da linguagem oral [Internet]. Artmed, Portugal; 2007 [citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: <https://orbi.uliege.be/handle/2268/232070>

17. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Fundamentos do Desenvolvimento Infantil - da gestação aos 3 anos [Internet]. São Paulo: 2013 maio [citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/fundamentos-do-desenvolvimento-infantil---da-gestacao-aos-3-anos/>

18. Piaget J. Seis estudos de Psicologia. 24ª Edição. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1999.

19. Sendin MM. Manual de atividades lúdicas. Associação Viva e Deixe Viver. Contadores de História. 2011 [citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6474005-Manual-de-atividades-ludicas.html>

20. Sociedade Brasileira de Pediatria. Manual de orientação: #MENOS TELAS #MAIS SAÚDE [Internet]. Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital (2019-2021); 2019 [citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/\\_22246c-ManOrient\\_-\\_MenosTelas\\_MaisSaude.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas_MaisSaude.pdf)

21. Donati GCF; Deliberato D. de. Orientações de um Programa de Educação Familiar Continuada em Linguagem. Azoni CAS, Lira JO de. Estratégias e Orientações em Linguagem: um guia em tempos de COVID-19. Natal, 2020 [citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: [https://pais.ufba.br/sites/pais.ufba.br/files/estrategias\\_e\\_orientacoes\\_em\\_linguagem\\_-\\_um\\_gui\\_a\\_em\\_tempos\\_de\\_covid-19.pdf](https://pais.ufba.br/sites/pais.ufba.br/files/estrategias_e_orientacoes_em_linguagem_-_um_gui_a_em_tempos_de_covid-19.pdf)

22. Eloi ME da RA, Santos JN, Martins-Reis VO. Programa fonoaudiológico de formação de professores: avaliação da efetividade. Distúrbios da Comunicação. 27 de dezembro de 2017 [citado 15 de julho de 2023];29(4):759-71. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2724.2017v29i4p759-771>

23. Mousinho R, Schmid E, Pereira J, Lyra L, Mendes L, Nóbrega V. Aquisição e desenvolvimento da linguagem: dificuldades que podem surgir neste percurso. Revista Psicopedagogia. 2008 [citado 15 de julho de 2023];25(78):297-306. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862008000300012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862008000300012&lng=pt&nrm=iso)

24. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998;3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>

25. Goulart BNG de, Chiari BM. Distúrbios de fala e dificuldades de aprendizagem no ensino fundamental. Rev CEFAC [Internet]. 2014May;16(3):810–6. Available from: <https://doi.org/10.1590/1982-0216201424912>

26. Melo RM, Backes FT, Mota HB. Percepções de pais/responsáveis de crianças com desvio fonológico acerca do desvio fonológico e da terapia fonoaudiológica. Rev CEFAC [Internet]. 2015Nov;17(6):1802–13. Available from: <https://doi.org/10.1590/1982-0216201517621314>

27. Santos LM dos, Friche AA de L, Lemos SMA. Conhecimento e instrumentalização de professores sobre desenvolvimento de fala: ações de promoção da saúde. Rev CEFAC [Internet]. 2011Jul;13(4):645–56. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1516-18462011005000011>

28. Befi-Lopes DM, Soares AJC. Perspectivas atuais em diagnóstico e nomenclatura nas alterações de linguagem. In: Giacheti CM, Oliveira AM de, Oliveira AG de, Ferreira-Vasques AT, Tamanaha AC, Verdu ACMA, et al. Avaliação da fala e da linguagem: perspectivas interdisciplinares em fonoaudiologia [Internet]. Marília; Oficina Universitária; 2020[citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: [https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab\\_editorial/catalog/book/184](https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/184)

29. Andrade CRF de. Gagueira. In: Marchesan IQ, Silva HJ de, Tomé MC. Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia. 1ª edição. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014. West, J. B. – Fisiologia Respiratória Moderna – 9ª Edição, Ed.

30. Silva M, Mulick JA. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. Psicol. Cienc. Prof. 2009 [citado 15 de julho de 2023];29:116–31. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000100010>

31. Papim AAP, Sanches KG. Autismo e Inclusão: Levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do Atendimento Educacional Especializado em sua prática com crianças com Autismo. Lins. Monografia [Graduação em Psicologia]. Centro Universitário Católico Salesiano Auxílium, 2013 [citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: <https://silo.tips/download/unisalesiano-centro-universitario-catolico-salesiano-auxilium-curso-de-psicologi>

32. Camargo SPH, Bosa CA. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. *Psicol Soc.* abril de 2009 [citado 15 de julho de 2023];21:65–74. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000100008>

33. Engel de A, et al. A Pobreza e a Mente: Perspectiva da Ciência Cognitiva. Walferdange, Luxembourg: The University of Luxembourg, 2015.

34. Farias MM, Silva GR da. O diálogo entre a fonoaudiologia e a pedagogia como forma de combate ao distúrbio de aquisição da linguagem. *Revista Educação e Linguagens.* 15 de setembro de 2020 [citado 15 de julho de 2023];9(18):265–80. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeducplings/article/view/6635>

35. Ponce JO, Abrão JLF. Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo. *Estilos Clín.* (Online) [Internet]. 30 de agosto de 2019 [citado 25 de julho de 2023];24(2):342–57. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/155742>

36. Weizenmann LS, Pezzi FAS, Zanon RB. INCLUSÃO ESCOLAR E AUTISMO: SENTIMENTOS E PRÁTICAS DOCENTES. *Psicol Esc Educ* [Internet]. 2020;24:e217841. Available from: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217841>

37. Pozzobon M, Mahendra F, Marin AH. Renomeando o fracasso escolar. *Psicol Esc Educ* [Internet]. 2017Sep;21(3):387–96. Available from: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702131120>

38. Fiorin JL. **Introdução à Linguística II. Princípios de análise.** São Paulo: Contexto, 2003.

39. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Desenvolvimento da linguagem e auditivo da criança [Internet]. Guias e Manuais. 2023 [citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: <https://fonoaudiologia.org.br/comunicacao/desenvolvimento-da-linguagem-e-auditivo-da-crianca/>

40. Hage SR de V, Resegue MM, Viveiros DCS de, Pacheco EF. Análise do perfil das habilidades pragmáticas em crianças pequenas normais. *Pró-Fono R Atual Cient.* abril de 2007 [citado 15 de julho de 2023];19:49–58. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104->

41. Estudo Nacional sobre Qualidade da Educação Infantil [Internet]. Ribeirão Preto: Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social (USP); Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; 2022 [citado 15 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/estudo-nacional-qualidade-educacao-infantil-2022/>
42. Gomes AVA. Agenda brasileira para a primeira infância [Internet]. Brasília: Câmara dos Deputados; 2020 [citado 25 de julho de 2023]. Estudos e Debates. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/agenda-brasileira-2022-infancia/>

# AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ESCRITA: ORIENTAÇÕES PARA PAIS E PROFESSORES

## Você sabia que a aprendizagem da Linguagem Escrita está associada às Bases Neurobiológicas?

Essa relação se dá porque quando o indivíduo entra em contato com algo novo, ocorre uma alteração cerebral que resulta na aquisição de determinado conhecimento. Esse processo depende de um fenômeno chamado de Plasticidade Cerebral, que pode ser definida como a capacidade de modificação do cérebro ao longo da vida, permitindo que o indivíduo aprenda .

Existem outros processos que favorecem a aquisição da leitura e da escrita, conforme será destacado na tabela a seguir:

Tabela 8.1 - Memória Operacional e Atenção

### **Memória operacional**

Conjunto de processos cognitivos para armazenar temporariamente e processar as informações recebidas.

### **Atenção**

Mecanismo que permite ao indivíduo:

- selecionar informações mais importantes em determinado momento;
- descartar informações do ambiente que ocorrem simultaneamente e que não são necessárias na ocasião;
- direcionar o foco para os elementos essenciais.<sup>2</sup>

### AUTORES

Isabelly Bueno  
Araujo

Larissa Miki  
Tamura

Marina Trento  
Gomes

Vitória Freitas  
Silva

O armazenamento das informações tem grande influência no desempenho acadêmico de escolares, sendo esta essencial para a aquisição da linguagem escrita, composta por fatores

**fonológicos, morfológicos, e ortográficos.**

### **Origem da escrita e desenhos**

A escrita não é um procedimento usado apenas para a fixação da palavra, mas também permite apreender o pensamento. Considerando que a história da escrita segue a história dos avanços da humanidade, a escrita passa a ser um método de registrar a memória cultural, política, artística, religiosa e social de um povo, podendo portanto instrumentalizar a reflexão, a expressão e a transmissão de informações, entre outras necessidades sociais ao longo da História.

### **ATENÇÃO**

É importante ter em mente que o aluno aprende aquilo que é interessante e agradável. Portanto, as aulas devem ser pensadas para voltar o foco atencional dos alunos para o que é significativo, possibilitando uma melhor aprendizagem.

Ao longo dos anos, os símbolos gráficos foram se desenvolvendo, até surgir a Escrita Pictográfica na Antiga Mesopotâmia<sup>3</sup>. Existiram diferentes etapas históricas da escrita, como mostra a figura a seguir:

As garatujas podem ser definidas como os primeiros traços da produção gráfica infantil, de modo que o ato de desenhar é uma atividade universal e adquirida pelo indivíduo durante seu desenvolvimento ao longo da vida, de maneira natural e espontânea. A manifestação gráfica é, portanto, uma forma de expressão e comunicação.<sup>4</sup>

É possível ter evidências do desenvolvimento motor infantil com base nas garatujas produzidas pela criança. Assim, os desenhos podem ser consideradas as primeiras marcas da escrita como atividades sensoriomotoras que constituem o processo da aprendizagem, além de poderem estar presentes pelo simples prazer da ação.<sup>6</sup>

Segundo Santiago et.al (2020),<sup>7</sup>a criança utiliza os grafismos iniciais para expressar seus desejos, sentimentos e medos, de modo que o seu desenvolvimento gráfico se dá por etapas, necessitando de orientação adulta. Para disponibilizar meios que permitam novos aprendizados, o acolhimento dos pais em relação aos primeiros rabiscos da criança possuem extrema importância.

É possível afirmar que “garatuja” da criança refletem sua evolução psicomotora e podem ser classificadas em estágios:

Tabela 2 - Garatuja e Desenvolvimento Infantil <sup>4</sup>

| ESTÁGIO                     | FAIXA ETÁRIA               | CARACTERÍSTICAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Garatuja Desordenada</b> | <b>1 a 2 anos</b>          | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não há consciência da relação traço-gesto, não há total controle e ordem;</li> <li>- Dificuldade de permanecer no limite da folha;</li> <li>- Prazer em explorar o material utilizado em outras superfícies como chão, porta e até o próprio corpo;</li> <li>- Não utiliza dedos ou pulso para controlar o material;</li> <li>- O corpo acompanha o movimento ao desenhar;</li> <li>- Produção de figuras abertas, linhas.</li> </ul> |
| <b>Garatuja Ordenada</b>    | <b>A partir dos 2 anos</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Descoberta da relação entre traço e o gesto;</li> <li>- Maior controle do tamanho, forma e posição do desenho;</li> <li>- Produção de Formas circulares, traços amplos e inclinados.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                       |

| <b>ESTÁGIO</b>          | <b>FAIXA ETÁRIA</b>        | <b>CARACTERÍSTICAS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-------------------------|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Garatuja Nomeada</b> | <b>A partir dos 3 anos</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- É capaz de segurar o lápis de maneira adulta, conseguindo copiar um círculo;</li> <li>- O desenho começa a se relacionar com o que a criança já vivenciou;</li> <li>- Os traços são melhores distribuídos no papel;</li> <li>- É capaz de verbalizar o que está desenhando;</li> </ul> <b>Produção de círculos, traços verticais que formam figuras humanas.</b> |
| <b>Pré-Esquemático</b>  | <b>4 a 6 anos</b>          | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Há relação gráfica entre significado e significante;</li> <li>- Existe a tentativa de representar figuras do cotidiano de forma fiel ao real;</li> <li>- Produção de figuras reconhecíveis, como casa, pessoa, sol, nuvens, flor</li> </ul>                                                                                                                      |
| <b>Esquemático</b>      | <b>7 a 9 anos</b>          | <ul style="list-style-type: none"> <li>-Crescente organização espacial analógica à realidade;</li> <li>- É possível observar o processo de estruturação mental da criança e seu estado emocional através do desenho.</li> </ul>                                                                                                                                                                           |

Figura 8.2 - Características e os Estágios do Desenho Infantil.



Pensando nos anos iniciais de escolarização, o desenho pode ser considerado uma forma agradável e eficaz para:

- **Trabalhar a coordenação motora, a capacidade de atenção e a concentração;**
- **Estimular os conhecimentos variados sobre cores, formas, entre outros aspectos;**
- **Estimular a imaginação e a criação;**
- **Favorecer a produção simbólica.**

## Habilidades Metafonológicas

O desenvolvimento da linguagem oral depende da forma como a criança interage com o mundo, do quanto ela é estimulada e de seu desenvolvimento cognitivo. A linguagem escrita, por outro lado, depende da oportunidade de ser ensinada, geralmente pelo professor em sala de aula. Para que a escrita se desenvolva, a linguagem oral precisa estar organizada em todas

as suas modalidades, como foi explicado anteriormente no capítulo 07.

As habilidades da linguagem oral podem ser aproveitadas durante a aprendizagem da linguagem escrita, quando o cérebro é capaz de:

- \* Pensar conscientemente sobre os sons da fala;
- \* Armazenar as sequências sonoras na memória operacional;
- \* Acessar as sequências sonoras com rapidez no léxico mental.

Essas três habilidades, chamadas de metafonológicas, são de grande importância para que a linguagem oral seja representada de forma escrita, e juntas formam o Processamento Fonológico, sendo elas:

- Acesso Lexical
- Memória Operacional Fonológica
- Consciência Fonológica

A Consciência Fonológica pode ser definida como a capacidade de identificar e manipular conscientemente os segmentos da fala e identificar semelhanças sonoras entre palavras, brincando com sílabas e sons. Ela é formada por um conjunto de habilidades que evoluem conforme a criança se desenvolve.

## NÍVEIS DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA

Consciência da palavra - reconhecer que as frases são formadas por palavras. Ex: Reconhecer que a frase "eu conheci Maria ontem" tem quatro palavras.

Consciência de aliteração e rima - perceber que existem sons semelhantes no início ou no final das palavras. Ex: saber que as palavras "limão" e "coração" têm finais semelhantes, enquanto as palavras "mala" e "macarrão" têm inícios parecidos.

Consciência silábica - habilidade de manipular as sílabas das palavras. Ex: perceber que a palavra "cavalo" é formada pelas sílabas "ca + va + lo".

Consciência fonêmica - capacidade de identificar e manejar os diferentes fonemas (sons que compõem as palavras). Ex: entender que o som /g/ está presente nas palavras "gato" e "garrafa".

A Consciência Fonêmica se desenvolve junto com a aprendizagem de leitura e escrita. É definida como a habilidade de manipular fonemas, podendo ser considerada um fator preditor para o desenvolvimento da leitura<sup>6</sup>. A consciência silábica, de palavras, rima e aliteração estão presentes antes da alfabetização e colaboram para seu desenvolvimento.

Além da consciência fonológica, existem outras duas habilidades metafonológicas que permitem o processamento e a organização da linguagem, dando suporte para que a consciência fonológica se desenvolva adequadamente, sendo elas a Memória Operacional Fonológica e o Acesso Lexical.



**Tabela 4 - Habilidades Metafonológicas  
- Memória Operacional Fonológica e  
Acesso Lexical.**

| MEMÓRIA<br>OPERACIONAL<br>FONOLÓGICA                                              | ACESSO LEXICAL                                                                                                                                                         |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Responsável pelo armazenamento temporário da informação fonológica. <sup>10</sup> | Processo pelo qual recuperamos informações sobre as palavras e suas diferentes representações (ortográfica, fonológica, lexical, semântica e sintática). <sup>11</sup> |

**Por que as dificuldades de leitura podem ser causadas por alterações nas habilidades do processamento fonológico?**

Porque nessas dificuldades, ocorrem falhas no processo de relação grafema-fonema, considerando que a leitura é fortemente influenciada pelas habilidades de consciência fonológica e de memória operacional fonológica.<sup>12</sup>

**ATENÇÃO:** Falhas na leitura podem ser decorrentes de dificuldades na ligação entre a letra e o som armazenado na memória que ela representa.

## **Aquisição e desenvolvimento da Linguagem Escrita.**

A aquisição da linguagem escrita é uma conquista importante na infância e está relacionada com o sucesso acadêmico que virá nas próximas fases da vida, considerando que:

- O cérebro precisa se modificar para que o aprendizado da leitura e da escrita possa ocorrer.

- O cérebro cria um caminho entre as áreas de processamento fonológico e de processamento visual.

Ao ouvir ou visualizar uma determinada palavra, as áreas de ativação no cérebro são as mesmas para as duas ações.<sup>13</sup>

Algumas áreas do cérebro e processos que nele ocorrem possuem maior importância para que os processos de leitura e escrita se tornem possíveis. Entre elas, destaca-se:

- Área da Forma Visual das Palavras (AFVP): situa-se na região occipitotemporal esquerda do cérebro, que passa a se especializar no reconhecimento das letras quando se aprende a ler e a escrever.

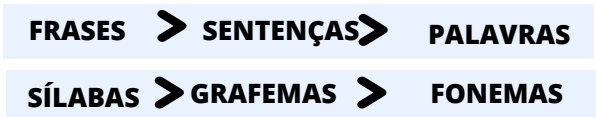
-Para as pessoas que não foram alfabetizadas, essa área realiza o reconhecimento de faces e de objetos.

-Com o aprendizado da leitura e da escrita, por meio da reciclagem neuronal, a mesma área se modifica, independentemente da idade.

## **Determinantes para a aquisição da leitura e da escrita<sup>14</sup>**

1. Aprendizagem por meio do ensino formal.
2. Entendimento de que a linguagem pode ser segmentada em unidades menores.

Determinantes para a aquisição de  
leitura<sup>14</sup> é escrita



Uta Frith dividiu seu modelo teórico do desenvolvimento da leitura e da escrita em algumas fases, mais especificamente, em três: logográfica, alfabética e ortográfica.

Tabela 5: Fases da Alfabetização segundo Uta Frith<sup>15</sup>

|                         |                                                                                                                                                                                        |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>FASE LOGOGRÁFICA</b> | Identificação das palavras familiares pertencentes ao seu vocabulário visual; Reconhecimento das palavras segundo característica gráficas das palavras                                 |
| <b>FASE ALFABÉTICA</b>  | Conhecimento sobre o princípio alfabético, exigindo a consciência fonológica; Associação grafema-fonema: permite a decodificação de palavras novas e escrita algumas palavras simples. |

|                                |                                                                                                                                                                                                                             |
|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>FASE ORTOGRÁFICA</b></p> | <p>Análise das palavras em unidade ortográficas sem realizar conversão fonológica, mas acessando diretamente seu significado no léxico mental;</p> <p>Leitura e escrita automática de palavras regulares e irregulares.</p> |
|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Linnea Ehri tornou-se uma das referências nesse estudo ao descrever a progressão na aprendizagem da leitura e da escrita por meio de sistemas alfabéticos, diferenciando quatro maneiras de ler as palavras:

Tabela 6 - Maneiras de ler as palavras.

|                        |                                                                                                                      |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>PREDIÇÃO</b></p> | <p>Maneira mais simples de ler, tentando adivinhar as palavras por meio do contexto ou por elementos conhecidos.</p> |
| <p><b>ANALOGIA</b></p> | <p>Envolve o reconhecimento de palavras por meio da associação com partes de outras palavras parecidas.</p>          |

|                                  |                                                                                                                             |
|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>DECODIFICAÇÃO</b>             | Maneira mais precisa e que permite leitura autônoma de palavras desconhecidas, envolvendo o conhecimento de grafema-fonema. |
| <b>RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO</b> | Acontece após a palavra ser lida muitas vezes, quando ela é armazenada na memória, sendo reconhecida rapidamente.           |

Na aprendizagem da leitura, essas quatro maneiras de ler palavras são usadas de forma diferente, como explicado a seguir.

Tabela 7: Fases da Alfabetização segundo Linnea Ehri<sup>16</sup>

|                                    |                                                                                                                              |
|------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>FASE PRÉ-ALFABÉTICA</b>         | Uso da estratégia de predição, usando pistas visuais sem recorrer à relação grafema-fonema.                                  |
| <b>FASE ALFABÉTICA PARCIAL</b>     | Uso da estratégia de analogia, usando pista fonológica; após o aprendizado, usa os sons das letras para ler e escrever       |
| <b>FASE ALFABÉTICA COMPLETA</b>    | Após conhecer as relações grafemas-fonemas, adquire habilidades de decodificação e codificação.                              |
| <b>FASE ALFABÉTICA CONSOLIDADA</b> | Fase de consolidação contínua, ocorre o processamento de sílabas e morfemas, permitindo mais velocidade, precisão e fluência |

Outro modelo conhecido do processamento da leitura é o de dupla rota, proposto inicialmente por Morton (1969), no qual a decodificação é descrita como sendo realizada por meio de duas vias neurais diferentes:

Tabela 8 - Modelo de Dupla Rota<sup>17</sup>

| ROTA FONOLÓGICA                                                                                                       | ROTA LEXICAL                                                                                                                                                                  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Utiliza a correspondência grafema-fonema (mais lenta, realizada por via indireta).                                    | Reconhece as palavras automaticamente (processo mais rápido, realizado por via direta).                                                                                       |
| Analisa cada símbolo (grafema) para decodificar cada som (fonema) ao qual este se refere para compor a palavra final. | Utiliza a memória ortográfica e as palavras armazenadas no léxico pela entrada visual.<br><br>* Este processo é possível graças à exposição repetida de leitura das palavras. |

**Alfabetização, Letramento e Literacia - Conceitos Importantes**

Alfabetização, letramento e literacia são conceitos diferentes e que se complementam, porém podem ser confundidos quanto às suas definições. Para facilitar a compreensão desses termos, observe o esquema a seguir:

Na aprendizagem da leitura, essas quatro maneiras de ler palavras são usadas de forma diferente, como explicado abaixo.<sup>15</sup>

Tabela 9: Diferença entre Alfabetização, Letramento e Literacia.

| ALFABETIZAÇÃO                                                                                                                                          | LETRAMENTO                                                                                                                                                                     | LITERACIA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, que representa os sons da fala por meio das letras do alfabeto. <sup>13</sup> | Uso da linguagem escrita em práticas socioculturais, por meio da inserção do indivíduo no mundo da escrita, sendo utilizada como uma ferramenta de interação entre as pessoas. | Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para que a leitura e a escrita ocorram.<br>Essas habilidades incluem os níveis básico, intermediário e disciplinar, que permitem o uso de habilidades iniciais, que posteriormente serão aplicadas a muitas tarefas e por fim, poderão ser aplicadas a diferentes disciplinas. <sup>13</sup> |

## **Sugestão de atividades / estratégias**

O vínculo com as crianças é muito importante para que haja um acompanhamento mais direto sobre a aprendizagem, além de garantir respostas mais positivas para o desenvolvimento de linguagem, cognitivo e de socialização.

É preciso considerar que a experiência prévia é fundamental para o desenvolvimento acadêmico do aprendiz.<sup>13</sup> A seguir serão descritas técnicas simples para oferecer os primeiros estímulos ligados à linguagem escrita para as crianças:

Tabela 10 - Como proporcionar o primeiro contato com a linguagem escrita?

|                                                                                                         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Utilizar a leitura em voz alta e exploração das páginas e figuras para aumentar o interesse da criança. |
| Estimular o contato com a linguagem escrita desde os primeiros anos de vida da criança.                 |
| Promover um ambiente agradável para a leitura dentro e fora da escola.                                  |
| Dar autonomia para que a criança escolha os materiais a serem lidos.                                    |
| Estimular a invenção de histórias, estimulando a criatividade e a imaginação.                           |

Para estimular habilidades como a consciência fonológica e seus níveis, por exemplo, separamos algumas atividades que podem ser feitas em casa junto com as crianças.

# 1. Quais palavras começam ou terminam com os sons iguais?

**Figura 8.4: Exemplo de Atividade de Rima e Aliteração**



## **LEGENDA DAS IMAGENS - RIMA E ALITERAÇÃO**

**RIMA:** avião - morango - regador - macarrão -  
cão - balão - flor - coração - caminhão

**ALITERAÇÃO:** bola - bode - boné - raposa -  
boia - lâmpada - bota

**Observação:** Nessa atividade, a palavra **boné** não entra como som igual por possuir o som do /o/ mais fechado.

Essa atividade pode ser feita para estimular a consciência de rima, consciência de aliteração e consciência silábica. O procedimento para sua realização é simples! Basta imprimir a imagem para que a criança circule as palavras que possuem mesmo som inicial ou final, também podendo ser feita com os objetos que existem em casa.

Observações: Certifique-se de que a criança conhece as figuras e entendeu corretamente como realizar a atividade. Professores também podem passar essa atividade para casa, sempre orientando os pais.

### **Para professores:**

As habilidades metalinguísticas são desenvolvidas a partir de práticas que desenvolvem a linguagem oral e a consciência da fala. Essas habilidades podem se desenvolver por meio de brincadeiras, no ambiente familiar ou no educacional.

É importante considerar que:

- A Consciência Fonológica facilita a compreensão do princípio alfabético ao manipular intencionalmente as unidades<sup>13</sup> da linguagem oral por palavras sílabas, aliteraões e rimas.
- Professores podem promover práticas que estimulem o conhecimento alfabético, utilizando recursos ligados ao nome, às formas e aos sons das letras do alfabeto.

### **Como estimular:**

- Incentivar a identificação e manipulação das palavras, sílabas, rimas e fonemas.

Usar jogos para trabalhar a consciência fonológica de uma forma lúdica.

Algumas atividades que podem ser propostas aplicando essas habilidades:

## 1. Identificação de figura e som:

### Figura 8.5 - Atividade de Rima



| O que estimula                               | Como fazer                                               | Observações                                                                                                                                                                                                                               |
|----------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Percepção auditiva<br>Consciência fonológica | O aluno assinalará as figuras que têm o mesmo som final. | <ul style="list-style-type: none"><li>- As figuras podem variar de acordo com a intenção do professor.</li><li>- Além dessa atividade, pode-se pedir que o aluno indique outras informações das imagens, como a primeira letra.</li></ul> |

## 2. Separação silábica:

**Figura 8.6 - Atividade de Separação Silábica**



| O que estimula         | Como fazer                                                                                         | Observações                                                                               |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| Consciência Fonológica | O aluno deverá marcar a quantidade de bocas segundo a percepção de sílabas que cada palavra possui | Além dessa atividade, também pode-se pedir para que o aluno escreva as palavras da imagem |

## Referências bibliográficas

1. Costa AR, Silva PLO da; Jacóbsen RT. Plasticidade cerebral: conceito(s), contribuições ao avanço científico e estudos brasileiros na área de Letras. Entrepalavras, Fortaleza, 2019; 9(3):457-476 [citado 26 Maio 2021]. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50502/1/2019\\_art\\_arcostaplosilva.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50502/1/2019_art_arcostaplosilva.pdf)
2. Aquino JL, Borges-Paraná CMO. Avaliação neuropsicológica da memória operacional em escolares. Rev. Psicopedag. 2019;36(109):3-9, [citado 23 jun 2021]. Disponível em: [revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/582/avaliacao-neuropsicologica-da-memoria-operacional-em-escolares](http://revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/582/avaliacao-neuropsicologica-da-memoria-operacional-em-escolares)
3. Reis, Caroline Kirsten. História da escrita: uma contextualização necessária para o processo de alfabetização. 2019. 56f [TCC]. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020, [citado 20 jun 2021]. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28854/1/Hist%C3%B3riaEscritaUma.pdf>
4. Santos DB, Rodrigues NS. O desenho da criança como auxílio no processo de desenvolvimento. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2488/1628>.

4. Santos DB, Rodrigues NS. O desenho da criança como auxílio no processo de desenvolvimento. Educação e Cultura em Debate, 2022; 8(1), 104-126, [citado 14 jan. 2023]. Disponível em: <https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaISE/article/view/828>

5. Fragoso ER. O desenho como instrumento pedagógico no processo de desenvolvimento da criança na Educação Infantil [TCC]. Universidade Federal da Paraíba, 2020, [citado 24 Jun 2021]. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17616>

6. Sousa IV. Da Garatuja à Escrita Infantil. Revista Humanidades e Inovação, 7(8). 2020, [citado 26 Maio 2021]. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2488/1628>.

7. Santiago DE, Neto AF, Campos CFS, Batista MJR, Matuzaki PTT, Negrão TSF. Grafismo da Criança como representação do desenvolvimento do ser humano. Revista Científica Integrada, 4(5), 2020, [citado 17 Maio 2021]. Disponível em: <https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-antiores/volume-4-edicao-5/4190-rci-grafismoinfantil-112020/>

8. Alves LM, De Paula DD, Lodi DF, Mousinho, R. Consciência Fonológica. Belo Horizonte: Kognos, (1). 2020: 1-19, [citado 20 Maio 2021]; Disponível em: <<https://letramentoparatodos.wixsite.com/letramento/guias-praticos>>

9. Martins-Reis VO, Melo JDP, Mesquita KB, Jesus LC, Alves LM. Há associação entre a consciência fonêmica e a leitura de adolescentes do Ensino Fundamental II? *Audiology Communication Research* (27), 2022 [citado 12 Dez 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2021-2591>

10. Santana MG. Caracterização das habilidades preditoras de leitura em escolares com dificuldades de aprendizagem em tempos de Pandemia. [Dissertação de Mestrado], Marília, 2022, [citado 18 Setembro 2022]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/235431>

11. Fonseca MCM, Lukasova K, Carthery-Goulart MT. Acesso Lexical na Leitura: Síntese de achados a partir de estudos de rastreamento ocular e suas implicações para a alfabetização. *Linguagem Em Foco* [Internet], 2022 [citado 4º de março de 2023];13(4):230-51. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/7433>

12. Barbosa ALA, Anjos ABL, Azoni CAS. Impactos na aprendizagem de estudantes da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do COVID-19. CoDAS; 34(4): e20200373, 2022. tab, graf [citado 30 de novembro de 2022]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/codas/a/dx3cPQjhMH4kWm4yB3yrtgp/?lang=pt>

13. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização. – Brasília : MEC, SEALF, 2019 [citado 17 Maio 2021]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno\\_pna\\_final.pdf](http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf)>.

14. Muitana GOE, Amato CAH. O papel da consciência fonológica para a leitura, escrita e matemática em estudos brasileiros e principais instrumentos de avaliação: uma revisão narrativa. 2022 [citado 03 Fev 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2724.2022v34i2e55697>

15. Machado AC. Ensino remoto de habilidades preditoras de alfabetização realizada pela família em tempos de COVID-19. Rev. Psicopedag. 2021;38(117 Supl.1):143-155 [citado 13 Dez 2022]. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/707/ensin>

o-remoto-de-habilidades-preditoras-de-alfabetizacao-realizada-pela-familia-em-tempos-de-covid-19

16. Mochizuki CS, Lucio PS. Descompassos e relações entre leitura e escrita em crianças falantes do português: Um teste parcial da teoria de Uta Frith. *Rev. Psicopedag.* 2021;38(115):18-29 [citado 24 Maio 2021]. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20210002>.

17. Ehri LC. Learning to Read Words: Theory, Findings, and Issues. *Scientific Studies of Reading*, 9(2), 167-188, 2005 [citado 27 Jun 2021]. Disponível em: [https://doi.org/10.1207/s1532799xssr0902\\_4](https://doi.org/10.1207/s1532799xssr0902_4)

18. Cardoso, Heloísa dos Santos Peres, & Freitas, Patrícia Martins de. (2019). Aplicação do modelo da dupla rota no diagnóstico da dislexia: revisão sistemática. *Revista Psicopedag.* [Internet], 36(111), 368-377 [citado em 26 de junho de 2021]. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862019000400011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862019000400011&lng=pt&tlng=pt).

# DIFICULDADES E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM: ORIENTAÇÕES PARA PAIS E PROFESSORES

As dificuldades de aprendizagem e o transtorno específico da aprendizagem são confundidos por grande parte da sociedade, incluindo os profissionais da educação e os pais de alunos. No contexto da aprendizagem, é fundamental entender que ambos os conceitos apresentam definições diferentes.

## **Definição - Você sabe o que é o transtorno de aprendizagem? E suas diferenças em relação às dificuldades?**

De acordo com o DSM-5, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o Transtorno Específico da Aprendizagem pode ser definido a partir de dificuldades na aprendizagem e no uso das habilidades acadêmicas, cujos sintomas persistem por pelo menos seis meses apesar de intervenções<sup>1</sup> dirigidas a essas dificuldades.

Em contrapartida, as dificuldades de aprendizagem consistem em condições temporárias que podem ser geradas por fatores emocionais, familiares ou ambiente desfavorável, definidas por questões externas ao aluno e que prejudicam a aprendizagem.<sup>2</sup>

### **AUTORES**

Camila  
Pimentel  
Piemonte

Carolina  
Mendes L. Cruz

Julia do Prado  
Amarilla Rojas

Rafaella  
Radmylan Silva  
do Amaral

## ATENÇÃO

A dificuldade de aprendizagem pode ter impacto no comportamento do indivíduo, gerando, sentimento de incompetência pessoal, inferioridade, vergonha, baixa autoestima, raiva ou agressividade e vontade de abandonar a escola (sendo que muitas vezes isso se concretiza)<sup>3</sup>.

Existem dois tipos de dificuldades de aprendizagem: (1) natural e (2) secundária.

Tabela 9.1 - Diferença entre Dificuldade de Aprendizagem Natural e Secundária.<sup>4</sup>

| <b>Dificuldade de Aprendizagem Natural, Extrínseca ou de percurso</b>                                                                  | <b>Dificuldade de Aprendizagem Secundária</b>                                                                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Causada por problemas escolares ou familiares, que nem sempre oferecem condições adequadas para o bom desempenho acadêmico da criança. | Derivada de outros quadros, tais como alterações sensoriais, doenças crônicas e neurológicas, deficiência intelectual, entre outros quadros de base apresentados pela criança. |

Perceba as diferenças em relação às características do Transtorno Específico da Aprendizagem:

Tabela 9.2 - Características do Transtorno Específico da Aprendizagem

| <b>Transtorno Específico da Aprendizagem</b>                                                                       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Origem neurobiológica                                                                                              |
| Déficits na capacidade precisa para perceber ou processar informações relativas à leitura, escrita e/ou matemática |
| Desempenho abaixo do esperado e prejuízos duradouros ao longo da trajetória escolar e profissional.                |

Tabela 9.3 - Transtorno X Dificuldade

| <b>Transtorno Específico da Aprendizagem</b>                      | <b>Dificuldade de Aprendizagem</b>                              |
|-------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| Inabilidade neurofuncional na leitura, escrita e/ou na matemática | Baixo rendimento escolar devido a fatores emocionais ou sociais |
| Persistente                                                       | Transitória                                                     |

| Transtorno                                               | Dificuldade                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Alterações específicas do Sistema Nervoso Central</p> | <p>Tem como fatores causadores as propostas pedagógicas, conflitos familiares e outros.</p> <p>No caso das secundárias, pode haver quadros como deficiências intelectuais, sensoriais, quadros neurológicos e transtornos emocionais significativos</p> |
| <p>Congênito</p>                                         | <p>Natural ou secundária</p>                                                                                                                                                                                                                            |

A fim de caracterizar as manifestações clínicas das dificuldades e do Transtorno Específico da Aprendizagem, observe o esquema a seguir:

Figura 9.2 - Manifestações Clínicas nas dificuldades e no Transtorno Específico da Aprendizagem

| <b>Na leitura</b>                                                                                                                                                                                        | <b>Na escrita</b>                                                                                                                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Falhas na decodificação, reconhecimento e compreensão do material lido, podendo haver substituição, omissão ou transposição de fonemas e sílabas.                                                        | na cópia da lousa, reversão e rotação de letras. Pode haver substituição, adição, omissão ou transposição de grafemas e sílabas, além de dificuldade de produzir um texto escrito espontaneamente. |
| <b>Na matemática</b>                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                    |
| Dificuldade na identificação de números, contar e compreender a linguagem matemática e os símbolos, resolver problemas oralmente e por escrito, assim como para compreender o cálculo escrito ou mental. |                                                                                                                                                                                                    |

## **Funcionamento neurobiológico típico e atípico - Principais componentes.**

Para entender melhor os impactos do Transtorno Específico da Aprendizagem no funcionamento cerebral, é preciso considerar a forma como cada uma das estruturas age para que essa aquisição de conhecimentos ocorra de fato.

**Cérebro Típico** - A ativação das representações visuais precoces favorece o hemisfério esquerdo, onde destaca-se a região occípito-temporal ventral. Essa área age como um orientador essencial, pois distribui a informação sobre a identidade das palavras e as envia às áreas da linguagem verbal. Essas conexões percorrem o corpo caloso para alcançar o outro hemisfério cerebral e se dispersam, atingindo um pico nas regiões da linguagem verbal (área de Broca e área de Wernicke) <sup>5-6</sup>

O cérebro da criança utiliza redes especializadas na maneira de ver o mundo, que processam a visão, os rostos, a linguagem falada, os números e outras linguagens humanas. Como o processo da leitura envolve o acesso às áreas da linguagem falada por meio da informação visual, quando aprendemos a ler, por meio de um processo chamado reciclagem neuronal, essas redes são reorientadas, com o objetivo de reorganizar informações antigas para modificá-las em novos circuitos.

É por causa dessa reorganização que identificamos uma letra como sendo a mesma, independente da posição que ela ocupa na palavra, do seu tamanho, ou se é maiúscula ou minúscula. No entanto, as redes permanecem sensíveis para diferenciar uma letra da outra e as regras ortográficas.<sup>8</sup>

- Desenvolvimento Atípico - Pensando no mecanismo de organização do Sistema Nervoso Central, o Transtorno Específico da Aprendizagem com Prejuízo na Leitura se caracteriza pelo comprometimento em uma sequência de habilidades relacionadas ao processamento fonológico, à flexibilidade cognitiva, à atenção e à memória, resultando em um comprometimento no funcionamento cerebral .

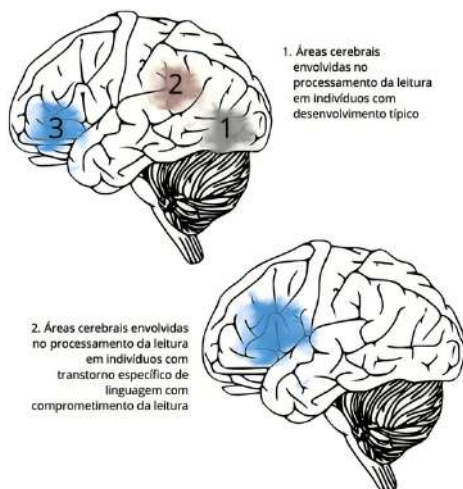


Figura 9.3 - Áreas cerebrais envolvidas no processamento da leitura.

Como mostra a figura, o processamento da leitura é comandado por três regiões neurais: (1) occipitotemporal, responsável pelo reconhecimento visual das palavras, onde se realiza a leitura rápida e automática, (2) parietotemporal, responsável pela análise da palavra e pela relação entre o grafema e fonema; e (3) área de Broca, responsável pelo processamento lexical e conceitual<sup>5</sup>. Para que ocorra a decodificação das palavras portanto, estas precisam passar por duas vias, que convergem na área de Wernicke para dar significado às palavras:

- Conversão das letras em sons nas regiões frontal e parieto-temporal
- Identificação global das palavras<sup>6,9</sup>

Após o reconhecimento de palavras pela região occipitotemporal do hemisfério esquerdo, existem duas estratégias de leitura que podem ser utilizadas: a fonológica e a lexical. Inicialmente, durante a alfabetização, ou seja, quando a palavra é nova, temos o uso da rota fonológica, que permite a fragmentação das palavras em unidades menores, para que a relação entre letra e som seja feita.

Já quando a palavra se torna conhecida pela criança e adquire um significado, há o uso da rota lexical, onde o reconhecimento se dá pela ortografia e significado, resultando em uma leitura rápida e automática. Essas estratégias possuem papéis diferentes na leitura e são ativadas conforme a necessidade do leitor. <sup>8, 10-12</sup>

O Transtorno Específico da Aprendizagem pode comprometer o desempenho acadêmico do indivíduo em leitura, expressão escrita e/ou matemática.

Quando o impacto acontece na leitura ou na expressão escrita, há uma subativação das partes posteriores do cérebro e uma hiperativação das partes anteriores durante o processamento de leitura, gerando dificuldade no reconhecimento das palavras já conhecidas. Assim, a leitura se torna um esforço e toda palavra que está sendo lida parece ser nova e nunca antes vista.<sup>8,11,15</sup>

O Transtorno Específico da Aprendizagem não é uma doença e sim uma condição relacionada a questões genéticas.<sup>16</sup> Sendo assim, como se trata de uma alteração neurofuncional e não estrutural, os exames de imagem tradicionais trazem resultados normais. Dessa maneira, o diagnóstico desse quadro é clínico e costuma ser difícil e subestimado em muitas crianças.<sup>10,11</sup>

Além de trazer impactos para a leitura e a escrita, o Transtorno Específico da Aprendizagem pode gerar prejuízos no aprendizado de matemática. Esse quadro também é chamado de discalculia e envolve diferentes regiões corticais. Apesar de não haver áreas cerebrais específicas para processar as habilidades matemáticas no Sistema Nervoso Central Humano, foi observado que, quando as habilidades quantitativas entram em cena, há regiões cerebrais que se ativam, mais especificamente no lobo parietal.<sup>13,14</sup>

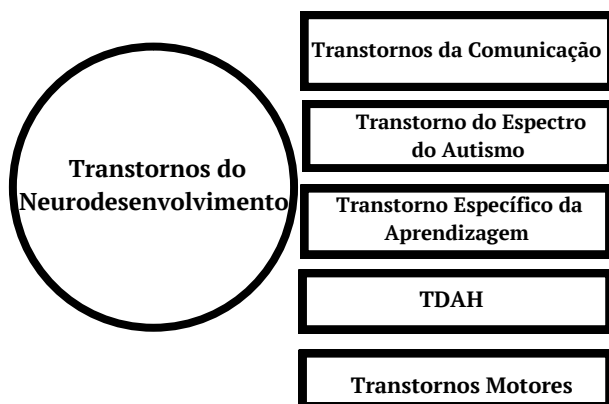
cerebrais específicas para processar as habilidades matemáticas no Sistema Nervoso Central Humano, foi observado que, quando as habilidades quantitativas entram em cena, há regiões cerebrais que se ativam, mais especificamente no lobo parietal.<sup>13,14</sup>

Além disso, são utilizadas funções neurocognitivas básicas, que dão suporte para as tarefas de raciocínio lógico, tornando possível a capacidade de raciocínio, solução de problemas e planejamento.<sup>17</sup> Os indivíduos que possuem Transtorno Específico da Aprendizagem com prejuízo na matemática possuem recursos favoráveis para essa aprendizagem, mas não conseguem evoluir nas competências matemáticas devido a uma disfunção cerebral orgânica.<sup>14, 18, 19</sup>

### **Diagnóstico e Comorbidades Associadas**

Geralmente, os sinais do Transtorno Específico da Aprendizagem (TEAp) têm início nos primeiros anos escolares, podendo não se manifestar completamente até que as exigências acadêmicas excedam as capacidades da criança. Atrasos na linguagem, dificuldade de atenção ou nas habilidades motoras durante os anos pré-escolares podem ser precedentes de um quadro de TEAp. O diagnóstico desse quadro é confirmado por meio de medidas de desempenho padronizadas, aplicadas individualmente, e, através dessas análises, é classificado de acordo com o grau: leve, moderado ou grave.<sup>1</sup>

Figura 9.4 - Transtornos do Neurodesenvolvimento



É comum que existam comorbidades associadas ao Transtorno Específico da Aprendizagem, as quais, em sua maioria, estão classificadas entre os transtornos do neurodesenvolvimento, como é o caso do Transtorno do Desenvolvimento Coordenação (TDC) e o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

**ATENÇÃO:** Nem sempre a criança com diagnóstico de TEAp apresentará uma comorbidade.

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade é caracterizado por desatenção, inquietude e impulsividade, em níveis excessivos em relação ao estágio de desenvolvimento e/ou a idade. Frequentemente, o TEAp e o TDAH são condições coexistentes, mas não podem ser classificadas como causa uma da outra. Dos indivíduos diagnosticados com Transtorno Específico da Aprendizagem com foco na leitura e na expressão escrita, 30% apresentam também TDAH.

O Transtorno Específico da Aprendizagem também pode estar associado a transtornos de ansiedade, depressivo e bipolar, bem como ao risco aumentado de ideação e tentativa de suicídio, tanto em crianças, quanto em adolescentes e adultos.

Portanto, o ideal é que haja atenção multiprofissional que investigue e analise os déficits funcionais envolvidos e o histórico do desempenho escolar da criança.

A equipe multiprofissional envolve:

- Fonoaudiólogo, na avaliação audiológica e de linguagem;
- Psicólogo, na avaliação emocional e intelectual;
- Psicopedagogo, na avaliação acadêmica;
- Médico, na avaliação de acuidade visual e neurológica.<sup>20</sup>

A presença dessa equipe é de extrema importância para um diagnóstico confiável e para direcionar a estratégia mais adequada para a intervenção, a fim de favorecer o desenvolvimento e a independência nas atividades de vida diária. Ao notar alguma dificuldade no processo de aprendizagem do seu filho, é importante investigar a natureza do problema com o auxílio de professores e especialistas.

## **Tratamento**

O Transtorno Específico da Aprendizagem se encontra na fronteira entre saúde e educação, por ser um transtorno de origem biológica, mas que se manifesta na área de aprendizagem. Isso significa que a criança deve ser assistida por

uma equipe multiprofissional, que pode incluir profissionais que trabalhem a linguagem e a aprendizagem, assim como aqueles que lidam com os aspectos pedagógicos e emocionais, visto que em alguns casos, os fatores emocionais podem se tornar agravantes.<sup>15,22</sup> Além disso, como os alunos com TEAp têm dificuldade de aprender da maneira convencional, é importante buscar meios alternativos para que o aprendizado seja efetivo.<sup>18</sup>

## **O que fazer para favorecer o processo de aprendizagem mesmo quando há queixa de dificuldades significativas?**

### **• No caso dos fonoaudiólogos:**

Após a avaliação, devem ser implementadas medidas de intervenção de acordo com os resultados obtidos. Lembre-se: o diagnóstico precoce e o início rápido da intervenção aumentam as chances de progresso da criança.<sup>21</sup>

### **• No caso dos professores:**

Na escola, os professores devem estar preparados para buscar métodos e estratégias que auxiliem o processo de aprendizagem do aluno com TEAp.<sup>23</sup>

Cabe aos profissionais que acompanham a criança compartilhar informações com seus familiares sobre como auxiliar os filhos com base na elaboração de estratégias voltadas para suas necessidades e particularidades educacionais.<sup>24</sup>

## **Orientações Gerais**

A parceria entre família e escola é fundamental para o processo de inclusão e sucesso escolar da criança com Transtorno Específico da Aprendizagem. É imprescindível que pais e professores estejam atentos aos sinais de atraso no desenvolvimento, trabalhando possíveis impactos ligados à insegurança e à baixa autoestima da criança, oferecendo uma participação efetiva no ambiente escolar e o devido suporte emocional.<sup>21</sup>

Em 2020, com a pandemia de COVID-19, educadores e famílias se depararam com os desafios do isolamento social e o estudo remoto. Nesse contexto, as dificuldades para crianças e adolescentes com Transtorno Específico da Aprendizagem tornaram-se ainda maiores devido às mudanças na rotina.<sup>25</sup>

Portanto, torna-se fundamental o fortalecimento dos estímulos a estes indivíduos, para que não houve regressão no processo de desenvolvimento de habilidades e competências já adquiridas em leitura e escrita e adaptar o ambiente, a fim de um melhor aproveitamento das atividades acadêmicas.<sup>26</sup>

## **Orientações para pais**

O papel dos pais é fundamental para o desenvolvimento escolar da criança, uma vez que é possível influenciar tanto positivamente, reforçando sua aprendizagem, desenvolvimento e qualidades; como negativamente, privando a criança de oportunidades e estímulos, uma vez que a interação com os pais e educadores podem facilitar a expressão e a comunicação da criança, sobretudo por meio do respeito aos sentimentos e opiniões da criança nas relações sociais.<sup>27</sup>

A fim de garantir o desenvolvimento social e cognitivo dos estudantes, a família e a escola devem estabelecer relações adequadas, agindo portanto de forma conjunta. Partindo do objetivo comum de promover o desenvolvimento integral dos alunos, o sucesso escolar depende do contexto e das relações estabelecidas entre a família e a escola.<sup>28,29</sup>

A seguir estão descritas dicas importantes:<sup>2,14</sup>

- Lembrar que a criança com TEAp precisa de apoio incondicional e suporte para enfrentar e superar as barreiras que lhe são impostas cotidianamente.
- Ressaltar os acertos e não enfatizar os erros.
- Dar oportunidades para a criança realizar atividades que gosta e nas quais tem sucesso.
- Estar sempre em comunicação com os professores e com a escola para garantir que a criança tenha os suportes necessários para aprender.
- Incentivar a descoberta do prazer que a leitura proporciona.
- Frequentar livrarias para que a criança tenha contato com os livros.
- Ler histórias que estejam no nível de compreensão da criança.
- Brincar de rimas ou jogos com palavras.

Algumas estratégias adotadas no período de isolamento social vivido durante a Pandemia da COVID-19 no ano de 2020 podem continuar favorecendo a aprendizagem, tendo como ponto de partida a inserção da criança nas atividades diárias. Outras atitudes que também podem trazer benefícios incluem a adoção de uma rotina, o estímulo à autonomia, uso constante da interação e instrução da criança, favorecimento à exploração do ambiente, redução de distratores e fortalecimento do vínculo familiar. Divirtam-se! <sup>25</sup>

### **Orientações para os professores**

Mesmo que o Transtorno Específico da Aprendizagem seja um quadro persistente, existem estratégias pedagógicas que podem auxiliar na aprendizagem de alunos com este quadro e também aqueles com dificuldade escolar. A escola tem papel fundamental no suporte aos alunos, devendo apoiá-los para que desenvolvam seu máximo potencial.

Durante a Educação infantil, por exemplo, atividades que promovam o desenvolvimento de linguagem, principalmente seu componente fonológico, são interessantes. É importante que o professor esteja atento aos sinais indicativos de um Transtorno Específico da Aprendizagem, com o objetivo de potencializar a aprendizagem da criança.<sup>30</sup> De maneira complementar, a atenção a esses estudantes nas próximas fases da escolarização favorece a promoção de uma aprendizagem efetiva para todos.<sup>25</sup>

## Como estimular a aprendizagem dos alunos em fase de escolarização?

A tabela a seguir ilustra algumas estratégias que podem ser utilizadas para estimular os alunos nas fases iniciais da escolarização:

Tabela 3 - Como estimular os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

|                             |                                                                                                                                                                                                                        |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Educação Infantil</b>    | Com base no Modelo de Resposta à Intervenção (RTI), busca-se prevenir e identificar possíveis riscos para problemas de aprendizagem, além de oferecer instrução de qualidade para todos os alunos                      |
| <b>Ensino Fundamental I</b> | As instruções sobre leitura e escrita devem ser explícitas, incluindo os diferentes níveis dessa linguagem (fonologia, ortografia, sintaxe, morfologia e semântica), além da organização do discurso falado e escrito. |

FONOLOGIA - Sistema de sons da fala

ORTOGRAFIA - Sistema de escrita

SINTAXE - Estrutura das frases

MORFOLOGIA - Partes significativas das palavras

SEMÂNTICA - Relações entre as palavras

No Ensino Fundamental II, é indicado que os alunos sejam expostos a tarefas com textos narrativos e expositivos e que o professor trabalhe com compreensão textual de forma explícita, com atividades que envolvam vocabulário, raciocínio, gramática, análise e compreensão oral e escrita.

No período do Ensino Médio, a demanda e complexidade de atividades de leitura e escrita são altas, sendo recomendado que os professores adotem adaptações em avaliações.

Essas adaptações estão descritas no quadro como “Facilitadores”. Nessa fase, é importante que o manejo do Transtorno e a escolha de estratégias sejam discutidas com o adolescente.

Sabe-se que no Ensino Superior as dificuldades persistem e adaptações são necessárias, assim como na escola. Nunes et al. (2021) sugerem para o ensino estratégias pedagógicas, tais como:

Tabela 9.4 - Estratégias pedagógicas no Transtorno Específico da Aprendizagem

|                                                                                                          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Priorizar os aspectos qualitativos nas respostas dos alunos.                                             |
| Optar por avaliações que envolvam trabalhos práticos.                                                    |
| Dar oportunidades para o estudante demonstrar o que aprendeu utilizando outros recursos além da escrita. |
| Auxiliar o estudante a identificar o ponto central de um enunciado                                       |
| Criar momentos de discussão sobre a avaliação junto ao docente                                           |
| Utilizar a complementação oral como parte da avaliação.                                                  |

Outras formas de auxiliar o aproveitamento acadêmico do aluno com Transtorno Específico da Aprendizagem no Ensino Superior são citadas abaixo no quadro “Facilitadores”.

Segundo Matos,<sup>31</sup> algumas estratégias podem funcionar como facilitadores da Aprendizagem, envolvendo tanto adaptações curriculares como estruturais para garantir maior sucesso escolar às crianças com TEAp, conforme será exemplificado na tabela a seguir:

Tabela 9.5 - Sugestões de facilitadores para pessoas com Transtorno Específico da Aprendizagem

|                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Fornecer feedbacks regulares para manter a motivação e aumentar a autoestima.                    |
| Adaptar os métodos de ensino aos diferentes estilos de aprendizagem.                             |
| Proporcionar um ambiente adequado à aprendizagem e livre de distrações.                          |
| Dar assistência e encorajar o aluno a cumprir as tarefas propostas.                              |
| Reforçar a utilização de estratégias que permitam que o aluno controle sua própria aprendizagem. |

**Como as adaptações no ensino para enfrentar o isolamento social durante a Pandemia podem favorecer os alunos no contexto atual?**

Considerando o período de isolamento social vivido em 2020 em decorrência da Pandemia de COVID-19, os professores passaram por grandes dificuldades com o ensino remoto. Além das sugestões citadas acima, outras adaptações foram necessárias, conforme foi apresentado na cartilha denominada “Desafios do ensino remoto: múltiplas possibilidades - Guia para professores”, disponibilizada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie,<sup>32</sup> foi criada para fornecer orientações gerais, que apesar de terem sido elaboradas no contexto

da Pandemia, podem ser úteis em todos os momentos, como é o caso do planejamento da rotina e do favorecimento da aprendizagem pelo uso de recursos eletrônicos.

A fim de criar um ambiente favorável à aprendizagem, é importante manter sobretudo o fortalecimento da empatia, a organização do ambiente de ensino e das propostas pedagógicas. Essas e outras adaptações no que diz respeito ao estudo, avaliação e escuta aos estudantes, podem favorecer a aprendizagem de todos.

A prática escolar com Transtorno Específico da Aprendizagem deve incluir também a promoção da inclusão social. Cabe ao professor e à escola proporcionar à comunidade escolar atividades de conscientização sobre TEAp e assegurar que o aluno disponha das melhores medidas de suporte escolar para seu caso, criando um bom ambiente de aprendizagem.

É recomendado, na promoção da inclusão social, que o professor, além de desenvolver e assegurar facilitadores dentro de sala de aula, tratando esse aluno com naturalidade, o incentive e valorize seus acertos, com o cuidado de não o expor frente aos seus colegas. É importante integrá-lo à comunidade escolar, não permitindo que sua forma de aprender leve os colegas a rejeitá-lo. Sabemos que não há receita para trabalhar

com alunos com problemas na aprendizagem. Cada indivíduo tem características e necessidades únicas e, por isso, o planejamento escolar deve ser individual e compartilhado com a criança e a família

**ATENÇÃO:** O primeiro passo para saber mais sobre o tema é desmistificá-lo, oferecendo uma formação adequada em relação às necessidades das pessoas com Transtorno Específico da Aprendizagem.

# Referências bibliográficas

1. American Psychiatric Association. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM – V [Internet]. 5ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013 [citado 15 junho 2021]. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf>.
2. Instituto ABCD. O que é Transtorno da Aprendizagem? 2021, [citado 22 junho 2021]. Disponível em: <https://institutoabcd.org.br/transtorno-da-aprendizagem/>
3. Nascimento AAN. A influência da autoestima na minimização das dificuldades de aprendizagem da matemática no ensino fundamental. Revista Multidisciplinar da Fauesp, 2(1):82–96, 2020 [citado 17 junho 2021]. Disponível em: <http://revista.faesp.com.br/index.php/Unificada/article/view/19/25>.
4. Paterlini LSM, Zuanetti PA, Pontes-Fernandes AC, Fukuda MTH, Hamad APA. Triagem e diagnóstico de dificuldades/transtornos de aprendizagem – desfecho de avaliações interdisciplinares. Rev. CEFAC. 2019;21(5):e13319 [citado 16 janeiro. 2023]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0216/201921513319>.
5. Bailer C, Tomitch LMB. Leitura no Cérebro: Processos no Nível da Palavra e da Sentença. Cad. Trad., Florianópolis, 40 (2), 149–184, 2020. [Internet], [citado 10 janeiro 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2020v40nesp2p149>
6. Silva DM, Barreto GV. Contribuições da neurociência na aprendizagem da leitura na fase da alfabetização. Rev. Psicopedagogia 2021;38(115):79–90 [citado 13 jun. 2021]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20210007>.
7. Lima, GKP. Neurociências e suas contribuições para a alfabetização [TCC], 2021 [citado 22 outubro 2022]. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/44513>
8. Kolinsky R, Morais J, Cohen L, Dehaene S. As bases neurais da aprendizagem da leitura. ReVEL. 17(33), 2019 [citado 20 junho 2021]. Tradução de Cassiano Ricardo Haag. Disponível em: [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)
9. Neves OM. Implicações das Neurociências na Aprendizagem da Leitura na Pré-escola. [TCC]. Santa Helena: Universidade Tecnológica Federal do Paraná; 2021 [citado 20 fevereiro 2023]. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/27041/1/neurocienciasaprendizagemleiturapreescola.pdf>

10. Cardoso HSP, Freitas PM. de. Aplicação do modelo da dupla rota no diagnóstico da dislexia: revisão sistemática [Internet]. Rev. psicopedag. São Paulo, 36(111):368-377, 2019. [Citado 30 Maio 2021]. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862019000400011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862019000400011&lng=pt&tlng=pt)

11. Medina GBK, Guimaraes SRK (2021). Reading in developmental dyslexia: the role of phonemic awareness and executive functions. Estudos de Psicologia (Campinas), 38 [citado 23 maio 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202138e180178>

12. Teixeira MT, Azevedo AF. Teorias Neurocognitivas de Aprendizagem da Leitura e Métodos de Alfabetização. Letrônica, Porto Alegre, 14(2), 1-17, 2021 [citado 02 março 2023]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-4301.2021.2.38792>

13. Dourado LP. Discalculia: E sua relação com o cérebro. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação [Internet]. 30º de junho de 2021 [citado 5 fevereiro 2023]; 7(6):910-27. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1443>

14. Instituto ABCD. Leitura, escrita e matemática: do desenvolvimento aos transtornos específicos de aprendizagem. 2021 [citado 15 junho 2021]. Disponível em: <<https://www.institutoabcd.org.br/ebook-leitura-matematica/>>.

15. Medda MG. Resposta à Intervenção como estratégia diagnóstica para Dislexia [MESTRADO - DISSERTAÇÃO], São Paulo, Escola Paulista de Medicina; 2020, [citado 5 junho 2021]. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/58772/2020%20MEDDA%2C%20MARIANA%20GOBBO.Mestrado.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

16. Gonçalves P, Peixoto A. 10 perguntas e respostas para compreender a Dislexia. Dialética e Realidade [Internet], 2020 [citado 13 outubro 2022]. Disponível em: <https://www.dislexia.org.br/wp-content/uploads/2021/02/10-perguntas-e-respostas-para-compreender-a-Dislexia-9.pdf>

17. Comitê Científico Núcleo Ciência Pela Infância. Funções Executivas e Desenvolvimento na Primeira Infância: Habilidades Necessárias para a Autonomia: Estudo III, 2016 [citado 27 junho 2021]. Disponível em: <http://www.ee.usp.br/pesq/apostilas/WP-Funcoes%20Executivas.pdf>

18. Cancian QG, Malacarne V. Diferenças entre Dificuldades de Aprendizagem e Transtornos de Aprendizagem. 2º Congresso Internacional de Educação, 7º Congresso de Educação da FAG - UNIOESTE. Paraná. 13 a 17 de Maio de 2019 [citado 13 junho 2021]. Disponível em: [\[https://www.fag.edu.br/novo/pg/congressoeducacao/arquivos/2019/DIFERE NCAS-ENTRE-DIFICULDADES-DE-APRENDIZAGEM-E-TRANSTORNOS-DE-APRENDIZAGEM.pdf\]](https://www.fag.edu.br/novo/pg/congressoeducacao/arquivos/2019/DIFERE NCAS-ENTRE-DIFICULDADES-DE-APRENDIZAGEM-E-TRANSTORNOS-DE-APRENDIZAGEM.pdf)
19. Oliveira EM, Souza LD. Dificuldade de ensino e aprendizagem na matemática: os jogos como alternativa para o entendimento do aluno que apresenta o transtorno da discalculia, 3(4), 2022, [citado 13 janeiro 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.21166/ctp.v3i4.2753>
20. Costa FB, Carmo, S. O papel da equipe multidisciplinar no Diagnóstico e Intervenção Precoce de Crianças Disléxicas, 2021 Sapiens, 3(1): 65-80. ISSN-2596-156X. Carangola (MG) [Internet], [citado 15 setembro 2022]. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sps/article/view/5774>
21. Sanchez CNM, Pavanello JP, Naufel GD, Santos AB. Percepção da Família frente ao Diagnóstico de Transtorno de Aprendizagem. Revista Educação Inclusiva, Campina Grande, 5(1), 2021 [citado 11 janeiro 2023]. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/376>
22. Brites L. Conhecendo a dislexia e a importância da equipe interdisciplinar no processo de diagnóstico. Instituto Neurosaber. 2019 [Internet], [citado 3 junho 2021]. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/conhecendo-a-dislexia-e-a-importancia-da-equipe-interdisciplinar-no-processo-de-diagnostico/>.
23. Alves ABL, Piona E de S, Joaquim PE, Deckert C, Suassuna J de SS. Relação entre Dislexia e Problemas de Aprendizagem. REASE [Internet], 2021; ;7(7):1430-55 [citado 27 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1832>
24. Maciel CCM, Moreno WC, Ramos DS, Souza NV. O papel da colaboração família-escola no desenvolvimento da aprendizagem de crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Revista Educação Pública, 21(32); 2021 [citado 07 junho 2022]. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/32/o-papel-da-colaboracao-familia-escola-no-desenvolvimento-da-aprendizagem-de-criancas-com-transtorno-de-deficit-de-atencao-e-hiperatividade>

25. Seabra AG, Simi LG, Nico A, Motta CA, León C. Orientações a pais de crianças com dislexia durante o período de atividades educacionais remotas, 2020 [citado 15 jun. 2021]. Disponível em:

[https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/disturbios\\_desenvolvimento/2020/Ebook-Orientacoes\\_para\\_pais-Dislexia-2020.pdf](https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/disturbios_desenvolvimento/2020/Ebook-Orientacoes_para_pais-Dislexia-2020.pdf)

26. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia. Estratégia e orientações em linguagem: um guia em tempos de COVID 19. [Recurso eletrônico] / [citado 14 junho 2021]. Disponível em: <https://lp.sbfa.org.br/guia/>.

27. Oliveira ASG. Os efeitos da participação ativa da família na Educação: Os desafios família-escola para o ensino e aprendizagem no ensino fundamental menor no município de Poção de Pedras - Maranhão - Brasil, 2021 [citado 11 maio 2022]. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/37542>

28. Machado BA. Família e a Escola na Educação Infantil [TCC], Goiânia, Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; 2021. Disponível em: <https://lp.sbfa.org.br/guia/>.

29. Silva EL. Crianças com e sem queixas de aprendizagem: caracterização do contexto familiar e o olhar de pais e professores [MESTRADO - DISSERTAÇÃO]. Marília: Universidade Estadual Paulista – UNESP; 2020, [citado 4 junho 2022]. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193342>

30. Nunes et al. Educação inclusiva: Conjuntura, Síntese e Perspectivas. 2021 [Internet], [citado 14 junho 2021]. Disponível em: <http://senei.com.br/publicacoes/livro-34.pdf>.

31. Matos CL. Barreiras e Facilitadores no Processo de Aprendizagem de Alunos com Dificuldades Específicas de Aprendizagem ao Nível da Escrita: Relato de Professores Titulares de Turma do 1º Ciclo do Ensino Básico, Professores de Educação Especial e Psicomotricista [Dissertação]. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; 2022 [citado 19 novembro 2022]. Disponível em: [https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/12995/1/VF\\_MATOS\\_Cla%C81udia\\_MCE2022\\_1de1.pdf](https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/12995/1/VF_MATOS_Cla%C81udia_MCE2022_1de1.pdf)

32. Campos et al. Desafios do ensino remoto: Múltiplas possibilidades - Guia para professores. 2020 [Internet], [citado 4 junho 2021]. Disponível em: [https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/disturbios\\_desenvolvimento/2020/CARTILHAPROFESSORES.04.11.pdf](https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/disturbios_desenvolvimento/2020/CARTILHAPROFESSORES.04.11.pdf).

33. Oliveira P, Zutião P, Mahl E. Transtornos, Distúrbios e Dificuldades de Aprendizagem: Como atender na sala de aula comum. In: Seabra MAB. Distúrbios e Transtornos de Aprendizagem: aspectos teóricos, metodológicos e educacionais. Bagai, 2020; [citado 14 janeiro 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.37008/978-65-87204-87-1.27.11.20>

# ATUAÇÃO DO FONOAUDIÓLOGO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## Definições / Introdução

Com base no paradigma que visa transformar a sociedade, a escola pode ser vista como um espaço que busca ser mais justo e integrado, a fim de alcançar melhores condições de vida e educação para todos. Considerando as marcas relacionadas a uma prática educacional continuamente segregacionista, a exclusão e discriminação de indivíduos com deficiência é uma realidade que se faz presente ao longo da trajetória da humanidade.<sup>1</sup>

A Educação Inclusiva tem como principal objetivo, que todos os alunos, independente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois estas se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias.<sup>2</sup>

## Marcos Históricos - Normatização da Educação Inclusiva

O cenário começou a mudar no Brasil, a partir do Artigo 208 da atual Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu que é dever do Estado - oferecer atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede

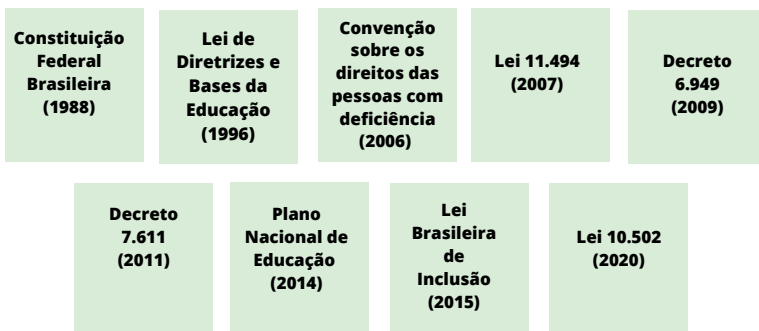
### AUTORES

Isabelly Bueno  
Araujo

Larissa Miki  
Tamura

Marina Trento  
Gomes

Vitória Freitas  
Silva



regular de ensino.<sup>3</sup> Para entender principais conquistas associadas à realidade da Educação Inclusiva e entender as principais diferenças entre a Declaração de Salamanca e a LDB, observe a tabela a seguir:

Tabela 10.1 - Comparação entre LDB e Declaração de Salamanca.

| <b>Declaração de Salamanca</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <b>LDB</b>                                                                                                                                                                     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Discutida na Tailândia em 1994                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Criada no Brasil em 1996.                                                                                                                                                      |
| Determina que a escola deve acolher indistintamente todos os alunos, independentemente de suas condições sociais, culturais, emocionais, físicas ou linguísticas, sejam eles com deficiência ou não.<br>“Todas as crianças têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos.” <sup>2</sup> | Acrescenta que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. <sup>4</sup> |

Já em relação às semelhanças, ambos buscam reformular e qualificar o atendimento educacional, assegurando a promoção do direito à educação a todos e garantindo condições efetivas de aprendizagem à diversidade de alunos. Os profissionais especializados da Educação e da Saúde devem oferecer oportunidades aos alunos com demandas específicas, além de contribuir com a escola em discussões

sobre as ferramentas adequadas para que os alunos se sintam em um ambiente adaptado. Ademais, é importante conceitualizar as diferenças existentes entre a Educação Especial e Inclusiva.

A Educação Especial é oferecida aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, situada na própria rede regular de ensino. Em contrapartida, a Política Educacional Inclusiva visa orientar práticas para facilitar o desenvolvimento e promover a inclusão com base nas potencialidades de todos os alunos.<sup>4</sup>

Assim, as escolas regulares inclusivas são “instituições de ensino que oferecem atendimento educacional especializado aos educandos da educação especial em classes regulares, classes especializadas ou salas de recursos”.<sup>5</sup>

### **Como o fonoaudiólogo pode contribuir para a Educação Inclusiva?**

As demandas são significativas para a atuação fonoaudiológica nas escolas regulares e também no ensino especial. Alterações comunicativas e de aprendizagem requerem atenção e orientação fonoaudiológica, estando ou não relacionadas a outros quadros, como síndromes, deficiências (intelectual, auditiva, visual, física e/ou múltipla), transtorno do espectro do autismo (TEA) ou superdotação/altas habilidades.

Santos e Nascimento (2021)<sup>6</sup>apontam que a atuação fonoaudiológica se dá no sentido de potencializar o desenvolvimento humano, prestando serviços com o objetivo de detectar as dificuldades dos alunos, orientar e atuar de maneira conjunta aos professores, equipe escolar e pais, além de implantar programas fonoaudiológicos que favoreçam a aprendizagem. A intervenção fonoaudiológica educacional constrói e desenvolve ações de promoção da aprendizagem e aprimoramento das habilidades comunicativas com todos os alunos.

Portanto, o fonoaudiólogo pode e deve contribuir para a formação continuada de professores dos sistemas de educação regular e especial, fornecendo apoio, informação e orientação nos processos de inclusão escolar e de envolvimento da comunidade no processo de inclusão social.

### **Afinal, como a escola deve ser construída e qual a sua importância?**

A escola deve ser compreendida como um espaço onde todos os que nela se inserem têm um potencial e um papel a desenvolver, proporcionando o maior e melhor aprendizado possível, e sempre partindo do princípio fundamental do respeito a toda e qualquer diferença ou característica, considerando que o sistema de ensino possa ser modificado para satisfazer as necessidades de todos. <sup>7</sup>

De acordo com o Decreto Nº 7611, o

## **AEE: objetivos, artigos - quem está incluso? Por que o artigo 7611 é importante?**

De acordo com o Decreto N° 7611,<sup>8</sup> o Atendimento Educacional Especializado (AEE), é compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucional e continuamente, que complementa à formação dos estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista (TEA) como um apoio no tempo e na frequência destes às salas de recursos multifuncionais, ou o auxílio à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Dessa forma, o objetivo desse tipo de atendimento Educacional busca promover condições de acesso para o aluno, no ensino regular, de uma forma que ele aprenda e participe das atividades, além de garantir serviços de apoio especializados de acordo com a sua necessidade particular, assegurando a transversalidade das ações da educação especial na prática educativa habitual.

Conforme o artigo 2° do Decreto 7611,<sup>8</sup> o serviço também trata de potencializar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem os obstáculos frente ao ensino e a aprendizagem,

proporciona o apoio e certifica que o educando terá condições de se manter nos estudos nos outros níveis e etapas de ensino. Assim sendo, o poder público tem o papel de estimular a busca pelo acolhimento desse serviço, para os alunos contemplados pelo decreto, de forma que seja suplementar ao ensino regular.

O Ministério<sup>9</sup> da Educação, por meio da Resolução 4, propõe que as ações do atendimento especializado aconteçam por meio da união entre professores, família e outros serviços que incluem os de saúde, para que a elaboração de estratégias seja mais efetiva. Dessa forma, o AEE deve:

- Identificar as necessidades educacionais específicas dos alunos;
- Definir os recursos necessários para que as atividades sejam desenvolvidas de maneira a acolher da melhor forma as demandas que surgirem.
- Atuar em salas especializadas com recursos multifuncionais, que possuem materiais e estrutura específicos para atender às necessidades dos alunos.

Entre os recursos que devem receber a devida atenção do Atendimento Educacional Especializado para promover a inclusão, podemos citar:

|                             |
|-----------------------------|
| <b>Espaço físico</b>        |
| <b>Mobiliário</b>           |
| <b>Materiais didáticos</b>  |
| <b>Recursos pedagógicos</b> |
| <b>Acessibilidade</b>       |
| <b>Equipamentos</b>         |

Conforme o artigo 2º do Decreto 7611, o serviço também trata de potencializar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem os obstáculos frente ao ensino e a aprendizagem, proporciona o apoio e certifica que o educando terá condições de se manter nos estudos nos outros níveis e etapas de ensino. Assim sendo, o poder público tem o papel de estimular a busca pelo acolhimento desse serviço, para os alunos contemplados pelo decreto, de forma que seja suplementar ao ensino regular.

Como a função do AEE é contribuir com o acesso à educação inclusiva das pessoas que possuem necessidades especiais de uma forma que visa o coletivo, surgiu o Plano Educacional Individualizado (PEI) que tem a função de planejar ações específicas para um determinado estudante. Para que isso ocorra, precisam ser considerados critérios de nível de habilidade, conhecimentos, idade cronológica e nível de escolarização, capazes de planejar, desenvolver e avaliar o ensino de maneira efetivamente individualizada.<sup>10</sup>

Portanto, o papel do fonoaudiólogo educacional dentro do AEE envolve desenvolver ações que visam assessorar, prestar consultoria e oferecer treinamentos aos profissionais da

equipe de inclusão, o que contribui para a orientação dos professores sobre as necessidades individuais dos alunos. O fonoaudiólogo pode compor a rede de apoio no âmbito da atuação profissional, para auxiliar no desenvolvimento de novos recursos, serviços e equipamentos que ampliem o atendimento educacional especializado, o que também garante que o planejamento educacional direcionado especificamente à aprendizagem seja mais eficaz para os estudantes com deficiência.

### **Lei de diretrizes + Lei de inclusão**

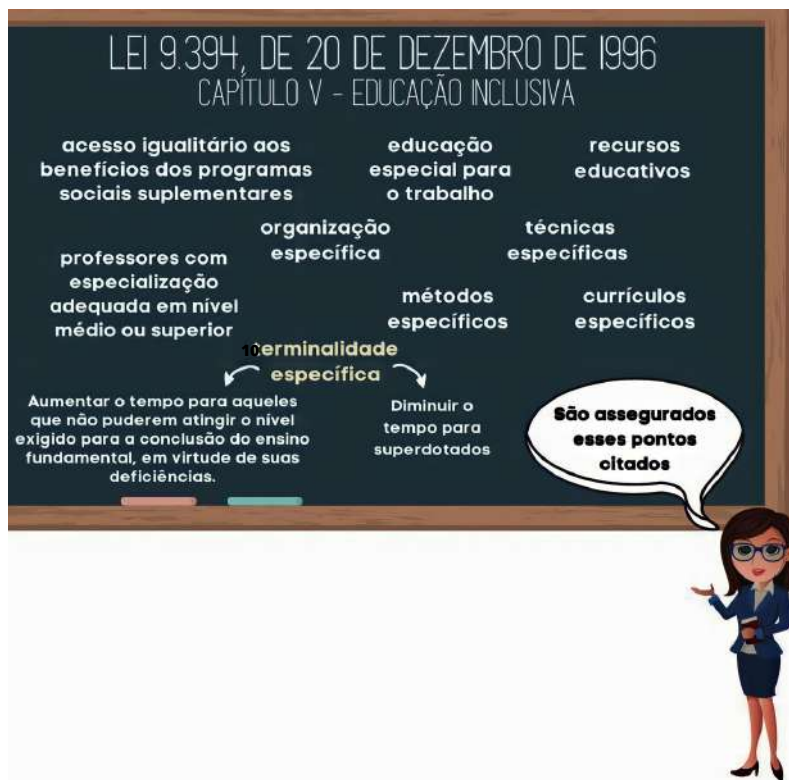
Segundo a Constituição de 1988, é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, promulgado no ano de 2015, a educação é direito da pessoa com deficiência, devendo ser oferecida por meio de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, que permita o aprendizado ao longo de toda a vida.<sup>11</sup>

**ATENÇÃO:** É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, se opondo a qualquer forma de violência, negligência e discriminação.

A lei 9.394<sup>4</sup> estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e segundo a mesma, entende-se por Educação Especial a modalidade de educação escolar oferecida

preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Essa lei afirma que, quando necessário, haverá serviços de apoio especializado na escola regular e o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que não for possível a integração dos alunos com deficiência nas classes comuns de ensino regular.

7



Outro marco importante foi a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência,<sup>13</sup> que foi desenvolvida pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência e destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.<sup>12</sup> Segundo o capítulo IV, é dever do poder público:

|                                                                                                                                                                                               |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, visando o aprendizado ao longo da vida;</b> |
| <b>Aprimorar os sistemas educacionais, para garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, a fim de eliminar as barreiras e promover a inclusão plena;</b>           |
| <b>Criar um projeto pedagógico, que institucionalize o atendimento educacional especializado;</b>                                                                                             |
| <b>Oferecer educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;</b>   |
| <b>Adotar medidas individualizadas e coletivas para maximizar o desenvolvimento acadêmico e social.</b>                                                                                       |

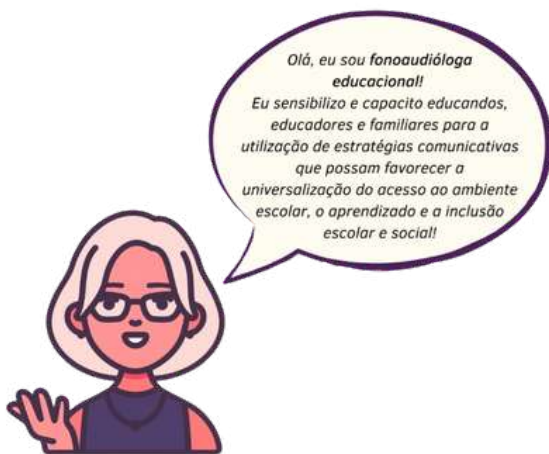
que o planejamento educacional direcionado especificamente à aprendizagem seja mais eficaz para os estudantes com deficiência.

O planejamento e as práticas que serão implementadas, a fim de produzir um melhor aprendizado, contam com a participação do Fonoaudiólogo Educacional.

O papel que a equipe pedagógica e o fonoaudiólogo vão desempenhar juntos, desempenhando uma ação integrada, cuja união dos conhecimentos favorece o desenvolvimento dos alunos.<sup>6</sup> Assim, a equipe escolar consegue identificar as dificuldades junto aos estudantes e pode implementar atividades mais efetivas para melhorar a aprendizagem de todos.

Quando um estudante não aprende, é necessário que toda a equipe se reúna e analise as possíveis causas. Essa queixa pode ser trazida pela família, pelo próprio professor, pela equipe

gestora da escola ou pelo fonoaudiólogo educacional. Nesse caso, este profissional visa otimizar o desempenho escolar dos alunos, uma vez que busca prevenir problemas futuros e otimizar a aprendizagem, conhecendo os alunos e agindo de maneira multiprofissional com os demais participantes do processo de aprendizagem.<sup>13</sup>



Entender qual a melhor forma de cada criança contribuir com a turma é um grande passo da equipe, para que em nenhum momento o indivíduo se sinta isolado. A partir disso, conclui-se que também é fundamental que o fonoaudiólogo compreenda qual a principal queixa da escola e o que a causa. Não existe uma resolução única para cada situação. Tudo vai depender dos fatores que influenciam a realidade daquela instituição de ensino. Sendo assim, a equipe deve continuar monitorando a evolução de cada caso e aprimorando as intervenções sempre que for necessário e benéfico ao grupo, principalmente em casos de alunos com deficiência.

### **Estratégias Educacionais inclusivas**

O fonoaudiólogo tem um papel muito importante no desenvolvimento de estratégias educacionais inclusivas, visto que têm conhecimentos específicos sobre a inclusão, que podem ser somados às experiências do professor em questões

pedagógicas. Cabe aos fonoaudiólogos educacionais, portanto, sensibilizar e educar estudantes e familiares, a fim de proporcionar um ambiente de aprendizagem verdadeiramente inclusivo.<sup>14</sup>

Visando aumentar as oportunidades de aprendizagem, é fundamental que haja a adaptação do currículo para que este corresponda às capacidades e necessidades dos estudantes. A busca por equidade na escola representa portanto, a necessidade de melhorar a qualidade de vida dos estudantes para que seja possível progredir ao longo das fases da escolarização.<sup>15</sup> A seguir serão descritos alguns instrumentos com diferentes custos, que visam facilitar a trajetória escolar dos alunos na Educação Inclusiva:

| <b>ALTO CUSTO</b>                                                | <b>BAIXO CUSTO</b>                                                |
|------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| <b>Usuários podem alcançar total independência comunicativa.</b> | <b>Materiais com maior oportunidade de acesso e de fácil uso.</b> |
| <b>Acionadores</b>                                               | <b>Livros Adaptados</b>                                           |
| <b>Vocalizadores</b>                                             | <b>Teclados de computador adaptados</b>                           |
| <b>Hardwares</b>                                                 | <b>Pranchas impressas formadas por símbolos pictográficos</b>     |
| <b>Softwares</b>                                                 |                                                                   |

Podemos concluir portanto, que o fonoaudiólogo tem um papel essencial dentro do âmbito educacional, pois ele favorece a aprendizagem, atuando desde o planejamento educacional até a elaboração de projetos que favoreçam a inclusão na equipe escolar.<sup>16</sup> O conhecimento é essencial para estimular a compreensão da importância da inclusão e desenvolver estratégias, recursos e formas de comunicação que contribuam para a redução das barreiras que existem dentro dos ambientes de ensino para favorecer o desenvolvimento da aprendizagem.<sup>17</sup>

# Referências bibliográficas

1. Paim TIG. Educação Inclusiva: uma revisão da literatura [Internet]. 2022 [citado 11 de Janeiro de 2021]. Disponível em: <<https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/2316>>
2. Unesco. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais [Internet]. Brasília: CORDE, 1994 [citado 20 Maio 2021]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> .
3. Brasil. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Senado; 1988. [citado 20 Maio 2021]. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)> .
4. Brasil. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996 [citado 22 de Maio de 2021]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> .
5. Brasil. Decreto Lei nº 10.502, de 30 de Setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União. Brasília, p. 6, 2020 [citado 24 de Maio de 2021]. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>> .
6. Santos PC, Nascimento MFS. A colaboração da Fonoaudiologia educacional em prol de um sistema de ensino igualitário. Research, Society and Development, 10(1), e3810111432 [Internet], 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI [citado 20 Maio 2021]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11432>
7. Unesco. Manual para Garantir Inclusão e Equidade na Educação, 2019 [citado 24 Maio 2021]. Disponível em: [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/a\\_guide\\_for\\_ensuring\\_inclusion\\_and\\_equity\\_in\\_education\\_in\\_po/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/a_guide_for_ensuring_inclusion_and_equity_in_education_in_po/)

8. Brasil, MEC. Decreto Nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, O Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União de 18/11/2011, p. 12, 2011 [citado 24 Maio 2021] . Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>.

9. Resolução CNE/CEB nº4, de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009 [citado 16 de maio de 2021] Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)

10. Barbosa VB, Carvalho MP. Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado - PEI, [citado 20 Maio 2021]. Disponível em: <<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/570204>>

11. Resolução CNE/CEB nº4 , de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

12. Brasil. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 2015 [citado 20 de Maio de 2021] Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>

13. Masini MLH, Santos JGR. Fonoaudiologia na escola: a abordagem dialógica como estratégia desmedicalizante. Rev. Ibe. Est. Ed. [Internet]. 1º de dezembro de 2020 [citado 2 de fevereiro de 2023];15(esp5):3020-37. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14572>>

14. Seno MP, Capellini SA. Nível de informação dos professores da educação especial sobre a Fonoaudiologia Educacional. Rev. Psicopedagogia [Internet], 2019;36(111):293-304 [citado 22 junho 2021]. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/610/nivel-de-informacao-dos-professores-da-educacao-especial-sobre-a-fonoaudiologia-educacional>

15. Unesco. Manual para Garantir Inclusão e Equidade na Educação [Internet]. Brasília, 2019. 47 p. [citado 17 Maio 2021]. Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/2019-Manual-para-garantir-a-inclusao-e-equidade-na-educacao.pdf>

16. Brasil. Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa). Resolução nº 387, de 18 de setembro de 2010. "Dispõe sobre as atribuições e competências do profissional especialista em Fonoaudiologia Educacional reconhecido pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, alterar a redação do artigo 1º da Resolução CFFa nº 382/2010, e dá outras providências". Brasília: CFFa; 2010 [citado 20 de Maio de 2021]. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_387\\_10.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_387_10.htm).

17. Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Contribuições do Fonoaudiólogo Educacional para seu município e sua escola [Internet]. Brasília: CFFa, 2015 [citado 13 de maio de 2021]. Disponível em: [http://www.crefono7.org.br/\\_files/pasta/2/5ade3de10c874.pdf](http://www.crefono7.org.br/_files/pasta/2/5ade3de10c874.pdf).

# A VOZ DO PROFESSOR

## O conceito de voz e sua relação com o ambiente escolar

A voz é o som resultante da vibração das pregas vocais, presentes na laringe, um órgão em formato de tubo localizado no pescoço. Por meio dela, conseguimos expressar emoções, atitudes, informações e pensamentos, além de promover a socialização.<sup>1</sup>

Além disso, é o principal instrumento de trabalho dos professores, os quais possuem uma demanda vocal mais alta do que a de outros profissionais que também dependem da voz para trabalhar. Assim, um uso vocal excessivo e inadequado pode resultar em uma disfonia, que é o quadro que ocorre quando há alguma alteração vocal, tendo como sintomas mais comuns rouquidão, cansaço ao falar, dor ou sensação de queimação/ardor na garganta, voz fraca, pigarro, sensação de bolo na garganta, dentre outros.<sup>2</sup>

Nesse contexto, é importante destacar que o ambiente escolar pode ser propício ao desenvolvimento de problemas vocais, oferecendo alguns riscos à voz do professor. Em 2020, o Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho (DVRT) foi incluído na lista de doenças ocupacionais do Ministério da Saúde, reconhecendo-se assim a importância do tema e a influência do ambiente e das

### AUTORES

Glauciene  
Amaral Martins

Juliana de Paula  
Gomes

Karen Fernandes  
da Silva

Priscila  
Rodrigues  
Merlin

condições ocupacionais para todos os profissionais que utilizam a voz como instrumento de trabalho. A seguir serão descritos fatores relacionados ao ambiente que podem ser ligados ao estresse, gerando prejuízos à voz do professor.<sup>3</sup>

Tabela 11.1 - Problemas ligados ao ambiente:

|                           |
|---------------------------|
| Altos níveis de ruído     |
| Umidade                   |
| Pó de giz                 |
| Salas pouco arejadas      |
| Baixo isolamento acústico |

Tabela 11.2 - Problemas ligados à organização do trabalho:

|                                                   |
|---------------------------------------------------|
| Acúmulo de atividades                             |
| Uso intenso da voz em longas jornadas de trabalho |
| Falta de local adequado para descanso             |
| Insatisfação com o trabalho                       |

Portanto, tendo em mente a importância do assunto, especial atenção deve ser dada à voz do professor e ao controle dos fatores que a influenciam. É essencial que os docentes conheçam suas vozes, estejam satisfeitos com elas e com seu

desempenho vocal durante e fora das aulas, tenham acesso à informação a respeito de seus direitos e recursos disponíveis, e que busquem cuidar corretamente de sua saúde vocal, visando prevenir as disfonias. Por fim, ao final deste capítulo, discutiremos algumas implicações trazidas pela pandemia da COVID-19 na voz e na organização do trabalho docente, bem como orientações a fim de minimizar possíveis efeitos vocais negativos vivenciados pelos professores.

## Como a voz é produzida?

Para entender de maneira mais clara como ocorre a produção vocal, observe o esquema a seguir:

Figura 11.1 - passo a passo da produção vocal



Conhecer o mecanismo de produção da voz é importante para desenvolvermos programas e atitudes positivas, que irão nos auxiliar na prevenção e em um melhor uso vocal, como veremos na sequência.

## Políticas públicas e a voz do professor

Como mencionado anteriormente, o professor está exposto em seu ambiente de trabalho a uma série de fatores que podem fazê-lo adoecer, culminando na sua ausência ou afastamento

do posto que ocupa. Partindo da necessidade de assegurar o direito à proteção da saúde vocal dos professores, o projeto de lei 743/19 exige a criação de meios que proporcionem a devida proteção. Tais estratégias favoráveis à voz incluem:

- determinar que as salas de aulas com quantidade acima de 25 de alunos tenham dispositivo de sonorização;
- permitir a perfeita difusão da voz do professor no ambiente assegurando a proteção de suas cordas vocais;
- garantir que os alunos possam ouvir adequadamente as aulas.

Devido a condições precárias e estressores ocupacionais que aumentam a demanda vocal e interferem na saúde, os professores e outros profissionais do contexto educacional sofrem com sintomas de rouquidão, alteração e fadiga vocal.<sup>5</sup> Dessa forma, é preciso que a saúde do professor se insira no âmbito da Saúde Pública, que tem o dever de elaborar medidas de modo a promover, articular e assegurar os direitos do trabalhador.<sup>6</sup>

Nessa perspectiva, a legislação funcionaria como meio de amparo ao professor, de modo a garantir o cumprimento de seus direitos nos casos de acometimento do trabalhador por conta de riscos ocupacionais. Em contrapartida, ainda temos um cenário onde consultas e tratamentos médico e/ou fonoaudiológico, são fornecidos apenas quando o problema na voz já encontra-se

instaurado, afetando a vida do paciente.

## **Riscos e orientações gerais sobre o professor e o ambiente escolar**

Como vimos anteriormente, o professor possui uma demanda vocal maior do que a de outros profissionais que usam a voz como instrumento de trabalho, e o uso indevido ou excessivo da mesma pode resultar em disfonia. Geralmente, em escolas, o professor está exposto a situações que irão induzi-lo ao abuso vocal, como por exemplo, falar em ambientes com muito ruído, gritar frequentemente e até fazer uso forçado e excessivo da voz.<sup>7</sup> Por isso, trazemos algumas orientações que são recomendadas ao professor e ao ambiente escolar.

Tabela 11.3 - Como cuidar da minha voz?

|  |  |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Evitar falar fora da intensidade habitual</b>                                  | <b>Falar muito se estiver resfriado, com alergias</b>                             |
| <b>Evitar a competição de voz</b>                                                 | <b>Falar em ambientes muito ruidosos</b>                                          |
| <b>Fazer acordos com a turma</b>                                                  | <b>Gritar frequentemente</b>                                                      |
| <b>Beber muita água</b>                                                           | <b>Fumar</b>                                                                      |
| <b>Engolir em seco ou beber água</b>                                              | <b>Tossir ou pigarrear</b>                                                        |
| <b>Incluir frutas e vegetais na dieta</b>                                         | <b>Fazer uso de bebidas alcóolicas</b>                                            |
| <b>Usar um amplificador de voz (ex: microfone portátil)</b>                       | <b>Aumentar a intensidade da voz em ambiente ruidoso</b>                          |

Além dessas orientações, existem outras maneiras de prevenir e cuidar da saúde vocal do professor, algumas práticas e exercícios podem ser recomendados por um profissional fonoaudiólogo que irá conduzir o paciente da melhor forma, promovendo assim saúde vocal para o mesmo.

### **As implicações da pandemia da COVID-19 na voz do professor**

Com o início da pandemia em 2020, os ambientes escolares e educacionais se modificaram. Os altos níveis de ruído já não provinham mais do grande número de estudantes, e até mesmo o pó de giz deixou de ser a principal partícula irritante aos narizes e gargantas. Desde então, os ruídos advém do barulho no entorno da residência dos professores, sejam esses vindos das ruas, da reforma nas casas dos vizinhos, ou mesmo dentro da própria casa, com a família seguindo suas atividades diárias. Prosseguindo, então, 2021, com a educação ainda de modo remoto ou híbrido, desde o período infantil até o ensino superior, os desafios para a saúde da voz do professor se mantiveram.

Embora as implicações trazidas pela pandemia da COVID-19 ainda não estejam bem definidas, é possível apontar alguns dos aspectos que aumentaram a demanda da voz e da organização do trabalho docente, valendo destacar os seguintes pontos: <sup>8</sup>

- sintomas vocais relacionados ao estresse psicológico em torno da transição para o ensino online;
- má postura e ausência de ergonomia na altura do computador;
- ambiente externo ruidoso;
- excesso de preparação e gravação de aulas;
- insegurança em não ver os alunos;
- potencial de adoção de hábitos de vida pouco saudáveis; e
- aumento no consumo de diuréticos (caféina, chá-preto e refrigerantes), que são responsáveis pela desidratação das mucosas e causam a sensação de secura e vontade de tossir.

Deste modo, algumas orientações a fim de minimizar os efeitos negativos ainda vivenciados pelos professores são:

- reduzir os hábitos nocivos à saúde e à voz;
- fazer hidratação diária: beber bastante água, em pequenos goles ao longo do dia, especialmente antes de períodos de longo uso vocal, para que o corpo se hidrate e, consequentemente, as pregas vocais também;
- incluir frutas e vegetais na dieta;
- preferir engolir ou beber água em vez de tossir ou pigarrear;
- procurar ambientes mais propícios ao trabalho;
- fazer exercícios de aquecimento vocal, orientados por um fonoaudiólogo, antes do uso da voz;
- procurar ter períodos de repouso vocal após o uso excessivo; e

- avaliar se o uso de microfone o ajuda ou atrapalha durante as aulas.

Tendo em vista o retorno às aulas presenciais, é importante considerarmos as orientações dos órgãos superiores de saúde, que mesmo após o fim das restrições ligadas à COVID-19, ainda são úteis para aprimorar a ação dentro da escola por parte dos docentes, discentes e demais colaboradores das instituições.

Objetivando diminuir essas dificuldades, algumas das recomendações aos professores são:<sup>9</sup>

- falar devagar, articuladamente e com pausas regulares;
- utilizar recursos de apoio visual e imagens nas atividades;
- reduzir o ruído do ambiente e chamar para si a atenção do aluno antes de falar;
- considerar a utilização de um microfone portátil (que seja higienizado corretamente e de uso individual);
- pedir aos alunos que repitam as instruções recebidas, certificando-se de que realmente compreenderam;
- repetir as instruções ou reformular o discurso, caso não compreendam o que está sendo pedido;
- não falar alto, não dar demasiada ênfase, ou exagerar nas palavras;
- não falar enquanto caminha, priorizando o contato visual.

Além disso, alguns alunos podem necessitar

de maior acessibilidade, sendo, portanto, esse período de aulas com uso de máscara e distanciamento social mais difícil para eles do que para os demais, devido às barreiras comunicativas. Dessa forma, há ainda algumas estratégias <sup>10</sup> que podem beneficiar, não apenas estes alunos, mas a todos, como:

- utilizar slides e formas visuais nas aulas;
- usar frases curtas e palavras-chave em negrito;
- ao falar, deixar a voz o mais clara possível, articulando bem as palavras, fazendo pausas regulares;
- tentar remover todo o ruído de fundo, lembrar os alunos no início da aula para que colaborem ao longo da aula; quando um aluno fizer uma pergunta, primeiro repeti-la e, então, depois respondê-la para garantir que todos ouviram e compreenderam;
- gravar as aulas e disponibilizá-las online para que os alunos possam vê-la novamente, ou ainda, há a opção de regravar a aula ou um resumo da mesma e disponibilizá-la, deixando o rosto claro e visível no vídeo;
- Peça um feedback dos alunos, utilizando um meio anônimo para isso, de modo que eles fiquem à vontade e não sintam vergonha em dar sugestões, como por exemplo, por meio de um instrumento online sem necessidade de identificação do aluno.

Os professores são como atletas que passam o bastão do conhecimento por meio da voz. Portanto, precisam cuidar bem da saúde e jamais esquecer da sua principal ferramenta de trabalho, que merece toda a atenção.

# Referências bibliográficas

1. Lima-Silva MFB, Penha PBC, Chieppe DC. Voz do Professor. In: Siqueira MCC, Ferreira LP, Brasolotto AG, Santos RS. Fonoaudiólogo: o que fazer com a voz do professor? [Internet]. 2021, [citado 21 maio 2021]. Disponível em: [https://www.sbfa.org.br/portal2017/themes/2017/departamentos/artigos/materiais\\_37.pdf](https://www.sbfa.org.br/portal2017/themes/2017/departamentos/artigos/materiais_37.pdf)
2. Unesco. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais [Internet]. Brasília: CORDE, 1994 [citado 20 Maio 2021]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> .
3. Brasil. Portaria n° 2.309, de 28 de agosto de 2020 . Brasília, 2020m[citado 17 maio 2021]. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.309-de-28-de-agosto-de-2020-275240601#wrapper> >
4. Brasil. Projeto de lei 743/19 [citado 23 Maio 2021]. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1710362&filename=PL%20743/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1710362&filename=PL%20743/2019)
5. Medeiros AM de, Vieira M de T. Ausência ao trabalho por distúrbio vocal de professores da Educação Básica no Brasil. Cad Saúde Pública. 2019;35(suppl 1):e00171717 [citado 21 maio 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00171717>
6. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho (DVRT). Brasília, 2018 [citado 18 de maio de 2021]. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/protocolo-disturbio-voz-relacionado-trabalho-dvrt>
7. Santana ER, Araujo, TM de; Masson, MLV. Self-perception of surface hydration effect on teachers' voice quality: an intervention study. Rev. CEFAC , São Paulo, 20(6), 761-769, 2018 [citado 18 maio 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-021620182068418>

8. Nemr K, Simões-Zenari M, Almeida VC, Martins GA, Saito IT. COVID-19 and the teacher's voice: self-perception and contributions of speech therapy to voice and communication during the pandemic. *Clinics* (Sao Paulo). 2021; 76: e2641 [citado 04 maio 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.6061/clinics/2021/e2641>

9. Nobrega M, Opice R, Lauletta MM, Nobrega CA. How face masks can affect school performance. *Int J Pediatr Otorhinolaryngol*. 2020 <https://www.nature.com/articles/d41586-020-02823-2.pdf>.

10. Pourret O, Sallet E. Wear your mask, but think about deaf students. *Nature*. 2020; 586(7830):629-630. doi: 10.1038/d41586-020-02823-2 [citado 18 maio 2021]. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-020-02823-2>

13. Masini MLH, Santos JGR. Fonoaudiologia na escola: a abordagem dialógica como estratégia desmedicalizante. *Rev. Ibe. Est. Ed.* [Internet]. 1º de dezembro de 2020 [citado 2 de fevereiro de 2023];15(esp5):3020-37. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14572>

14. Seno MP, Capellini SA. Nível de informação dos professores da educação especial sobre a Fonoaudiologia Educacional. *Rev. Psicopedagogia* [Internet], 2019;36(111):293-304 [citado 22 junho 2021]. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/610/nivel-de-informacao-dos-professores-da-educacao-especial-sobre-a-fonoaudiologia-educacional>

15. Unesco. Manual para Garantir Inclusão e Equidade na Educação [Internet]. Brasília, 2019. 47 p. [citado 17 Maio 2021]. Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/2019-Manual-para-garantir-a-inclusao-e-equidade-na-educacao.pdf>

16. Brasil. Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa). Resolução nº 387, de 18 de setembro de 2010. "Dispõe sobre as atribuições e competências do profissional especialista em Fonoaudiologia Educacional reconhecido pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, alterar a redação do artigo 1º da Resolução CFFa nº 382/2010, e dá outras providências". Brasília: CFFa; 2010 [citado 20 de Maio de 2021]. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_387\\_10.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_387_10.htm).

17. Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Contribuições do Fonoaudiólogo Educacional para seu município e sua escola [Internet]. Brasília: CFFa, 2015 [citado 13 de maio de 2021]. Disponível em: [http://www.crefono7.org.br/\\_files/pasta/2/5ade3de10c874.pdf](http://www.crefono7.org.br/_files/pasta/2/5ade3de10c874.pdf).

# AUDIÇÃO E APRENDIZAGEM

## Funcionamento do Sistema Auditivo

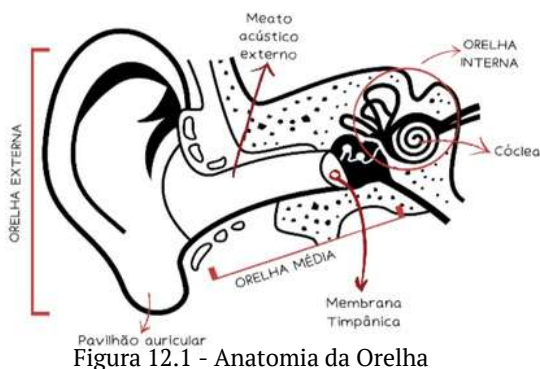


Figura 12.1 - Anatomia da Orelha

Para facilitar o entendimento do funcionamento da orelha, podemos dividi-la em três partes, sendo elas: orelha externa (OE), média (OM) e interna (OI). A orelha externa é composta por cartilagem coberta de pele, formando o pavilhão auricular, que capta os sons, ajuda a localizar de onde eles vêm e ainda protege a OM e OI com os pelos e o cerume (cera). Ainda na parte externa, existe o meato acústico externo, um conduto ósseo que conduz o som captado pelo pavilhão, até a membrana timpânica.<sup>1</sup>

Os sons são ondas mecânicas que se propagam através da vibração das moléculas no ar. Quando o pavilhão auricular capta o som e ele é conduzido pelo meato, ainda é apenas vibração. Ao passar pela membrana timpânica, a vibração do som faz com que ela vibre também, deslocando-se para dentro e para fora da orelha média. Ligado à membrana, há

### AUTORES

Agnes Segura  
Santos

Geraldo  
Mesquita de  
Godoy

Luara Vitória  
Durans dos  
Santos

Sofia Akemi  
Queiroz Sato

cadeia ossicular, composta pelos três menores ossos do corpo humano: o martelo, que se liga fixamente à bigorna, que se liga de maneira flexível ao estribo (figura 12.2). A vibração que passa pela membrana, é transmitida para os ossículos, que vibram sequencialmente.

Logo após os ossículos, encontra-se a cóclea, órgão da Orelha Interna. Em formato espiral, como a concha de um caracol, sua função é amplificar o som, reconhecer as diferentes frequências sonoras e transformar a energia sonora em impulso elétrico, que será conduzido pelo nervo coclear até o cérebro, onde o som será interpretado.

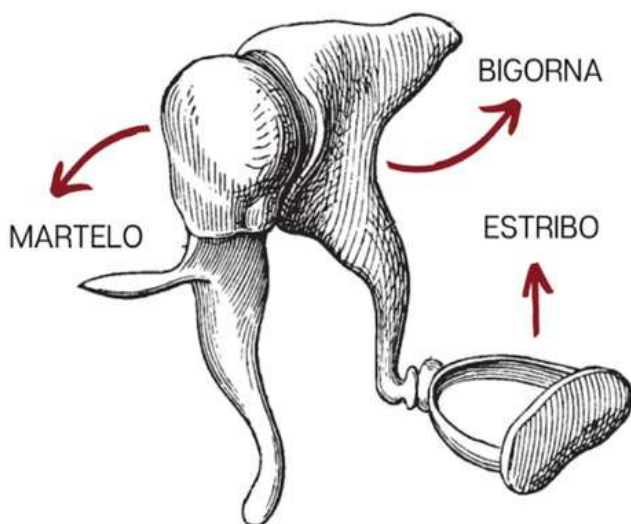


Figura 12.2 - Cadeia Ossicular: Martelo, Bigorna e Estribo

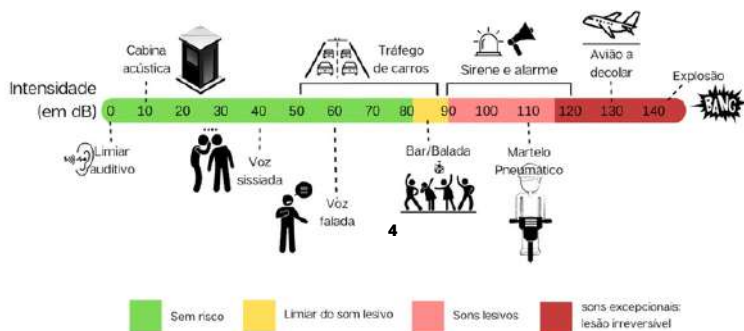
## **Perdas Auditivas e Aprendizagem**

A audição exerce grande importância na vida de qualquer indivíduo, sendo essencial para a comunicação humana. É um sentido que está diretamente relacionado à capacidade de ouvir, compreender e transmitir as informações adquiridas. Para que seja possível compreender os significados das

informações recebidas pela audição, é preciso que haja integridade das vias auditivas, de modo que a localização, reconhecimento, discriminação e memorização dos sons permitam a aprendizagem de forma efetiva.<sup>2,3</sup>

Os sons audíveis pela orelha humana são classificados como graves (baixa frequência), médios e agudos (alta frequência) Também uma faixa de audibilidade (mínima intensidade sonora audível) e outra faixa de dor (máxima intensidade suportável para a audição), que pode gerar uma sensação de desconforto.<sup>4</sup> Segundo Ornelas (2019),<sup>5</sup> os humanos são capazes de detectar sons de 0 dB a 120-130 dB. Dependendo do tempo de exposição, sons acima de 90 dB danificam a orelha interna e sons acima de 120 dB podem levar a danos auditivos irreversíveis.

A perda auditiva gera impacto direto na comunicação, na linguagem e na aprendizagem.<sup>6</sup> É resultado de lesões no sistema auditivo e pode ser de origem congênita ou adquirida, sendo classificada quanto ao tipo (condutiva, neurossensorial e mista), grau/intensidade (leve, moderada, severa, profunda) e lateralidade (unilateral ou bilateral). A deficiência auditiva, reflexo da perda auditiva, corresponde a alterações na percepção dos sons, acarretando prejuízos na habilidade de ouvir por qualquer alteração que fuja da normalidade no processo de audição, independente da causa, tipo ou intensidade.<sup>7</sup>



A perda auditiva condutiva resulta da dificuldade da propagação do som do meato acústico externo para a cóclea, envolvendo estruturas da orelha externa e média. Suas principais causas são: presença de corpos estranhos no meato acústico externo (MAE), rolhas de cera, acúmulo de secreção, traumas e ferimentos no pavilhão auditivo e MAE, estreitamento e anomalias de orelha média, além dos processos inflamatórios como as otites externas e médias. Na maioria dos casos, esse tipo de perda auditiva pode ser reversível após tratamento.<sup>7</sup>

Os primeiros anos de vida são críticos para o desenvolvimento da linguagem. As inflamações por otite média em geral são transitórias, porém a flutuação na audição resultante de otites impacta diretamente no desenvolvimento da linguagem, devido à inconsistência da entrada auditiva. Dessa forma, são tidas como uma das principais causas para deficiência auditiva na infância. O tratamento adequado das otites médias nos primeiros anos de vida é fundamental, já que corresponde ao período crítico de desenvolvimento auditivo e da linguagem.<sup>8</sup>

A perda auditiva também pode ser classificada como neurossensorial, quando as alterações acometem a orelha interna. Geralmente é permanente e irreversível. Pode ser de

causa congênita e genética (ao nascer), como consequência de citomegalovírus, herpes, toxoplasmose, sífilis, rubéola; ou adquirida, associada a fatores peri e pós-natais, como prematuridade, baixo peso ao nascer, meningite, doenças autoimunes, caxumba, sarampo e ototoxicidade.<sup>9,5</sup>

A perda auditiva mista ocorre quando há associação da perda condutiva e neurossensorial. Nesse caso, a alteração auditiva afeta simultaneamente a orelha externa e/ou média e interna.<sup>9</sup> Vale considerar que as perdas auditivas têm etiologia variável, dependendo de fatores genéticos, ambientais ou de ambos.<sup>6</sup>

A perda auditiva ainda pode ser classificada como unilateral, quando se apresenta em apenas uma orelha e bilateral quando acomete ambas as orelhas. A deficiência auditiva, mesmo que unilateral, pode provocar dificuldades acadêmicas, alterações de linguagem e dificuldades emocionais, assim como dificuldades de localização, fechamento, resolução e ordenação temporal.<sup>9,10</sup>

A tabela abaixo engloba informações quanto ao grau da perda auditiva, relacionado com a habilidade de ouvir a fala e sua relação com o desenvolvimento infantil.<sup>11</sup>

| Graus de perda auditiva | Média entre as frequências de 500, 1K, 2k, 4kHz | Desempenho                                                                  |
|-------------------------|-------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
|                         | Adulto                                          |                                                                             |
| Audição normal          | 0 – 25 dB                                       | Nenhuma ou pequena dificuldade; capaz de ouvir cochichos                    |
| Leve                    | 26 – 40 dB                                      | Capaz de ouvir e repetir palavras em volume normal a um metro de distância  |
| Moderado                | 41 – 60 dB                                      | Capaz de ouvir e repetir palavras em volume elevado a um metro de distância |
| Severo                  | 61 – 80 dB                                      | Capaz de ouvir palavras em voz gritada próximo à melhor orelha              |
| Profundo                | >81 dB                                          | Incapaz de ouvir e entender mesmo em voz gritada na melhor orelha           |

**Figura 5** - Classificação do grau da perda auditiva segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014)

**Fonte:** Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia, 2017.

Alterações no sistema auditivo, principalmente na infância, geram consequências em diversos âmbitos da vida de qualquer indivíduo. A privação sensorial auditiva nessa fase altera a qualidade da relação que o indivíduo estabelece com o meio e reflete-se em sérias implicações para o desenvolvimento, não comprometendo somente a comunicação, mas também seu desempenho acadêmico, cujas alterações se estendem à atenção, cognição e memória ligadas ao Processamento Auditivo Central.<sup>12,2</sup>

Como citado acima, não há dúvidas de que a audição desempenha um papel fundamental na comunicação, além de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem. Os primeiros anos de vida da criança são cruciais para o desenvolvimento normal da audição e da linguagem, devido ao pico de maior plasticidade neuronal e maturação do Sistema Nervoso Auditivo Central.<sup>13</sup>

É através do feedback auditivo que se constituem os conceitos básicos necessários para a construção da linguagem receptiva e expressiva, acompanhadas de informações sensoriais e psicoafetivas.<sup>14</sup>

De acordo com a American Speech Language Hearing Association,<sup>15</sup> ouvir sons e palavras ajuda as crianças no processo de fala e compreensão de linguagem. Crianças com deficiência auditiva correm risco de atrasos no desenvolvimento, podem ter problemas de fala, leitura e escrita, habilidades sociais e baixo desempenho escolar. As dificuldades na comunicação também podem levar ao isolamento social e baixa autoestima. Essas crianças tendem a apresentar um lento desenvolvimento de vocabulário, dificuldade em entender palavras com vários significados, dificuldade em entender e escrever frases complexas. Geralmente entendem e criam frases curtas e simples, muitas vezes não ouvem as terminações de palavras ou a própria voz quando falam, têm dificuldade em todas as áreas de desempenho acadêmico, especialmente em leitura e habilidades matemáticas. Além disso, relatam que constantemente se sentem sozinhas e infelizes na escola.

A OMS, em seu primeiro Relatório Mundial sobre Audição (2021), estima que 2,5 milhões de pessoas em todo o mundo (uma a cada quatro pessoas) viverão com algum grau de perda auditiva até 2050. O relatório também

informa que este quadro pode ser evitado com investimentos em prevenção e tratamento de doenças ligadas à deficiência auditiva. Há aproximadamente 34 milhões de crianças no mundo que vivem com dificuldades auditivas, sendo que quase 60% dessas dificuldades poderiam ser evitadas.<sup>16,2</sup>

Quanto mais cedo for detectada a perda auditiva e iniciada a intervenção, menor será o impacto da deficiência auditiva na vida das crianças. É importante que ao nascer, seja feita a Triagem Auditiva Neonatal (teste da orelhinha), que possibilita a identificação da deficiência auditiva em neonatos e lactentes, visando o diagnóstico e a reabilitação precoce.<sup>17</sup>

Uma vez identificadas alterações no Teste da Orelhinha, a criança deve ser encaminhada para a confirmação diagnóstica em um serviço de saúde auditiva. Caso confirmada a perda auditiva, a criança precisa começar tratamento especializado imediatamente ou, até os três meses de vida, uma vez que é o momento de maior neuroplasticidade em seu desenvolvimento.<sup>17</sup>

### **AASI e Sistema FM: relação com a aprendizagem.**

O critério de indicação do AASI para crianças é possuir idade de até 15 anos incompletos, perda auditiva neurossensorial bilateral e permanente. Essa indicação também pode ser feita em casos de problemas auditivos temporários, tais como crianças com quadros

de otite média crônica serosa, na faixa etária dos 6 meses aos 6 anos.<sup>19</sup> Em termos do grau da deficiência auditiva para a indicação de um aparelho auditivo, cada modelo oferece diferentes tecnologias para favorecer a audibilidade em pacientes com variados graus de perda auditiva.<sup>20</sup>

O AASI (Aparelho de Amplificação Sonora Individual) é um recurso para a reabilitação do deficiente auditivo, que tem como função captar os sons, amplificá-los e conduzi-los à orelha.<sup>21</sup>

As crianças devem usar ao máximo o aparelho de amplificação, alcançando desempenho de desenvolvimento semelhante ao de seus pares ouvintes. Esse é o resultado esperado, quando o AASI é utilizado de maneira correta, acompanhado de terapia fonoaudiológica e orientação à família e à escola.<sup>21</sup>

A resolução CFFa nº 591,<sup>22</sup> refere que o fonoaudiólogo é o profissional habilitado a realizar os procedimentos de seleção, indicação, adaptação, orientação, aconselhamento e acompanhamento do usuário de AASI. Outro recurso que pode facilitar a inclusão de pessoas com problemas auditivos é o sistema FM, sendo o meio mais efetivo para melhorar a captação do sinal da fala em sala de aula e eliminar os efeitos da distância, ruído e reverberação.<sup>23</sup>

O acesso ao Sistema FM à criança ou jovem

com deficiência auditiva deve seguir os seguintes critérios: possuir deficiência auditiva neurossensorial de grau leve, moderado, severo ou profundo, utilizar o AASI, possuir domínio da linguagem oral ou em fase de desenvolvimento, estar matriculado no Ensino Fundamental I ou II ou Ensino Médio e apresentar bom desempenho em avaliação de habilidades de reconhecimento de fala no silêncio.<sup>19</sup>

O ambiente escolar para estudantes com deficiência auditiva, que fazem uso do AASI, deveria ser silencioso, ajudando na sua comunicação, desenvolvimento acadêmico e social. Entretanto, geralmente as escolas não possuem estruturas físicas que reduzem o barulho externo e interno, não permitindo que o aluno tenha acesso a informação de maneira efetiva o tempo todo, o que interfere na sua compreensão.<sup>24</sup>

O sistema FM junto ao AASI melhora a compreensão do estudante em ambientes ruidosos, diminui a distância entre o professor e o aluno, permite uma melhor relação entre a intensidade (volume) da voz do professor e a intensidade (volume) do ruído presente na sala de aula.<sup>24</sup>

O Implante Coclear (IC) aparece como outro recurso efetivo para o desenvolvimento de habilidades comunicativas de crianças surdas. Esse dispositivo ajuda a alcançar níveis de competência linguística e acadêmica

semelhantes a de seus pares com audição normal

O IC é constituído por um componente externo, situado atrás da orelha que capta, processa, codifica a energia sonora e a envia ao receptor interno, implantado cirurgicamente sob a pele no osso da mastoide, que possui um feixe de eletrodos inserido na cóclea para estimular as fibras do nervo auditivo, propagando impulsos neurais para a área auditiva do córtex cerebral,<sup>25</sup> sendo indicado para crianças e adolescentes com deficiência auditiva neurosensorial severa ou profunda bilateral, sem benefício do uso de AASI.<sup>26</sup>

### **Conceito de PAC e sua relação com a aprendizagem escolar.**

Processamento Auditivo Central (PAC) refere-se ao conjunto de habilidades específicas das quais o indivíduo depende para compreender o que ouve. Essa função ajuda no desenvolvimento da linguagem, das habilidades acadêmicas e também do processo de comunicação. A avaliação do PAC deve ser realizada por um fonoaudiólogo, utilizando testes com estímulos verbais e não verbais apropriados tanto à idade quanto ao nível intelectual do indivíduo. A avaliação deve ser feita em local apropriado, com equipamento calibrado e condição acústica adequada.<sup>27</sup> 20

O transtorno do processamento auditivo

central (TPAC) ocorre quando há dificuldades em uma ou mais habilidades auditivas que são necessárias para o processamento de informações sonoras. Esse quadro pode gerar uma série de problemas, que prejudicam o indivíduo ao atender, discriminar, reconhecer, recordar ou compreender informações apresentadas auditivamente, ocasionando dificuldades na compreensão das informações, alterações no comportamento e dificuldades acadêmicas.<sup>28</sup>

É importante demonstrar que existe diferença entre TPAC e perda auditiva. A perda auditiva é causada por problemas na orelha externa e média ou por células ou fibras danificadas na orelha interna, enquanto o TPAC é um prejuízo na interpretação das informações auditivas que chegam no cérebro. Os sinais e sintomas do TPAC podem ser heterogêneos e similares<sup>21</sup> a manifestações de outros transtornos da linguagem, da aprendizagem e do desenvolvimento.<sup>22</sup>

Por ser um déficit auditivo, indivíduos com TPAC manifestam sinais de dificuldades na localização sonora, piora do desempenho em locais com sinal acústico degradado ou com competição, aumento do tempo para responder aos sons, dificuldade para discriminar, comparar ou aprender novos sons, solicitação frequente de repetição, dificuldade em entender e, por consequência, seguir regras e ordens e dificuldade nos mecanismos de atenção auditiva.

## Sugestões de medidas a serem tomadas na escola.<sup>29</sup>

|                                                                                                       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Priorizar a melhor localização na sala de aula</b>                                                 |
| <b>Salas com materiais de absorção acústica</b>                                                       |
| <b>Sentar o aluno longe de paredes, portas e janelas.</b>                                             |
| <b>Diminuir o nível de ruído dentro da sala de aula.</b>                                              |
| <b>As áreas de estudo e leitura devem ser silenciosas, livres de distrações auditivas e visuais.</b>  |
| <b>Acessar o conteúdo das aulas com antecedência, programando pequenos intervalos entre as aulas.</b> |

Mesmo com o apoio de outros profissionais, a intervenção no Transtorno do Processamento Auditivo Central é realizada pelo fonoaudiólogo após o diagnóstico.<sup>30</sup>

### Orientações para a família e a escola

Considerando as informações abordadas nos tópicos anteriores, é fundamental que as pessoas que convivem com a criança que tem TPAC ou perda auditiva saibam como criar um ambiente mais adequado e benéfico para a sua aprendizagem e bem estar.

O fonoaudiólogo educacional pode ajudar na identificação de possíveis alterações auditivas, minimizando impactos negativos desde as primeiras fases da escolarização. Em diversos casos, os problemas auditivos podem passar despercebidos pelos pais e professores, principalmente quando as perdas auditivas são de grau leve a moderado.<sup>30</sup>

O conhecimento acerca do Transtorno do Processamento Auditivo Central e sua associação com o Transtorno Específico da Aprendizagem é importante para o professor, pois é ele que observa o rendimento nas avaliações e o comportamento do aluno, analisa as dúvidas e cria estratégias de aprendizado. Isso pode ser obtido através de formação continuada ou de palestras e oficinas de orientação acerca desses assuntos, planejadas pelo fonoaudiólogo educacional.<sup>28</sup>

Dentro desse transtorno, as principais habilidades auditivas que normalmente aparecem alteradas nos estudantes e que merecem atenção são a figura-fundo e os aspectos temporais. Em geral, são observadas naqueles alunos que têm maior dificuldade de entender a fala quando há barulho competitivo em sala ou apresentam dificuldade na percepção da tonicidade da sílaba, e inversão dos acentos”.<sup>28</sup>

Segundo Garcia (2022),<sup>31</sup> a ativação do sistema auditivo e dos sistemas associados podem ser beneficiados pelo Treinamento Auditivo, que envolve mudanças neuronais ligadas à Neuroplasticidade.

As condutas válidas adotadas pelos professores são o atendimento individualizado do aluno com alterações auditivas, usando um material estruturado ao ensinar a criança. Essas estratégias oferecem

um melhor entendimento da fala do professor e das atividades propostas por ele, recorrendo à língua de sinais e estratégias visuais que favoreçam a aprendizagem incluindo recursos corporais, visuais, sonoros e digitais.<sup>32</sup>

As condições acústicas da sala de aula também são necessárias para a inclusão dos deficientes auditivos que utilizam implante coclear ou aparelho auditivo (AASI). A escola deve verificar se os níveis de ruídos estão de acordo com a Norma Brasileira, para que não haja nenhum tipo de interferência na comunicação e na aprendizagem.<sup>34</sup>

| <b>RECOMENDAÇÕES<sup>34</sup></b>                                                                                                                            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Salas acusticamente adequadas</b>                                                                                                                         |
| <b>Materiais que absorvam ruído (cortinas, carpetes, piso de borracha, revestimento de parede, cortinas com feltro, revestimento nos pés das carteiras).</b> |
| <b>Inserir os estudantes com deficiência auditiva em salas mais distantes dos locais onde ocorrem os intervalos do lanche</b>                                |

De acordo com Ulhôa, Maroja e Santos (2020),<sup>35</sup> as informações fornecidas pelo professor devem ser recebidas de forma clara pelo aluno. Dessa forma, o ambiente precisa ser adaptado quanto à qualidade dos sons e ao isolamento acústico, que por sua vez favorecem a clareza na transmissão das informações para que haja a adequada compreensão do conteúdo.

Também é útil o conhecimento do professor acerca de como utilizar e manusear adequadamente o transmissor/microfone e o receptor do sistema FM, promovendo uma melhor adaptação

e o uso efetivo desse aparelho pelo aluno.<sup>37</sup>

Além disso, o ambiente familiar pode favorecer o aprendizado, com recursos que fomentem interações com pessoas e objetos, atividades que indicam relações confiáveis e estáveis entre a família, e práticas parentais que viabilizam a relação família-escola, no qual os responsáveis estão dispostos a acompanhar mais de perto a vida escolar e o desempenho da criança, obtendo conhecimento de suas dificuldades e dando suporte. A criança precisa ter uma rotina regular, uma grande exposição a situações lúdicas, estímulos de qualidade, e compartilhar momentos do seu tempo livre com seus pais/cuidadores, que podem propiciar variadas atividades culturais e educacionais enriquecedoras, contribuindo para o seu desempenho escolar e auditivo.<sup>36</sup>

Aos alunos com perda auditivas, a aceitação da deficiência auditiva, a motivação e o apoio emocional transmitidos pela família, como também pela instituição escolar, podem significar uma melhor performance na escola, na comunicação, na intervenção e na adaptação do aparelho auditivo.<sup>37</sup>

Por fim, é importante salientar a observação pela escola e família, da exposição a sons de alta intensidade e o uso de fones de ouvido, que tem se tornado bastante comum entre os jovens, para prevenir a possibilidade de lesões auditivas permanentes e irreversíveis,

principalmente em adolescentes.<sup>38</sup> Também devem ser alertados a respeito de outros componentes prejudiciais, como o ruído de lazer em alta intensidade, e o consumo de bebidas alcoólicas e tabaco, que podem ter efeito ototóxico sobre a audição, afetando a cóclea e lesionando suas células.

Abaixo se encontram algumas sugestões de atividades que podem trabalhar as habilidades auditivas.<sup>39</sup>

|                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Telefone sem fio</b> | <b>Com um grupo de pessoas, forme uma roda ou uma fila. A primeira pessoa irá pensar em uma palavra ou frase e irá sussurrar-lá na orelha da próxima pessoa, que vai passar a informação para o próximo participante até chegar ao último da fila, que irá dizer em voz alta, a informação que chegou para ele.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Morto-vivo</b>       | <b>Um dos participantes irá dar os comandos “morto” e “vivo” aos demais, que terão que seguir. Ao ouvir “morto”, os participantes devem agachar, e ao ouvir “vivo”, eles devem se levantar.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>Mestre mandou</b>    | <b>Um dos participantes irá dar os comandos aos demais, falando a seguinte frase: “o chefe mandou vocês ...” e completar com alguma ação simples, como tocar os joelhos, pular de uma perna só ou imitar um animal</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>Vampiro-vampirão</b> | <b>Um dos participantes será o vampiro, que deverá dar os comandos e “pegar” os demais. Distante dos outros indivíduos, o vampiro deve se posicionar de costas sem olhar para os outros, e os participantes irão gritar: “Vampiro, vampirão! Que horas são!”, e o vampiro irá falar um horário de 1 até 23 horas, e os demais vão ter que dar tantos passos de acordo com o comando. Quando o pegador gritar meia-noite, ele irá se virar e correr atrás das outras pessoas, tentando pegá-las para também virarem “vampiros”, mas caso alguém consiga passar na mesma linha em que o vampiro se encontra, essa pessoa é o vencedor.</b> |

|                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Marco-Polo</b>          | Um dos participantes estará vendado ou de olhos fechados e tem que tentar pegar os outros participantes. Quando ele gritar “marco” os demais devem gritar “polo”, revelando suas localizações.                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Brinquedo “Bop it”</b>  | É um brinquedo da marca “Hasbro” (há outros similares no mercado), que emite comandos de voz e você deve segui-los. Ex.: ele irá falar “aperte!”, e você terá que apertar o botão que se encontra no meio.                                                                                                                                                                                        |
| <b>Memória Auditiva</b>    | É um jogo de memória modificado. Em alguns potinhos, que não sejam transparentes e que tenham tampa, você pode colocar diferentes conteúdos (em pares), como feijão, arroz, farinha e miçangas, e pedir para a criança chacoalhar os potinhos para identificar quais tem o mesmo som.                                                                                                             |
| <b>Afinando o cérebro</b>  | Plataforma online com mais de 130 atividades que podem estimular a audição e a linguagem.<br><a href="https://www.afinandocerebro.com.br/">https://www.afinandocerebro.com.br/</a>                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Memória e repetição</b> | Jogar com 2 pessoas ou mais. Uma delas vai começar falando, “fui na feira e comprei..”, e completar com qualquer item que pertença a esse contexto (ex.: maçã). A próxima pessoa irá falar a frase novamente, repetir o que o jogador anterior disse e adicionar um novo item (ex.: fui na feira e comprei uma maçã e uma cadeira). Ganha o jogador que conseguir lembrar todos os itens falados. |

# Referências bibliográficas

1. Alexandre BF. Prevalência dos indicadores de risco para deficiência auditiva: Revisão de Literatura [TCC], 2020 [citado 07 setembro 2022]. Disponível em: [https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/14615/ccv\\_fonoaudiologia\\_tcc\\_alexandre.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/14615/ccv_fonoaudiologia_tcc_alexandre.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
2. Farias TRF de et al. Programa Saúde Auditiva do Escolar: uma integração entre pesquisa e extensão, 12(2), 135-146, 2021 [citado 02 junho 2022]. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/11736>.
3. Londero DEL, Pereira TS, Nazario GC. Fonoaudiologia e Atenção ao Escolar: contribuições ao Programa Saúde na Escola, 2019 [citado 24 maio 2023]. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/607/2020/05/Cartilha-Fonoaudiologia.pdf>
4. Lima BT. Caracterização do ruído ambiental causado por instrumentos de percussão. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, 2020 [citado 15 julho 2022]. Disponível em: [http://www.peu.uem.br/Bruna\\_Tamara\\_de\\_Lima.pdf](http://www.peu.uem.br/Bruna_Tamara_de_Lima.pdf)
5. Ornelas MF. O ambiente acústico da escola e a perda auditiva no percurso acadêmico - Uma reflexão. Trabalho Final do Curso de Mestrado Integrado em Medicina, Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa, 2020 [citado 02 junho 2021]. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/47227>
6. Barbosa HJC et al. Perfil clínico epidemiológico de pacientes com perda auditiva. Journal of Health and Biological Sciences. v. 6, n. 4. 2018. [citado 02 junho 2021]. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/1783>
7. Revista Educar FCE. Educação Infantil e Práticas Pedagógicas. O lúcido na Educação Infantil como forma de Desenvolvimento, 18(1), 2019 [citado 13 maio 2021]. Disponível em: <https://www.fce.edu.br/pdf/ED18-FINAL-03.pdf>
8. Williams EMO, Denucci MAM, Rodrigues IALC, Barreto PHRCs. Linguagem: Primeira Infância x implicações da Otite Média. Brazilian Journal of Development, 7(9), 2021 [citado 25 janeiro 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n9-416>

9. Silva IMC. Tipos de perda auditiva. In: UNA-SUS/UFMA. Curso Comunicação efetiva com a pessoa com deficiência auditiva e surda na Atenção Primária à Saúde. Comunicação, perda auditiva e atenção à saúde da pessoa com deficiência auditiva e surda: uma inter-relação necessária. São Luís: UNA-SUS/UFMA, 2020 [citado 15 junho 2021]. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/27213/1/Tipos%20de%20perda%20auditiva.pdf>.
10. Rodrigues FL. Habilidades auditivas em indivíduos com entrada auditiva monoaural: aspectos temporais do processamento auditivo e reconhecimento de fala. Tese (doutorado). Programa de Otorrinolaringologia. São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; 2019 [citado 02 junho 2021]. Disponível em: <https://digital.bibliotecaorl.org.br/handle/forl/202>.
11. Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Guia de Orientações na Avaliação Audiológica Básica, 2017 [citado 28 maio 2021]. Disponível em: <http://fonoaudiologia.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Manual-de-Audiologia-1.pdf>
12. Bruckman M, Didoné, DD, Garcia MV. Privação Sensorial Auditiva e sua relação com os Potenciais Evocados Auditivos de Longa Latência, 2018 [citado 05 junho 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2724.2018v30i1p43-51>.
13. Bicas RCS. Potencial Cortical Auditivo de Crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, 2019 [DISSERTAÇÃO DE MESTRADO], 2019 [citado 24 setembro 2022]. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Fonoaudiologia/Dissertacoes/bicas\\_rcs\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Fonoaudiologia/Dissertacoes/bicas_rcs_me_mar.pdf)
14. Homem KL. Importância do diagnóstico no tratamento do Transtorno Específico do Espectro do Autismo (TEA), Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem (TDL) e Apraxia de Fala na Infância (AFI), 2021 [citado 15 outubro 2022]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/36342>
15. American Speech-Language-Hearing Association (ASHA). Effects of hearing loss on development. Audiology Information Series, 2015 [citado 12 junho 2021]. Disponível em: <https://www.asha.org/siteassets/uploadedFiles/AIS-Hearing-Loss-Development-Effects.pdf>

16. OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. OMS estima que 1 em cada 4 pessoas terão problemas auditivos até 2050. Brasília (DF); 2021 [citado 02 junho 2021]. Disponível em: [https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2021-oms-estima-que-1-em-cada-4-pessoas-terao-problemas-auditivos-ate-2050#:~:text=Genebra%2C%202%20de%20mar%C3%A7o%20de,ter%C3%A7a%20feira%20\(2\)](https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2021-oms-estima-que-1-em-cada-4-pessoas-terao-problemas-auditivos-ate-2050#:~:text=Genebra%2C%202%20de%20mar%C3%A7o%20de,ter%C3%A7a%20feira%20(2))

17. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Triagem Auditiva Neonatal Universal: implantação com ética, técnica e responsabilidade, 2019 [citado 25 abril 2021] . Disponível em: <http://fonoaudiologia.org.br/wp-content/uploads/2019/09/folder-tanu-1.pdf>

18. Balen SA, Brazorotto JS. E-book Curso - Deficiência Auditiva e o Uso do Sistema de FM na Escola. 2018. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - ebook Curso Deficiência Auditiva e o Uso do Sistema de FM na Escola) [citado 07 junho 2021]. Disponível em: <[https://www.audiologiabrasil.org.br/portal2018/pdf/aba-ebook-sistema\\_fm\\_amb\\_escolar.pdf](https://www.audiologiabrasil.org.br/portal2018/pdf/aba-ebook-sistema_fm_amb_escolar.pdf)>.

19. Santa Catarina. Secretaria de Estado de Saúde. Área técnica da pessoa com deficiência. Serviço de saúde auditiva. Diretrizes de atenção à saúde auditiva na rede de cuidados à saúde da pessoa com deficiência em Santa Catarina [citado 02 junho 2021]. Disponível em: <<https://www.saude.sc.gov.br/index.php/documentos/informacoes-gerais/redes-de-atencao-a-saude-2/manuais-e-publicacoes-2/13422-diretrizes-estaduais-saude-auditiva-1/file>>.

20. Santos VS. Perfil de pacientes usuários de AASI atendidos no serviço de Saúde Auditiva do Município de Lagarto (TCC), 2019 [citado 15 outubro 2022]. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14696/2/VANUZIA\\_SANTANA\\_SANTOS.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14696/2/VANUZIA_SANTANA_SANTOS.pdf).

21. Nielsen CB, Carneiro LA. Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI): características . In: Balen, Brazorotto. (Org.). Uso do Sistema de FM no Ambiente Escolar. Rio Grande do Norte: SEDIS UFRN, 2019, 159-165 [citado 02 junho 2021]. Disponível em: < [https://lais.huol.ufrn.br/wp-content/uploads/2020/03/sistemaFM\\_amb\\_escolar.pdf](https://lais.huol.ufrn.br/wp-content/uploads/2020/03/sistemaFM_amb_escolar.pdf) >.

22. Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa 591, 2020. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes\\_html/CFFa\\_N\\_591\\_20.htm](https://www.fonoaudiologia.org.br/resolucoes/resolucoes_html/CFFa_N_591_20.htm). Citado em 25 julho 2023.

23. Carvalho DS, Pedruzzi CM. Uso do sistema de frequência Modulada por escolares com perda auditiva. *Distúrb. comun* ; 31(1): 12-21, mar. 2019. ilus, tab. [citado 02 maio 2021]. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/35344/28045>

24. Martinez MAN, Trenche MCB. Tecnologia assistiva: recursos tecnológicos de acessibilidade auditiva. In: BALEN, BRAZOROTTO. (Org.). *Uso do Sistema de FM no Ambiente Escolar*. Rio Grande do Norte: SEDIS UFRN, 2019, 37-46. Disponível em: < [https://lais.huol.ufrn.br/wp-content/uploads/2020/03/sistemaFM\\_amb\\_escolar.pdf](https://lais.huol.ufrn.br/wp-content/uploads/2020/03/sistemaFM_amb_escolar.pdf) >. Acesso em: 01 jun. 2021.

25. Tavares FS. *Implante Coclear em Pacientes com Transtorno do Espectro Autista - Revisão Sistemática*. Dissertação (Mestrado), 2021 [citado 04 maio 2021]. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43145/1/2021\\_FI%C3%A1viadaSilvaTavares.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43145/1/2021_FI%C3%A1viadaSilvaTavares.pdf).

26. Lima LCA, Branco GMPC, Farias RRS. O implante coclear em crianças com surdez pré-lingual: revisão de literatura, 2021. *Research, Society and Development*, 10(16), e223101623852, 2021. ISSN 2525-3409 [citado 23 agosto 2022]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23852>

27. Conselho Federal de Fonoaudiologia. *Guia de Orientação. Avaliação e Intervenção no Processamento Auditivo Central*, 2020 [citado 16 novembro 2022]. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/CFFa\\_Guia\\_Orientacao\\_Avaliacao\\_Intervencao\\_PAC.pdf](https://www.fonoaudiologia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/CFFa_Guia_Orientacao_Avaliacao_Intervencao_PAC.pdf)

28. Reis TG, Dias RF, Boscolo CC. Conhecimento de professores sobre processamento auditivo central pré e pós-oficina fonoaudiológica. *Rev. Psicopedagogia* 2018;35(107):129-141; [citado 02 junho 2021]. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862018000200002&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862018000200002&lng=en&nrm=iso)>.

29. Pereira KH. *Transtorno do Processamento Auditivo Central, Orientando a Família e a Escola*. [Citado 02 junho 2021]. Disponível em: < <https://www.fcee.sc.gov.br/downloads/biblioteca-virtual/educacao-especial/cas/1074-transtorno-do-processamento-auditivo-central-orientando-a-familia-e-a-escola> >.

30. Figueiredo PS, Neves TBS, Queiroz KMP, Corrêa VOS, Capelli JCS. Programa Saúde na Escola: rastreamento de estudantes com alterações audiológicas matriculados em duas escolas municipais de Macaé. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Vértices (Campos dos Goytacazes); 22(3), 2020 [citado 06 Maio 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v22n32020p475-484>.

31. Garcia, ESM. Monitoramento do Treinamento Auditivo e da Funcionalidade em Criança com Transtorno do Processamento Auditivo Central, [Tese de Doutorado]. Programa de Graduação em Terapia Ocupacional, Linha Promoção de Desenvolvimento Humano nos Contextos da Vida Diária, da Universidade Federal de São Carlos, 2022 [citado 12 outubro 2022]. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/15782/TESE%20ELISA%20NDR%20S%20M%20GARCIA%20-%20OK.pdf?sequence=6&isAllowed=y>

32. Padilha MS, Ferreira APA, Sá-Silva JR, Lima MRS. Alfabetização e Letramento de Surdos: uma ênfase na Língua Brasileira de Sinais. Revista Teias do Conhecimento, 1(1), 2021 [citado 04 Maio 2021]. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/download/19616/209209215454/209209242784>.

33. ABNT. NBR 10.152/87. Níveis de ruído para conforto acústico [citado 05 setembro 2022]. Disponível em: <http://www2.uesb.br/biblioteca/wp-content/uploads/2022/03/ABNT-NBR10152-AC%C3%9ASTICA-N%C3%8DVEIS-DE-PRESS%C3%83O-SONORA-EM-AMBIENTES-INTERNOS-E-EDIFICA%C3%87%C3%95ES.pdf>

34. Secretaria de Inspeção do Trabalho, Secretaria de Trabalho, Ministério do Trabalho e Previdência. Cartilha de Segurança e Saúde nas Escolas, Edição 2022. Orientações para a Prevenção de Acidentes e Doenças de Profissionais e Estudantes dentro do Ambiente Escolar [citado 04 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/canpat-2/canpat-2023/cartilha-seg-saude-para-escolas.pdf/@@download/file>

# SUGESTÕES DE JOGOS E ATIVIDADES PARA A ESTIMULAÇÃO DE HABILIDADES COGNITIVO-LINGUÍSTICAS NOS DIFERENTES NÍVEIS DE ENSINO

## Teorias da Aprendizagem

Para estimular as habilidades cognitivo-linguísticas, é importante compreender por quais meios as pessoas aprendem e quais são as condições que contribuem para que essa aprendizagem aconteça. Por isso, apresentamos sucintamente as principais Teorias da Aprendizagem na tabela a seguir:

Quadro 13.1 - Principais teorias da aprendizagem<sup>1,2</sup>

| Inatismo                                                                                                                                                                                                                                            | Empirismo                                                                                                                                                                                                                                               | Interacionismo                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| O indivíduo nasce com ou sem as habilidades que apresentará ao longo de toda a sua vida. Não existe a possibilidade de aprender e desenvolver novas habilidades, pois a pessoa irá expressar apenas as características determinadas biologicamente. | Cada indivíduo nasce como uma “tabula rasa”, um papel em branco, sobre o qual, por meio das experiências, o ambiente em que ele vive irá determinar suas habilidades, sem que haja características próprias do indivíduo que interfiram nesse processo. | Os indivíduos nascem com determinadas características e habilidades estabelecidas biologicamente, que serão expressas e desenvolvidas conforme a interação e estimulação do meio e da sociedade em que vivem. |

### AUTORES

Glauciene  
Amaral Martins

Juliana de Paula  
Gomes

Karen Fernandes  
da Silva

Priscila  
Rodrigues Merlin

Entendendo a aprendizagem a partir da abordagem interacionista, encontramos dois grandes expoentes dessa vertente: Piaget e Vygotsky. Ambos enxergavam o brincar como uma atividade fundamental para o bom desenvolvimento cognitivo do indivíduo.<sup>3</sup>

Na concepção de Vygotsky, o desenvolvimento e a aprendizagem acontecem fundamentalmente por meio da mediação de outros sujeitos sobre um determinado indivíduo. Ambos são ativos nesta interação e dão respostas aos estímulos propostos, bem como interagem ativamente com o meio, o tempo e a cultura da sociedade na qual estão inseridos. Em relação ao brincar na primeira infância, a criança explora o mundo ao seu redor - seres e objetos que são tangíveis a ela, não sabendo ainda distinguir o real do imaginário. Todavia, por meio de brincadeiras, a criança desenvolve a habilidade do “fazer de conta”, da abstração, bem como a capacidade de compreender e seguir regras.<sup>4</sup>

Em Piaget, temos que a criança é a construtora ativa do seu próprio conhecimento, por meio da interação e experiência com o meio em que ela vive. Essa interação vai ser a responsável pela evolução em cada fase do desenvolvimento da criança, sendo necessário o desequilíbrio, a assimilação e a acomodação das habilidades e conhecimentos adquiridos em cada fase da vida, para que, então, a criança possa avançar e evoluir em uma nova fase do seu

desenvolvimento.<sup>5</sup> Essas fases serão apresentadas mais à frente, na tabela 13.3.

Desse modo, é essencial traçar estratégias de ensino-aprendizagem que sejam adequados à fase de desenvolvimento de cada criança, como também selecionar materiais condizentes à essas fases, a fim de despertar a curiosidade crítica, proporcionando, assim, estímulos e experiências que agreguem um novo conhecimento ao indivíduo.

### **Habilidades cognitivo-linguísticas esperadas para cada fase do desenvolvimento**

Quando falamos em desenvolvimento infantil, é comum abordarmos o assunto por domínios, como o motor, o cognitivo, a linguagem, o social e o emocional. Em relação à linguagem e à cognição, foram estabelecidas médias de idades em que são esperados marcos específicos,<sup>6</sup> apresentados nas tabelas 13.1 e 13.2.

## Linguagem

Tabela 13.1 - desenvolvimento de linguagem, baseado em Graber (2019) <sup>6</sup>

|           |                                                                                                     |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 3 meses   | Sorri ao ouvir o som da voz do cuidador;<br>Vocaliza sons                                           |
| 5-6 meses | Balbucia                                                                                            |
| 7 meses   | Responde quando é chamado pelo nome<br>Responde ao “não”<br>Combina vogais e consoantes no balbucio |
| 9 meses   | Diz “mama” ou “papa” sem discriminar a quem se refere                                               |
| 12 meses  | Diz “mama” e “papa” para as pessoas corretas<br>Já compreende histórias                             |
| 18 meses  | Usa várias palavras                                                                                 |

|          |                                                                                                          |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2 anos   | Forma frases de 2 ou 3 palavras                                                                          |
| 3 anos   | Mantém uma conversa                                                                                      |
| 4 anos   | Conta histórias simples<br>Se envolve em uma conversa com adultos ou crianças                            |
| 5 anos   | Vocabulário com milhares de palavras<br>Recita o alfabeto<br>Reconhece algumas palavras simples escritas |
| 6-7 anos | Começa a ler                                                                                             |

Tabela 13.2 - Desenvolvimento Cognitivo segundo Gruber (2019)<sup>6</sup>

|        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2 anos | Entende o conceito de tempo em termos amplos: acha que o passado é sempre “ontem” e o futuro é sempre “amanhã”                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 4 anos | Compreensão mais complexa do tempo: sabe que o dia tem manhã, tarde e noite<br>Pode apreciar a mudança das estações                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 7 anos | Capacidades intelectuais mais complexas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Focaliza mais de um aspecto de um evento/situação ao mesmo tempo (exemplo: sabe que um pote alto e estreito pode armazenar a mesma quantidade que um baixo e largo; que o remédio tem um gosto ruim, mas faz bem à saúde)</li> <li>• Sabe esperar sua vez em conversas ou jogos</li> <li>• É capaz de seguir regras consensuais em jogos</li> <li>• Raciocina usando a observação e múltiplos pontos de vista</li> </ul> |

Além dessa abordagem, podemos observar os estágios do desenvolvimento na perspectiva piagetiana. A tabela 13.3 nos mostra quais são esses estágios e suas características.

Tabela 13.3 - Estágios do desenvolvimento segundo Piaget<sup>7</sup>

|                   |                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------|------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0 a 2 anos        | Inteligência sensório-motora             | Fornecer as bases para a construção do conhecimento - sobre os objetos, o espaço, a causalidade e o tempo. Precede a linguagem.                                                                                                                                                                                   |
| 2 a 6-7 anos      | Inteligência simbólica ou pré-operatória | A criança faz representações e seu raciocínio funciona por analogias. Imita eventos que já ocorreram. Tem a capacidade de evocar mentalmente a imagem de um objeto sem que ele esteja presente no momento. Desenha e brinca de “faz de conta”.                                                                    |
| 7 a 11 - 12 anos  | Inteligência operatória concreta         | Aquisição da capacidade de realizar uma ação em dois sentidos ao mesmo tempo e retornar o pensamento ao ponto de partida. Desenvolve a habilidade de entender que transformações superficiais da dimensão de um elemento não alteram o seu comprimento, ou a sua distância, ou seu peso, substância, volume, etc. |
| Após 11 - 12 anos | Inteligência formal ou operações formais | É capaz de raciocinar e deduzir. Chega a conclusões a partir de hipóteses.                                                                                                                                                                                                                                        |

É importante ressaltar que o desenvolvimento, nesses e em outros domínios, depende dos fatores biológicos e de estímulos ambientais adequados.<sup>5</sup> Portanto, as crianças devem ter acesso a relações interpessoais saudáveis e bons estímulos, a fim de desenvolverem as habilidades necessárias ao longo da vida. Dentre essas, vale a pena nos atentarmos às habilidades metafonológicas e às funções executivas.

As habilidades metafonológicas são atividades conscientes de percepção e manipulação dos componentes sonoros da fala. A literatura tem apontado que há relação entre o desenvolvimento dessas habilidades e a aquisição da escrita, pois ao notar que a fala é segmentada em palavras, as palavras em morfemas e os morfemas em fonemas, há maior facilidade para a alfabetização, possibilitando a compreensão do princípio alfabético da escrita, que por sua vez permite a compreensão de que as letras do alfabeto representam os sons da linguagem oral.<sup>8</sup> Por isso, atividades e jogos que estimulem tal função são importantes, especialmente nos períodos do desenvolvimento que precedem a alfabetização.

Já as funções executivas são

fundamentais para que o indivíduo, progressivamente, gerencie os diferentes aspectos de sua vida com autonomia. Ter autonomia significa não apenas possuir independência, mas também estar inserido na sociedade, assumir consequências por decisões tomadas e por decisões tomadas e possuir responsabilidade.<sup>9</sup>

Assim, entende-se por funções executivas o conjunto de habilidades cognitivas complexas que possibilitam pensar antes de agir, refletir a partir de diferentes perspectivas, solucionar desafios mentalmente, etc. As habilidades que compõem esse conjunto incluem memória operacional, inibição do comportamento e flexibilidade cognitiva,<sup>10</sup> apresentadas detalhadamente no capítulo 7 deste e-book.

Portanto, dada a importância das funções executivas e sua relevância nas atividades diárias, no desempenho escolar, na vida profissional e nas relações sociais, tê-las como objetivo durante a estimulação por meio de jogos ou brincadeiras, pode impactar positivamente no desenvolvimento de crianças, especialmente na primeira infância (0 a 6 anos).

### **Impacto do não-brincar na aprendizagem**

A infância é um período de extrema importância no curso do desenvolvimento, onde a criança vivencia, por meio das brincadeiras, momentos significativos para a aquisição de conhecimentos e experiências, que irão constituir o sujeito. A brincadeira, por sua vez, proporciona às crianças uma oportunidade de aprender e desenvolver habilidades. Na Educação Infantil, as brincadeiras são fundamentais para contribuir para o desenvolvimento integral

ausência das brincadeiras pode provocar comportamentos como falta de criatividade, timidez, isolamento, irritabilidade e agressividade.<sup>11</sup>

A partir do brincar infantil, a criança se comunica com o mundo a sua volta e consigo mesma, começa a perceber a existência de colegas e/ou adversários, organiza suas ideias e as relações sociais e emocionais. Por exemplo, ao perder um jogo, ela deverá aprender a lidar com suas emoções e ações com os outros participantes. Portanto, proporcionar atividades e brincadeiras às crianças e entre as crianças é uma maneira fundamental de evitar impactos nas habilidades sociais e comunicativas e consequentemente na aprendizagem.<sup>12</sup>

### **Impacto da pandemia no brincar**

Assim como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente,<sup>13</sup> o brincar é um direito. Afinal, é por meio das brincadeiras que a criança descobre o mundo que a cerca, manuseia objetos, aprende a se comunicar com os outros e experimenta sensações novas. Ao criar e recriar o cotidiano no momento em que brincam, os pequenos tomam ciência de que são seres ativos no espaço, podendo influenciá-lo e modificá-lo a partir da interação com ele.<sup>14</sup>

Com a Covid-19, a necessidade do brincar para o desenvolvimento infantil não mudou. Porém, por conta das medidas de segurança

de contenção contra o vírus, alterações de panoramas se apresentaram principalmente na questão da educação e nos modos de brincar.

Um dos aspectos mais característicos para o controle da pandemia foi o isolamento social. Nesse cenário, as escolas tiveram que se adaptar ao ensino remoto. Isso afetou diretamente as crianças, pois a escola, além de ser um ambiente de ensino, também é um lugar onde relações sociais são moldadas. Dessa forma, partindo de uma perspectiva fonoaudiológica, essa diminuição da exposição à comunicação oral afeta o aparecimento e o aperfeiçoamento da fala, da aprendizagem e até mesmo da capacidade de pensamento abstrato. Além disso, as perdas na quantidade e qualidade de sons aos quais a criança é exposta, podem afetar o desenvolvimento da linguagem em casos onde a criança é estimulada com um número reduzido de palavras, por exemplo.<sup>15</sup>

Outra questão que se modificou durante a pandemia foi o modo de brincar. Na era digital em que vivemos, o assunto levanta um alerta, pois a infância se caracteriza <sup>13</sup>por modificações biológicas e psicossociais, que possibilitam aquisições importantes nos domínios motor, afetivo-social e cognitivo do desenvolvimento. Nessa fase da vida, o sistema nervoso central está em constante transformação, mielinização e organização sináptica, o que favorece a aprendizagem a partir da interação com o meio.<sup>16</sup>

Considerando o que foi exposto até aqui, podemos inferir que principalmente na primeira infância (0 a 6 anos de idade), se deve oportunizar à criança, vínculos afetivos saudáveis, espaço adequado para a liberdade de movimento, brincadeiras livres e brinquedos e/ou materiais estimuladores.<sup>16</sup>

O incentivo ao lúdico e a atenção ao tempo de exposição a telas são fatores imprescindíveis para o desenvolvimento adequado da criança, seja em tempos de pandemia ou não. Por conta disso, se faz necessária a reinvenção dos professores e das próprias famílias no brincar.

Para que possamos fazer essa atividade tão importante de forma segura no momento atual, exemplificamos, no tópico a seguir, sugestões de jogos e atividades que podem ser trabalhados em casa.

## **Sugestões de jogos e atividades para educadores e familiares**

Sabe-se que o brincar é de extrema importância para o desenvolvimento infantil. Assim, trouxemos algumas sugestões de jogos e atividades para pais e educadores utilizarem em seu dia a dia e desfrutarem de um momento rico, de trocas de experiências e muito aprendizado.

### **Ler para a criança**

Certamente, essa sugestão é um clássico e não poderíamos deixá-la de fora. A prática da leitura desperta o interesse da criança pelo mundo letrado desde cedo e permite que várias habilidades cognitivo-linguísticas sejam trabalhadas. Pode ser realizada desde a gravidez, passando por toda a primeira infância, até a adolescência. É especialmente importante no período compreendido entre os 0 e 6 anos, pois estimula as habilidades linguísticas.<sup>17</sup>

Aos pais ou educadores que têm filhos ou alunos já alfabetizados, a sugestão é que se realizem leituras compartilhadas, trocas de experiências literárias, idas a livrarias e bibliotecas ou locais tranquilos para um momento de leitura, além de selecionar livros ou histórias e os unir com outras atividades - veja alguns exemplos na figura 13.2. Adaptações podem ser feitas para outras histórias ou livros, criando-se atividades ou brincadeiras variadas. Use a imaginação!



Figura 13.2 - ideias de atividades para serem realizadas após a leitura

É importante lembrarmos que, para adotar a prática da leitura, não é necessário gastar muito. Alguns lugares possuem bibliotecas, nas quais é possível emprestar materiais como livros, gibis e revistas. Além disso, há algumas opções de livros em pdf que podem ser encontrados gratuitamente na internet em domínio público (quadro 13.2).

|                                       |                                                                                                                                                             |
|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DOMÍNIO PÚBLICO - LITERATURA GERAL    | <a href="http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do">http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do</a> |
| DOMÍNIO PÚBLICO - LITERATURA INFANTIL | <a href="http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do">http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do</a> |
| OPEN LIBRARY BRASIL                   | <a href="https://openlibrary.org/subjects/place:brasil">https://openlibrary.org/subjects/place:brasil</a>                                                   |
| BIBLIOTECA BRASILEIRA                 | <a href="https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/3916">https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/3916</a>                                                 |
| READ PRINT                            | <a href="http://www.readprint.com/">http://www.readprint.com/</a>                                                                                           |

Quadro 13.2 - sugestões de sites com livros gratuitos disponíveis

Também podemos apontar como um recurso gratuito, o projeto "Conta Pra Mim", do Ministério da Educação, que visa

promover a literacia familiar, definida como o conjunto de práticas e experiências que envolvem a linguagem oral, a leitura e a escrita.<sup>18</sup> Além de dispor de uma série de vídeos e um guia que instrui as famílias, o programa disponibiliza fábulas narradas, canções e uma coleção de livros gratuitos de diversos gêneros, os quais podem ser lidos pelo celular, impressos para leitura ou para colorir. É possível acessar todos os materiais no site do programa, disponível no link <http://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>

.

## **Mímica**

Pode até parecer clichê, mas a brincadeira de mímica é uma ótima opção para quem deseja se divertir, em família ou com os colegas na escola, de forma simples e interessante. Aqui, o único material necessário é a movimentação corporal, a capacidade de interpretação e a criatividade! O grupo pode escolher um tema para iniciar a brincadeira, como por exemplo: animais, filmes, ações e objetos. A ideia é que a pessoa que for realizar a mímica pense em algum tópico relacionado ao tema geral e faça gestos e movimentos para que os demais tentem adivinhar o significado. O primeiro a descobrir, será o próximo a fazer a mímica e assim sucessivamente. Essa atividade é interessante pois, através dela, a criança utiliza o corpo para se comunicar, experimentando sobretudo a expressividade, a função motora, a capacidade de imaginação

e o raciocínio lógico. Vale lembrar que reunir a família para brincar juntos, rende boas risadas e reforça ainda mais o vínculo entre todos!

### **Jogar Amarelinha**

Essa brincadeira é uma atividade clássica entre as crianças. É conhecida e praticada em várias regiões brasileiras, além de ser divertida e fácil de aprender. Para ela, você vai precisar de giz e uma pedrinha. Tendo esses materiais, desenhe no chão os numerais de 1 a 10, e coloque em volta de cada número um quadrado. Na brincadeira, o primeiro deve jogar a pedrinha no número 1 e pular (sem encostar o pé neste quadrado) até o fim, vale lembrar que é permitido apenas um pé em cada “casa”. Nas que forem duplas, a criança pode apoiar os dois pés no chão. Quando chegar ao objetivo, a criança deve voltar pulando e pegar a pedrinha quando chegar no quadrado com o número 2. O mesmo jogador joga a pedrinha na casa dois e assim sucessivamente. Por fim, ganha o jogo aquele que conseguir pular todas as casas primeiro.<sup>19</sup>

### **Jogos de tabuleiro**

Os jogos de tabuleiro representam uma ótima maneira lúdica de ensinar e aprender, além de desenvolver habilidades como concentração, memorização e até a construção de estratégias, por exemplo. Esses jogos estimulam os jogadores a seguir as regras, esperar pela sua vez e experimentar a competitividade saudável. Além disso, não precisam ser caros e não são difíceis de serem

encontrados; é possível adquirir jogos simples de tabuleiro por até cinco reais, como o apresentado na imagem 13.1, o qual está disponível em papelarias.

### **Atividades online**

As telas fazem parte do dia a dia de todos. Como vimos, elas podem ser prejudiciais à linguagem, por isso seu uso deve ser controlado. No entanto, não podemos ignorar o fato de que elas já estão inseridas na sociedade e são importantes para várias áreas, como a educação. Dessa forma, utilizar as telas de maneira produtiva com a finalidade de estimular o brincar é melhor do que utilizá-las de forma passiva. Por isso, separamos algumas ideias para você fazer bom uso das telas em família ou na escola.

### **Jogo da memória**

Muito popular, esse jogo trabalha justamente o que seu nome sugere - a memória operacional. É bem simples: ele possui vários pares de cartas idênticas embaralhadas entre si e viradas, de modo que o jogador não saiba onde está cada carta. A regra é que somente podem ser viradas 2 cartas de cada vez. Ao longo do jogo a memória é muito requisitada, pois é necessário lembrar das cartas que não mais estão visíveis para obter um bom desempenho. É interessante jogar em grupo, criando uma competição na qual vence quem terminar primeiro (com todos jogando ao mesmo tempo) ou quem finalizar em menos tempo (um de cada vez, cronometrando o

tempo que cada um leva para completar o jogo).

O jogo da memória pode ser físico ou online. No quadro 13.3 você encontrará alguns sites para jogar na sua escola ou em casa, sozinho ou em grupo:

|                          |                                                                                                                                                                                                                                 |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| RACHACUCA                | <a href="https://rachacuca.com.br/passatempos/jogo-da-memoria/">https://rachacuca.com.br/passatempos/jogo-da-memoria/</a>                                                                                                       |
| IBGE - FAUNA EM EXTINÇÃO | <a href="https://educa.ibge.gov.br/templates/ibge_edu_ca_crianças/brincadeiras/jogo-da-memoria-fauna-em-extincao/">https://educa.ibge.gov.br/templates/ibge_edu_ca_crianças/brincadeiras/jogo-da-memoria-fauna-em-extincao/</a> |
| ESCOLA GAMES - ANIMAIS   | <a href="http://www.escolagames.com.br/jogos/memoriaAnimal/?deviceType=computer">http://www.escolagames.com.br/jogos/memoriaAnimal/?deviceType=computer</a>                                                                     |

Quadro 13.3 - sites com jogos da memória

## Estratégia P.O.E. (Prever-Observar-Explicar)

Esta é uma proposta para desenvolver as habilidades cognitivo-linguísticas em aulas de Ciências, Física e Química, visando fazer com que os alunos elaborem suas próprias opiniões sobre os fenômenos analisados em experimentos realizados na escola, favorecendo, desse modo, a discussão, a comunicação e a avaliação das ideias iniciais sobre um determinado conceito. A seguir, temos um trecho do artigo de Azevedo e Silva (2018),<sup>20</sup> no qual podemos ver os três passos de aplicação dessa proposta:

A estratégia de ensino P.O.E. é dividida em três etapas- A 1ª etapa (Predizer) consiste em um evento onde é apresentada uma questão/situação que visa despertar o interesse e a curiosidade dos participantes, para que possam discutir o problema que foi lançado pelo professor, trocar experiências pessoais, dos conhecimentos já adquiridos em sala de aula e predizer de forma consciente os processos e fenômenos que deverão ocorrer em tal atividade, expondo as razões pelas quais adotaram tal raciocínio. Na 2ª etapa (Observar), o experimento é executado pelas equipes e/ou pelo professor, observando-se os fenômenos que surgem da atividade. Os alunos devem registrar e discutir com seus pares, confrontar os conhecimentos prévios e descrever os eventos observados. Nesta etapa são requeridas várias operações do pensamento, tanto na observação direta quanto na observação abstrata. É nessa etapa também que as observações serão comparadas com as predições que foram feitas na etapa anterior. Na 3ª etapa (Explicar) os alunos irão identificar, comparar, e analisar

semelhanças e diferenças entre as suas respostas da predição com aquilo que observaram durante a realização do experimento, tentando explicar o fenômeno.<sup>20</sup>

O resultado da pesquisa de Azevedo e Silva (2018)<sup>20</sup> apontou que a estratégia P.O.E. tem grande potencialidade para desenvolver as habilidades cognitivo-linguísticas dos alunos, se fazendo, portanto, um bom recurso a ser utilizado em sala de aula.

### **Atividades para o aprendizado bilíngue de crianças surdas**

Agora, tendo em vista a necessidade da criança surda em desenvolver a língua de sinais, bem como o português escrito ou oral como sua segunda língua, apresentaremos algumas atividades (quadro 13.5) que podem ser realizadas a fim de expandir as habilidades linguísticas nas etapas linguagem interior na fase pré-linguística; da linguagem receptiva na fase pré-linguística; e da linguagem expressiva na etapa linguística.

Após a leitura dessas atividades, mãos à obra. Divirtam-se!

Quadro 13.5 - Atividades para o ensino bilíngue de crianças surdas em diferentes fases do desenvolvimento 21

| Interior pré-linguística                                                                                                                                                                           | Receptiva pré-linguística                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Expressiva linguística                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>Atividade 1</b></p> <p>Autoconhecimento: atividade no espelho, desenho de si mesmo, exploração de fatos, diálogo em LIBRAS e por escrito sobre sua identidade (nome, idade, endereço...)</p> | <p><b>Atividade 1</b></p> <p>Jogo de memória: jogo apenas com figuras (combinar figuras idênticas); jogo com o significado (desenho) e o significante (nome e/ou sinal em LIBRAS) para combinar figura/nome. Temas: frutas, flores, meios de transportes, material escolar, mobiliário, locais de lazer, esporte, tipos de plantas, partes de plantas, animais, etc.</p> | <p><b>Atividade 1</b></p> <p>Adaptação da linguagem dos clássicos da literatura infantil para os alunos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- orações curtas;</li> <li>- período simples;</li> <li>- apresentação das histórias para os alunos (com sinais e oralmente);</li> <li>- dramatização das histórias pelos alunos (com o uso de sinais e verbal);</li> <li>- reprodução das histórias por meio de desenhos e da escrita (com suas próprias palavras).</li> </ul> |

| Interior pré-linguística                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Receptiva pré-linguística                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Expressiva linguística                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>Atividade 2</b></p> <p>“Cantar” em língua de sinais, explorando o significado da letra da música, envolvendo a expressão facial e corporal da criança.</p>                                                                                                                                                     | <p><b>Atividade 2</b></p> <p>Caça-palavras;<br/>Cruzadinhas. Temas: nomes de flores, frutas, profissões, meios de transportes, vestuário, etc.</p>                                                                                                                                                               | <p><b>Atividade 2</b></p> <p>Pedir para os alunos que fiquem em cima da cadeira, embaixo da carteira, entre tal e tal colega, vão para fora da sala, voltem para dentro da sala, sentem sobre a cadeira...</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- pedir para que formem frases com as situações acima;</li> <li>- confeccionar figuras que representem conceitos espaciais, para que os alunos formem frases. Ex.: frente/ trás, em cima/embaixo, entre.</li> </ul> |
| Interior pré-linguística                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Receptiva pré-linguística                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Expressiva linguística                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <p><b>Atividade 3</b></p> <p>Dramatizações: cenas familiares; animais/ trabalhar onomatopéias; profissões; entre outros. Obs.: É importante que o professor providencie a “mala da fantasia”, que deve ter várias brincadeiras para as crianças. Para os alunos em fase de trabalho de texto, isso é fundamental</p> | <p><b>Atividade 3</b></p> <p>Bingo de figuras (objetos ou ações) e sua representação correspondente em língua de sinais e no português escrito (palavra ou frase). O professor apresenta as figuras e os alunos marcam sua correspondência gráfica (seja por meio de sinais ou por meio de palavras/frases).</p> | <p><b>Atividade 3</b></p> <p>O professor apresenta uma história sequenciada, desordenada. O aluno irá ordená-la e contá-la aos colegas.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |

# Referências bibliográficas

1. Santos, VB. Lições sobre Dificuldades de Aprendizagem na Revista Nova Escola [TCC]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022; [citado em 13 de janeiro de 2023]. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/253656/001159787.pdf?sequence=1>
2. Penteado DZ, Josefi AHB. Concepções e Práticas Docentes na Alfabetização. Atos de Pesquisa em Educação - ISSN 1809-0354 Blumenau, 13(2), 319-347, mai./ago. 2018; [citado 24 janeiro 2023]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2018v13n2p319-347>
3. Zarpelon E; Resende LM. Teorias da aprendizagem e em publicações na área de educação em engenharia: um mapeamento com foco na disciplina de cálculo I. Educação em Revista. Belo Horizonte, 36, e 210405, 2020 [citado 09 de junho de 2021]. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/edur/a/7VFNCscfx7FCKVXZZmR7ptr/?lang=pt&format=pdf>>.
4. Carvalho EPS. Contribuições da Ludicidade para o Desenvolvimento Cognitivo de Crianças na Educação Infantil [TCC; Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba], 2021; [citado 27 setembro 2022]. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20556/1/EPSC19072021.pdf>
5. Caldeira DGA. Desenvolvimento Cognitivo e Afetivo da Criança Autista: Um Estudo Psicogenético [citado 07 maio 2021]. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/183431/caldeira\\_dga\\_me\\_assis\\_int.pdf%3Fsequence%3D5&ved=2ahUKEwj25bz1x7b\\_AhX-r5UCHUzqBzQQFnoECBAQAQ&usq=AOvVaw1oX\\_NzPIkiX9PKZXYzRcm1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/183431/caldeira_dga_me_assis_int.pdf%3Fsequence%3D5&ved=2ahUKEwj25bz1x7b_AhX-r5UCHUzqBzQQFnoECBAQAQ&usq=AOvVaw1oX_NzPIkiX9PKZXYzRcm1)
6. Graber, EG. Desenvolvimento infantil. Manual MSD, 2019 [citado 01 junho 2021]. Disponível em <<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/pediatria/crescimento-e-desenvolvimento/desenvolvimento-infantil>>.
7. Schirmann JK, Miranda NG, Gomes VF, Zarth ELF. Fases de Desenvolvimento Humano segundo Jean Piaget. VI Congresso Nacional de Educação, 2019 [citado 26 março 2023]. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO\\_EV127\\_MD1\\_SA9\\_ID4743\\_27092019225225.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA9_ID4743_27092019225225.pdf)

8. Feitosa, FA. Consciência Fonológica, reconhecimento de palavras e decodificação de frases: uma pesquisa quali-quantitativa com alunos do segundo ano do Ensino Fundamental [Dissertação de Mestrado], 2018; [citado 27 julho 2023]. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/3341/1/Consci%C3%Aancia%20fonol%C3%B3gica,%20reconhecimento%20de%20palavras%20e%20decodifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20frases:%20uma%20pesquisa%20quali-quantitativa%20com%20alunos%20do%20segundo%20ano%20do%20ensino%20fundamental.pdf>

9. Revista Educar FCE. Educação Infantil e Práticas Pedagógicas. O lúcido na Educação Infantil como forma de Desenvolvimento, 18(1), 2019 [citado 13 maio 2021]. Disponível em: <https://www.fce.edu.br/pdf/ED18-FINAL-03.pdf>

10. Projeto pela Primeira Infância. Conhecendo as Funções do Cérebro: o Desenvolvimento da Linguagem. 2020 [citado 02 junho 2021]. Disponível em <[http://www.projetoprimeirainfancia.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Apostila04\\_web.pdf](http://www.projetoprimeirainfancia.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Apostila04_web.pdf)>.

11. Barbosa RFM; Camargo, MCS; Mello, AS. A Complexidade do Brincar na Educação Infantil: Reflexões sobre as Brincadeiras Lúdico-Agressivas. J. Phys. Educ. [online], 31, e3156, 2020 [citado 2 Junho 2021]. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v31i1.3156>>.

12. Secretaria da Educação. O brincar como direito dos bebês e das crianças [online], 2021; [citado 10 novembro 2022]. Disponível em: [https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/CadernoBrincar\\_SEEDF\\_21x297cm.pdf](https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/CadernoBrincar_SEEDF_21x297cm.pdf)

13. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990 [citado 11 junho 2021]. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>.

14. Barba PCSDO. Brincar em tempos de pandemia. Informa SUS - UFSCar, 2020 [citado 11 de junho de 2021]. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/o-brincar-em-tempos-de-pandemia/>

15. Pirana S, Francesco RD. Desenvolvimento da Fala e a Pandemia de Covid-19. Sociedade de Pediatria de São Paulo, 2021 [citado 24 junho 2021]. Disponível em <<https://www.spsp.org.br/2021/04/27/desenvolvimento-da-fala-e-a-pandemia-de-covid-19/>>.

16. Nobre JNP. et al. Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], 26(3), 27-36, 2021 [citado 11 junho 2021]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021263.00602019>>.

17. Roza SA, Hickmann GM, Guimarães SRK. Práticas familiares de leitura e o desenvolvimento da competência leitora: uma revisão da literatura. Universidade Federal do Maranhão, 2020 [citado 10 junho 2021]. Disponível em <<file:///home/chronos/u-4153c3731b07a12a6703af289dc913f382e4437f/MyFiles/Downloads/9543-47993-1-PB.pdf>>.

18. Ministério da Educação. Conta pra Mim. Política Nacional de Alfabetização, 2019 [citado 02 junho 2021]. Disponível em <<http://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>>.

19. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Guia de Brincadeiras para Crianças de 0 a 6 anos. FMCSV, 2020 [citado 02 junho 2021]. Disponível em <<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/guia-brincadeiras-familias-criancas-0-6-anos/>>.

20. Azevedo MLS, Silva MGL. Uma proposta para desenvolver a Habilidade Cognitivo-Linguística (Explicar) em aulas de química utilizando a estratégia P.O.E. (Prever-Observar-Explicar). *Educitec*, Manaus, 4(8), 615-632, nov. 2018. Edição especial [citado 26 junho 2021]. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/329551100\\_Uma\\_proposta\\_para\\_desenvolver\\_a\\_Habilidade\\_Cognitivo-Linguistica\\_Explicar\\_em\\_aulas\\_de\\_quimica\\_utilizando\\_a\\_estrategia\\_POE\\_Prever-Observar-Explicar](https://www.researchgate.net/publication/329551100_Uma_proposta_para_desenvolver_a_Habilidade_Cognitivo-Linguistica_Explicar_em_aulas_de_quimica_utilizando_a_estrategia_POE_Prever-Observar-Explicar)>

21. Ministério da Educação. Dificuldades de Comunicação e sinalização . Surdez, 2006 [citado 26 jun. 2021]. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdez.pdf>>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desse e-book foi apresentar aos pais e educadores a Fonoaudiologia Educacional e suas contribuições por meio de práticas integrativas, tanto na saúde quanto na educação. A partir dessa produção esperamos que você tenha conhecido um pouco mais a respeito de assuntos importantíssimos que a fonoaudiologia tem a agregar.

Inicialmente, o conteúdo foi elaborado por estudantes da graduação em Fonoaudiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sob a supervisão das fonoaudiólogas Me. Taís Ciboto e Dra. Débora Befi-Lopes e durante a vigência do Estágio Supervisionado em Fonoaudiologia Educacional: Programa Escola, em 2021. Posteriormente, o trabalho foi concluído na forma de um projeto de Cultura e Extensão, inserido no Programa Unificado de Bolsas (PUB-USP 2022-2023). Tal iniciativa foi denominada "Fonoaudiologia Educacional: divulgação de ações possíveis", tornando possível a edição do material produzido para divulgação. Nesse período, também contamos com a parceria e ajuda do professor José Aparecido Couto Soares.

Como revisoras e editoras do conteúdo, concordamos que a experiência foi muito enriquecedora e importante tanto para a nossa formação como profissionais da área, pois pudemos nos sensibilizar quanto à relação entre a saúde, a educação e a sociedade, tanto no quesito profissional. Além de pensar em como transmitir o conhecimento acadêmico de forma acessível, cumprindo, assim, nossa responsabilidade de garantir que a informação retorne à comunidade. Assim, ficamos muito gratas pela oportunidade de participar do projeto e orgulhosas do resultado até então.

Então, acreditamos o material será útil a todos que se interessarem pela temática e demonstrarem o desejo de colocar em prática as sugestões aqui apresentadas.

Esperamos que tenham gostado e feito uma boa leitura!

